

# REVISTA AUTÊNTICOS

Volume 4 - Número 2

Março 2024

ISSN - 2675 - 9543



**COMO COMBATER OS EFEITOS DA  
ONDA DE CALOR NAS ESCOLAS**



[revistaautenticos.com.br](http://revistaautenticos.com.br)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
(CIP)**

R454

Revista Autênticos [recurso eletrônico] / [Editor Chefe]  
Fernando Piffer – Vol. 4, n.2 (mar. 2024) – São Paulo-SP:  
Instituto P2G Educacional, 2024.

Bimestral

ISSN 2675-9543

Disponível em: <https://revistaautenticos.com.br/>

1. Educação Infantil. 2. Educação Inclusiva. 3. Ensino  
Lúdico. 4. Gestão Escolar. 5. Práticas Docentes. 6.  
Psicopedagogia. 7. Alfabetização e Letramento. 8. Trânsito.  
9. Arte. 10. Tecnologias Digitais. 11. Música. 12. I. Piffer,  
Fernando.

CDD: 371.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB-6/2422**

[www.revistaautenticos.com.br](http://www.revistaautenticos.com.br)

E-Mail: [contato@revistaautenticos.com.br](mailto:contato@revistaautenticos.com.br)

Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04162-001 Fone (11) 2947-3283

**EDITORIAL****“COMO COMBATER OS EFEITOS DA ONDA DE CALOR NAS ESCOLAS”**

O último quadrimestre de 2023 trouxe uma inesperada e impiedosa onda de calor que afligiu a população brasileira. Apresentando temperaturas muito superiores aos 30 graus, por diversos dias consecutivos, a onda de calor despertou na população o interesse de conhecer os motivos que têm levado a este aquecimento global, e, principalmente, como combater esse calor, para que os efeitos e as consequências não sejam prejudiciais à saúde das pessoas. A onda de calor afeta, principalmente, as pessoas mais vulneráveis, como idosos, enfermos, acamados e crianças. Dessa maneira, as autoridades dispararam o nível laranja, que indica perigo, uma vez que em alguns estados a temperatura esperada era em torno de 40 a 45 graus centígrados.

A onda de calor tem afetado diversos países da América do Sul, principalmente Paraguai, Uruguai e Argentina, e ela se caracteriza por promover, em determinadas regiões, uma temperatura de quatro ou cinco graus acima da média prevista para aquele período. No último quadrimestre de 2023, a onda de calor se intensificou no centro-oeste, no sudeste e no sul do país, e, neste início de ano, a tendência é de que estas regiões repitam o fenômeno e, provavelmente, com muito mais intensidade. Isso ocorre devido à emissão desenfreada de gases de efeito estufa, associados ao fenômeno El Niño, que, de tempos em tempos, aquece as águas do oceano Pacífico, causando um aumento significativo das temperaturas em ordem global.

Nesse contexto, é imprescindível atentar para a maneira como as ondas de calor afetam as escolas, os alunos e a aprendizagem das crianças matriculadas nas instituições de ensino. É inquestionável que este fenômeno traz um impacto considerável ao ambiente escolar, afetando todo o sistema de ensino, atingindo os alunos, os professores e toda a dinâmica da comunidade estudantil. Estima-se que, somente no estado de São Paulo, cerca de 3,7 milhões de estudantes passam em torno de cinco horas no interior das salas de aula, as quais não possuem ar-condicionado e, em muitos casos, os ventiladores apresentam problemas ou estão danificados.

Nesse sentido, é fundamental uma reflexão sobre a maneira como as escolas estão lidando com esse problema, especialmente quando se sabe que temperaturas superiores a 28°C causam uma redução significativa do bem-estar, e afetam o raciocínio dos estudantes. Dentre as medidas mais urgentes a se adotar nas salas de aula estão: obter o máximo de ventilação e circulação de ar possível, abrir, portanto, todas as janelas e objetos que produzam sombra, como toldos, por exemplo. A hidratação é outra medida essencial, assim, é importante disponibilizar garrafas de água e copos dentro das salas de aula, e bebedouros por diversas áreas da escola, incentivando as crianças a se hidratarem constantemente.

Especialistas sugerem que em dias extremamente quentes as crianças fiquem em casa, evitando sair entre as 10h e as 15:30h. A alimentação deve conter arroz, feijão, verduras e legumes acompanhados de carnes leves, como peixe ou frango, evitando enlatados ou iogurtes, visto que podem se deteriorar facilmente, caso não estejam devidamente conservados e refrigerados. Outras medidas importantes são a utilização de roupas leves e protetor solar. Atentar bastante para o comportamento da criança, uma vez que crianças com calor ficam irritadas.

As aulas de Educação Física precisam ser leves, com atividades que não exijam muito esforço, evitando exposição ao sol. Crianças que se movimentam muito ou praticam esportes carecem de atenção, pois caso se perceba que não estão se sentindo bem, levá-las para descansar em um lugar bem arejado e reidratá-las. Todos estes cuidados serão de grande benefício para que as crianças passem por essa onda de calor com saúde e aprendizado.

Fernando Piffer é formado em Economia, com Pós-Graduação em Redação e Oratória, e é editor da Revista Autênticos.

**CONSELHO EDITORIAL**

Elaine Cristina Piffer  
Rosana Gomes  
Luciana de Moraes  
Alcinda Ponce  
Jorge Longuine Palhares  
Talita Spadoni Piffer  
Cezira Antonelli  
Yara Cristina Nieri  
Cláudia Duarte  
Fernando Piffer

**EDITOR CHEFE**

Fernando Piffer

**NORMALIZAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS**

Talita Spadoni Piffer

**DIAGRAMAÇÃO**

Daniel Lyrio Teixeira

**PROGRAMAÇÃO VISUAL**

Rosana Gomes

**PROJETO GRÁFICO E DIGITAL**

Daniel Spadoni

**COPYRIGHT**

Revista Autênticos. Instituto P2G Educacional, Volume 4, Número 1 (Março, 2024) – SP

**ISSN - VERSÃO DIGITAL**

2675-9543

Publicação Bimestral coligada ao Instituto P2G Educacional.

Exceto o Editorial, todos os artigos publicados refletem a opinião dos seus autores. A responsabilidade pelos conteúdos é exclusiva dos mesmos, sendo que não expressam, necessariamente, a opinião deste Conselho Editorial.

É permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos, desde que as fontes sejam devidamente citadas.

# SUMÁRIO

**05**– A BENÉFICA PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

ANA LÚCIA DE SOUZA SANTOS

**17**– OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR APLICATIVO NAS GRANDES CIDADES E SEU IMPACTO NO TRÂNSITO

JOSÉ WILLIAM OLIVEIRA GOMES

**50**– A CRIANÇA AUTISTA E AS DIFICULDADES PARA UMA INCLUSÃO EFICAZ

LUCIANA FALLANI MEDEIROS DA CRUZ

**70**– A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO

CLÁUDIA BATISTA TRINCA

MARIA CÉLIA ATAÍDE ALBERTI

ANA MARIA ORTIZ LIMA DE MORAES

**80**– A IMPORTÂNCIA DE SILENCIAR PARA A ROTINA COMEÇAR

MARA LÚCIA RODRIGUES DA SILVA COSTA

MARIA GERSEY DE CAMPOS SILVA

VALDA APARECIDA DE PAIVA MORAES

**88**– A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DO DIA A DIA

DOROTEIA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA

PRISCILA NASCIMENTO LIMA LEAL

ANA LÚCIA DOMINGOS KANÔ

**97**– A LUDOPEDAGOGIA E A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SANDRA CRISTINA CÂNDIDO DE BIAZI

LÍDIA MORAES DE OLIVEIRA

VALÉRIA BARTOLOMAZI LAPORTA

**106**– A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM

YARA CRISTINA NIERI

VIVIANE DAS GRAÇAS SANTOS GONÇALVES

FÁBIO HENRIQUE DA SILVA

**129**– A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

MÁRCIA HIGINA DE ARAÚJO MARTINS

NÍCOLAS FERNANDO ROCHA CAMARGO

CARLA BENEDITA VERBEL VAZ

**138**– A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CLÁUDIA DOS SANTOS PEREZ

**145**– A IMPORTÂNCIA DO AEE, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO REGULAR

ROBERTA EDLENE ANTUNES DE OLIVEIRA

ELDA CRISTIANE OTÁVIO CAMPOS

ESTELA APARECIDA ALMEIDA DOS SANTOS CÂNDIDO



## A BENÉFICA PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

**Ana Lúcia de Souza dos Santos**

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial; Alfabetização e Letramento e em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal promover uma breve reflexão sobre a responsabilidade da família no ambiente escolar, e não apenas a família, mas a própria comunidade, participando das construções pedagógicas. A influência que a família exerce sobre as crianças é inquestionável, e como primeiro ambiente social que acolhe o indivíduo, a família desempenha um papel determinante na formação dos alicerces do seu caráter. Uma família participativa, que acompanha suas crianças, que as motiva, que participa da sua vida escolar, que transmite bons valores, cujos membros passam bons exemplos, estará contribuindo enormemente para o desenvolvimento cognitivo e para a aprendizagem dessas crianças. Desde que a criança nasce ela recebe estímulos da mãe e é envolvida por diversas formas de informações que já a colocam em contato com o mundo e com o meio no qual está inserida. A família, como grupo social inicial, é essencial para que a criança ganhe confiança, para que se sinta assistida, acolhida e valorizada. Sem estes atributos, a criança terá imensas dificuldades em potencializar sua aprendizagem e evoluir de forma gradativa e proveitosa. À medida que a criança vai se desenvolvendo ela passa a participar de outros grupos sociais. Alguns deles, devido aos contatos serem mais duradouros, resultam em formas mais estáveis de integração social. Nestes meios sociais há normas, hábitos e costumes próprios, divisão de funções e posições sociais definidas. Além da família, a vizinhança, a escola, a Igreja, o clube, o Estado etc. Todos eles influenciam a construção de valores da criança e produzem impacto no seu desenvolvimento escolar e pessoal. A família sempre teve papel inquestionável na formação do indivíduo, entretanto, vivemos numa época onde o modelo de família sofreu uma enorme alteração. Aquele padrão tradicional denominado “família nuclear” ou “família conjugal”, composta basicamente de pai, mãe e filhos, todos habitando o mesmo espaço, não é mais o modelo absoluto. Nossa sociedade promoveu um rearranjo dessa estrutura e hoje, com as separações constantes e novos casamentos, surgem famílias dentro de famílias, convivendo sob um mesmo teto. A idéia de um pai



ou uma mãe cuidadores, dá lugar a diferentes pais e mães “gerenciadores” de filhos que nem sempre são seus. A sensação de abandono e insegurança destas crianças é grande. A ausência dos pais, envolvidos pelas exigências profissionais faz com que grande parte dos filhos fique aos cuidados de parentes (tios e avós), estranhos, ou entregues à TV e à Internet. Assim, pais e mães que trabalham fora o dia todo, geram crianças carentes de atenção e de acompanhamento. A falta de tempo para orientação acaba transferindo para a escola até mesmo ensinamentos rudimentares. A ausência dessa responsabilidade tão elementar tem provocado em muitas famílias um individualismo sem precedentes, e como resultado vemos famílias desestruturadas, sem moral, sem princípios, sem valores, sem respeito às autoridades e ao próximo. Fica evidente que essas famílias pretendem que a escola assuma uma tarefa com a qual elas não estão dispostas a arcar. A participação coletiva envolvendo pais e professores é fundamental para que escola e família caminhem juntas.. Todos os segmentos da escola devem ter clareza das finalidades, dos objetivos, das ações e dos serviços oferecidos pela escola. Isso se constitui no passo inicial da transparência dessa relação que é necessária e indispensável. A escola não pode chamar os pais somente para falar dos “problemas dos seus filhos”. Cabe à escola encontrar o melhor caminho para a participação dos pais e da comunidade escolar no processo educativo, evitando essa transferência de responsabilidade, onde a escola culpa a família que, por sua vez, culpa os professores e a instituição de ensino pelo mau desempenho e até pelo fracasso escolar. Portanto, este artigo pretende evidenciar a necessidade de buscarmos, enquanto professores e educadores, uma aproximação efetiva com as famílias, conhecendo seu contexto social, para implementar um modelo de participação decisivo delas. Será fundamental que a escola abra as portas para a participação de familiares e da comunidade, isso contribui para a qualidade e aproveitamento dos alunos e colabora para diminuir a evasão, a repetência, a violência e o fracasso escolar. Um trabalho de parceria se constitui em uma estratégia positiva na promoção do diálogo e do envolvimento de todos visando a melhora constante da escola e dos alunos.

**Palavras Chave:** Educação Infantil; Família; Parceria; Escola.

## **INTRODUÇÃO**

A família é considerada o fundamento básico e universal das sociedades. Embora variem suas estruturas e funcionamento, a família, sem dúvida, exerce grande responsabilidade no processo de socialização da criança. O ambiente familiar contribui fundamentalmente para tornar a criança mais perspicaz e observadora. Porém, a carência de estímulos cognitivos na família torna seu desenvolvimento retardado, em comparação às crianças que possuem este incentivo. A influência que o meio social estabelece sobre a capacidade de aprendizagem da criança é relevante, sendo que esta influência ocorre tanto positivamente quanto negativamente. O primeiro e mais importante grupo social do qual a criança participa, a família, pode contribuir de maneira propícia e favorável, ou de forma nociva e prejudicial.

Todavia, a falta de participação dos pais na escola é um problema que traz grandes consequências, pois acompanhar de perto as ações da escola e ficar “por dentro” daquilo que lá acontece é de responsabilidade da família. E a função da escola seria promover encontros e espaços de interação, além de apresentar o que está se passando na escola, pois uma gestão democrática deve implicar necessariamente na participação da comunidade nas suas decisões. *“A responsabilidade da família na escola é acompanhar o processo de perto. O que está acontecendo, verificar o rendimento, perguntar sobre as aulas, questionar sobre trabalhos e tarefas, freqüentar as reuniões programadas pela escola e conhecer os membros do corpo docente são requisitos elementares para os pais que querem estar realmente atualizados quanto ao aproveitamento de seus filhos na escola. Estando por dentro de tudo que acontece na escola, fica muito mais fácil para os pais cobrarem da escola a medida necessária para melhorar a condição de seus filhos nos estudos”* (PAROLIN, 2007, p.25).

De fato, a responsabilidade da família se apresenta em duas frentes, a influência positiva no caminhar dos filhos, de forma acolhedora, incentivadora e motivadora, e sua participação no cotidiano da escola, contribuindo para que os projetos e decisões sejam democráticos. A escola, por sua vez, proporcionará todas as condições para que essa parceria se estabeleça de forma saudável, na certeza de que a escola, a família e o aluno sairão vitoriosos na batalha de formar cidadãos críticos e participativos numa sociedade degradada.

## **A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA**

A família é o primeiro ambiente de socialização que a criança conhece, e tem papel preponderante no seu processo de aprendizagem. Basicamente, as relações familiares que a envolvem são produzidas por uma entidade identificada ao longo dos anos como “Família nuclear ou Família conjugal moderna que é composta por pai, mãe e filhos, coexistindo por meio de laços de aliança e de consaguinidade. A família nuclear moderna surge como uma categoria interpretativa, como um tipo ideal que num determinado período permitiu a compreensão do real. Nessa concepção, todos os arranjos familiares que se encaixavam dentro deste modelo eram considerados como famílias boas, certas, estruturadas, sendo que todos os outros arranjos que não se enquadravam, constituíam-se em disfunções do sistema ou simplesmente em famílias desorganizadas e/ou desestruturadas” (KALOUSTIAN; FERRARI, 2005, p. 93).

Todavia, é perceptível que o “modelo de família nuclear vem perdendo espaço para os novos arranjos familiares, os quais trazem consigo um novo conceito de família que, apesar de ter novas configurações, não perde a sua essência. Isso representa produzir cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento. Nessa direção, compreende-se que, devido às transformações sociais que ocorrem, a família, hoje, busca, a todo o momento, lidar com as fragilidades existentes, promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem” (CARVALHO 2000, P.14).

Independente do modelo familiar, é imprescindível que esta família invista tempo e atenção às necessidades de aprendizagem de seus filhos. Está claro que crianças que aprendem com mais facilidade são as que tem pelo menos um membro da família que investe nelas. Às vezes nem são os pais, mas um irmão ou outra pessoa que more na casa, e que manifeste interesse pelas atividades. Elas demonstram uma autoconfiança maior e mais desejo de aprender. Com apoio em casa, elas se sentem seguras e motivadas, e como consequência, aprendem com mais facilidade. Porém, entre os alunos que demoram mais para aprender, estão os que tem famílias mais ausentes, onde não existe diálogo, onde não há participação ou interesse pela vida escolar da criança, e raramente aparecem na escola. Famílias que possuem o hábito da leitura, influenciam forte e positivamente a aprendizagem de suas crianças. “A família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que sejam seus professores, jamais suprirá a carência deixada por uma família ausente” (CHALITA, 2001, P.17).



As crianças possuem o desejo de sentirem-se amadas, aprovadas e elogiadas, quando recebem elogios da mãe ou do pai, quando recebem atenção, carinho, respeito e confiança, terão um incremento na sua autoestima. “A ajuda dos pais é decisiva no componente emocional, pois o carinho com que cuidam e o interesse sincero que demonstram com seu progresso escolar, o esforço que fazem para garantir condições de estudo em casa, aumentam a autoestima da criança e faz com que ela se interesse mais em aprender. Já alunos com baixa autoestima tem grandes possibilidades de apresentar problemas como depressão, insucesso nos estudos e outros problemas que ele levará para a vida” (ZAGURY, 2003).

A criança amada lida melhor com as dificuldades da vida, na escola ou fora dela. Amar o filho significa apoiá-lo carinhosamente, não deixar que ele se sinta abandonado. E isso é obrigação dos pais, independente do nível cultural, social ou econômico. Alunos incentivados e apoiados pelos pais alcançam melhores resultados na aprendizagem, e pais que assim procedem são encontrados em todos os níveis sócio-econômicos.

## **A FUNÇÃO DA ESCOLA**

“A escola é uma instituição potencialmente socializadora, ela abre espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais e ampliem seus ângulos de visão. Aprendam a respeitar outras culturas, outras verdades e outros tipos de autoridade. Nessa instituição, o mundo do conhecimento, da informação, ou seja, o mundo objetivo mistura-se ao mundo dos sentimentos, das emoções e da intuição, enfim, ao mundo do subjetivo. Emoção e razão se fundindo em busca de sabedoria” (PAROLIM, 2005).

A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, promove, também, a inclusão social.

“Ela é um importante meio social. O âmbito familiar é o primeiro meio social de todo indivíduo. É o espaço onde ele passa a exercer papel fundamental no decorrer de sua trajetória. Pois são as experiências vividas no contexto familiar quando criança, que irão contribuir para a formação enquanto adulto. Assim, a escola passa a ser o espaço social depois da família, local onde se institui a cidadania. É o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa

comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra” (TOSTA, 2013 p. 8).

Com estas mudanças no contexto das famílias e o papel que as escolas passaram a desempenhar, muitos debates e estudos revelaram alguns aspectos importantes no que se refere ao papel e responsabilidades das referidas instituições no desenvolvimento dos estudantes/filhos. Elas mostram a importância do diálogo entre ambas nos processos de aprendizagem nos espaços da Educação Básica. “Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possa fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência” (OSORIO, 1996, p.82).

A função da escola não está apenas em proporcionar uma simples transmissão do conhecimento, tem um compromisso social para além disso.

“Preocupa-se também em prover a capacidade do aluno de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou conforme as necessidades de seu desenvolvimento individual e social. A escola precisa, a cada momento, fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc. Para isto é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões e divergências, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vista” (FREITAS, 2011).

A escola possui uma missão institucional explícita:

“o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Para tanto, deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele

buscará conhecer e aprender sempre mais” (GALLO, 2008 P.20).

Todas estas referências apenas reiteram o pensamento uniforme de que a “família” é onde se fundamentam as bases da sociabilidade e do acolhimento. Oferece estrutura, suporte e atenção, se responsabilizando por acompanhar seu desenvolvimento escolar. Quando ela insere a criança no meio social “escola”, compromete-se em auxiliá-la, provendo a assistência devida, incentivo, motivação e estímulo na busca do seu desenvolvimento como aluno e cidadão. Como este retrato não corresponde à totalidade das famílias, as escolas estão sendo exigidas a desempenharem funções que vão muito além daquilo que é seu encargo. O resultado tem sido o que comumente é chamado de fracasso escolar, no qual o abandono, as reprovações, a má formação e o desinteresse são protagonistas.

### **FAMÍLIA E ESCOLA, UMA PARCERIA FUNDAMENTAL**

A escola tem procurado ao longo dos anos estabelecer relações com as famílias de seus alunos, visando, principalmente, melhorar o desempenho escolar, o desenvolvimento cognitivo e o respeito às práticas comportamentais que são esperadas dos alunos. Quando escola e família tem uma linguagem comum e adotam procedimentos de forma colaborativa, torna-se viável que os alunos adquiram uma aprendizagem significativa, além de um desenvolvimento intelectual e emocional mais harmonioso. É preciso entender que a criança é uma pessoa, apenas com menor capacidade física e de defesa do que as demais, e, por isso mesmo, merecedora de tratamento afetuoso.

“Entender que toda criança é uma criança, vê-la como criança, analisar o meio em que ela vive, exercitar a empatia de estar em seu lugar e até mesmo relembrar, buscar em nossas lembranças de infância os momentos que nos marcaram, tanto os agradáveis, quanto os desagradáveis. Essa é uma reflexão que as pessoas adultas precisam se permitir no convívio com uma criança, pois é a história vivida por ela desde o seu nascimento, que pode ajudá-la no seu desenvolvimento, ou seja, na sua forma de integração e vivência na sociedade” DALLARI (1986, P.21).

Uma constatação surpreendente que dificulta o fortalecimento dessa parceria é a existência de pais ausentes, os quais são encontrados em todos os níveis sociais. A riqueza econômica de uma família não é garantia de que a criança terá o incentivo

dos pais. Aliás, muitas vezes acontece o contrário, parece que quanto mais ricos são os pais, menos tempo eles tem para os filhos.

“A criança que se sente amada lida melhor com as dificuldades da vida, na escola ou fora dela. O toque e o diálogo são mágicos, criam uma esfera de solidariedade, enriquecem a emoção e resgatam o sentido da vida. Não é possível que sejam desenvolvidas as habilidades cognitiva e social sem que a emoção seja trabalhada” (CURY, 2003).

A consolidação da relação escola/família é fundamental. A família como espaço de orientação e construção da identidade de um indivíduo deve promover juntamente com a escola uma parceria, a fim de contribuir para o desenvolvimento da criança. A aprendizagem e o desempenho escolar dependem da relação familiar e principalmente da relação professor/aluno, a qual é fortalecida quando a família se compromete com essa ação. Uma reportagem da revista *Veja* do dia 24 de setembro de 2008, apontou que o desempenho dos alunos da Coréia do Sul se mostrou acima da média de países com desenvolvimento superior. Segundo a pesquisa, tal fato deve-se ao envolvimento da família no processo de aprendizagem.

Os pais acompanham os filhos nas lições de casa de forma sistemática, e em alguns casos voltam a estudar pra poderem ajudar os filhos no aprendizado. De acordo com o trabalho, existe uma relação direta entre o engajamento das famílias no processo de aprendizado e os bons resultados alcançados.

“Os melhores exemplos nesse campo vêm de países asiáticos, como Japão e Coréia do Sul, aonde as mães chegam ao extremo de fazer cursos para aprender a lição dos filhos. A experiência oriental, que tem contribuído para colocar tais estudantes entre os melhores do mundo, serve de alerta para as famílias brasileiras”. (Matéria publicada em *VEJA* no dia 24 de Setembro de 2008).

Podemos citar um caso similar, “...outro exemplo de sucesso que temos é o das escolas de Reggio Emilia, na Itália, que tiveram sucesso em suas ações pedagógicas com o trabalho conjunto entre família e instituição escolar. O trabalho entre pais e professores é cooperativo, levando em conta que todos têm muito a aprender uns com os outros. As crianças são muito beneficiadas por esse modelo, uma vez que o vínculo entre escola e comunidade acaba formando uma grande família” (ABUCHAIM, 2009,p.39).

Quanto maior for a união destes dois meios sociais, maiores serão os resultados potencializados. Apesar dos vários exemplos apresentados, muitas famílias

não investem tempo e comprometimento, assim a parceria Família-Escola, lamentavelmente, está longe de ser uma realidade. Para combater este estado de coisas, motivar as famílias, democratizar a gestão escolar, envolver a comunidade e atender às determinações do Conselho Nacional de Educação, as escolas regulamentam estas práticas sociais, oficializando-as através do seu projeto político pedagógico, tornando públicos seus ideais comunitários.

### **PPP COLETIVO – ESSENCIAL PARA A PARCERIA FAMÍLIA / ESCOLA**

O conjunto das aspirações de uma escola, seus objetivos, metas e propósitos que ela pretende alcançar, bem como os meios pelos quais ela buscará concretizá-los, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico conhecido como PPP. As próprias palavras que compõem o nome deste documento esclarecem bastante daquilo a que ele se propõe:

**Projeto:** Consiste em esforço temporário empreendido com um objetivo pré-estabelecido, definido e claro. Tem início, meio e fim definidos, duração e recursos delimitados, em uma seqüência de atividades relacionadas.

**Político:** Considera a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela deverá seguir.

**Pedagógico:** Define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Quando alinhadas estas três colunas, o PPP ganha a força de um guia. Aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também para funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para funcionar como uma bússola, apontando a rota a ser seguida, e deve ser flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. O PPP deve contemplar, segundo especialistas, alguns quesitos importantes: Missão, Clientela, Dados sobre a aprendizagem, Relação com as famílias, Recursos, Diretrizes Pedagógicas e Planos de Ação. Assim, por conter tantas informações significativas, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que qualquer membro da equipe gestora ou pedagógica pode consultar a cada tomada de decisão.

No quesito que estamos refletindo, Relação com as Famílias, o PPP definirá como atuar para que os pais ou responsáveis estejam por dentro do que acontece na escola, incentivando seus filhos a se desenvolverem e criarem um vínculo cada vez

maior e melhor com a escola. Assim, “o PPP não pode permanecer engavetado, desatualizado ou inacabado. Pelo contrário, o PPP deve ser um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos”, (PADILHA, 2008).

O projeto político-pedagógico é um documento de construção coletiva que une todos os segmentos de uma unidade de ensino. Ele traduz a reflexão e a discussão crítica da sociedade e da educação com o intuito de desenvolver a própria organização do trabalho pedagógico em suas especificidades, níveis e modalidades. Ele pressupõe a união de todos os setores para viabilizar a concretização dos compromissos coletivos.

Na Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014), o Projeto Político-Pedagógico foi um dos temas em destaque, explicitando que “é preciso romper com as práticas autoritárias e centralizadoras ainda arraigadas na cultura política da sociedade e demarcada pelas desigualdades sociais para uma tomada de decisão, especialmente no campo educacional, adotando o princípio da gestão democrática nos sistemas de ensino e proporcionando o efetivo fortalecimento dos diversos segmentos da comunidade escolar, garantindo autonomia aos gestores, à comunidade escolar, aos trabalhadores da educação e afins, compartilhando as decisões de forma democrática, por meio da participação popular”.

O texto reforça ainda que “a relação entre qualidade e participação, no âmbito das instituições educacionais e dos espaços educativos, bem como da organização da educação, vai além da competência técnica. Envolve questões políticas internas e externas aos sistemas de ensino e às instituições educacionais, inclusive na adoção de novos modelos de organização administrativa e de gestão, nos quais sejam garantidos a participação popular e o controle social baseado na concepção de gestão democrática, intersetorial, que se contrapõe a processos de gestão gerencial, burocrático e centralizador, enfatizando o cumprimento do artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), que recomenda a instituição de conselhos escolares e a construção democrática e coletiva do PPP”. (CONAE 2014).

O Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente e administrado por uma Gestão Escolar Coletiva, onde todos os profissionais envolvidos no processo pedagógico atuam de forma a obter um direcionamento comum e padronizado, produzirá um fortalecimento nas relações entre a escola e a comunidade, mantendo todos focados na qualidade da educação, trazendo cada vez mais famílias para a vida da escola. Está aí uma grande possibilidade de transformar essa realidade nada favorável que enfrentamos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a Família é o primeiro meio social com o qual a criança convive, reconhecemos seu papel primordial de acompanhamento de todos os processos do seu desenvolvimento. A criança toma seus familiares como referência, e estes devem se atentar ao seu comportamento diante dela. É mais recorrente, por exemplo, que sua figura masculina seja o pai, aquele que oferece referências a respeito de postura, comprometimento com metas e responsabilidade. A mãe, ou figura feminina, na maioria das vezes é para a criança uma referência de cuidado, atenção e respeito. Os Irmãos mais velhos, por exemplo, podem influenciar em suas escolhas culturais e também na postura diante de colegas. Vínculos afetivos, em geral, são bem determinantes.

Todavia, essas influências podem ser negativas, caso não haja afeto, preocupação com seu desenvolvimento e cuidados com sua aprendizagem. Ao ingressar na escola, ela terá imensas dificuldades, pois se sentirá insegura e fora dos padrões. A escola fará todo o possível para reverter essa situação, porém, será necessário que haja cooperação e participação efetiva da família no processo. A parceria família-escola é essencial para alcançar o objetivo de aprimorar o desenvolvimento cognitivo do aluno. A atenção e o engajamento dos pais e responsáveis em casa, aliados à motivação e comprometimento dos professores na escola, terão como resultado um desenvolvimento constante e sadio da aprendizagem deste aluno. Na prática cotidiana percebemos o quanto é difícil alcançar esta condição, porém não é impossível.

## REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Pátio - Educação infantil**. São Paulo: Artmed, 2009.
- CARVALHO, M. C. B. de.(Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo – Editora Gente, 2001.

CONAE 2014, EIXO V – **Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social** (P. 80).

CURY, Augusto Jorge. **Filhos brilhantes, alunos fascinantes**. São Paulo, Academia da Inteligência, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu, et ali. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986.

FREITAS, Ione Campos. **Função social da escola e formação do cidadão**. Disponível em: <http://democracianaescola.blogspot.com.br /2011/>. Acesso em 25 jan. 2024.

GALLO, Silvio; **Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar**. In: O sentido da Escola. ALVES, Nilda & Garcia (2008).

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 7.ed. São Paulo: Ed.Unicef : Cortez, 2005.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996..

PADILHA, Paulo Roberto. **Seminário Internacional para la Formación On-line de Actitudes**. 2008. (Congresso).

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2005.

TOSTA, M. C. **Síndrome de alienação parental: a criança, a família e a lei**. Disponível em: < <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/> . Acesso em 26 jan. 2024.

ZAGURY, Tânia. **Educar sem culpa: A gênese da ética**. 21ª Edição. Rio de Janeiro. Record, 2005..

## **OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR APLICATIVO NAS GRANDES CIDADES E SEU IMPACTO NO TRÂNSITO**

**José William Oliveira Gomes**

Formado em Administração, com Pós-Graduação em Gestão, Direito e Operação de Trânsito.



### **RESUMO**

Com o crescimento exponencial da população nos grandes centros urbanos, muitas questões são levantadas pelos especialistas em urbanização, especialmente levando em conta que esta urbanização ocorre desordenadamente e os municípios, em geral, não estão preparados para atender às necessidades básicas que esta demanda impõe, o que gera graves problemas ambientais econômicos e sociais, como desemprego (ou aumento de empregos informais), criminalidade, moradia em condições totalmente inadequadas contribuindo para aumento da poluição da água, entre outros. A cidade de São Paulo, atualmente, passa por um processo de verticalização que aumenta a população consideravelmente, e, em paralelo, acaba concentrando uma quantidade muito grande de pessoas extremamente pobres morando em condições de muita carência, em áreas de risco, nas periferias. Este aumento populacional desenfreado impacta os serviços públicos, como educação, saúde e o transporte. Atrasos nos horários, alto valor das tarifas, ônibus e trens sucateados, redução significativa dos ônibus e trens e diminuição da quantidade de linhas são fatores que se destacam negativamente na avaliação dos usuários de transportes públicos. Os serviços oferecidos pelo Metrô continuam sendo bem avaliados pelos usuários, entretanto, a malha viária existente hoje é muito pequena, e para chegar até ela, muito provavelmente, o usuário deverá se utilizar de algum tipo de transporte, o que gera alguma insatisfação. Já os serviços de táxis, que eram utilizados, na sua maioria, apenas em emergências devido às dificuldades de acessar (achar um táxi) e ao seu alto e imprevisível preço a ser pago ao final da corrida, com o aumento do desemprego, fica plenamente inviável. Neste contexto, surge o serviço de transporte por aplicativos, que traz uma variedade de benefícios para a população que necessita de mobilidade e que está insatisfeita com os serviços praticados mencionados acima. Rapidez no atendimento, valores acertados antecipadamente e com valores muito inferiores aos táxis, pagamento através do próprio aplicativo, sem a

necessidade de andar com dinheiro em espécie, veículos novos e confortáveis, menor risco de contaminação do covid-19, estas são algumas das vantagens que o serviço de transporte por aplicativos oferecem. Assim, este artigo se propõe a oferecer uma breve reflexão sobre o impacto dos serviços de transporte por aplicativo nas grandes cidades e, para isso, se utilizará de ensinamentos aprendidos nas aulas ministradas, em textos de autores e periódicos especializados nessa temática, sempre registrando os devidos créditos.

## **1. INTRODUÇÃO**

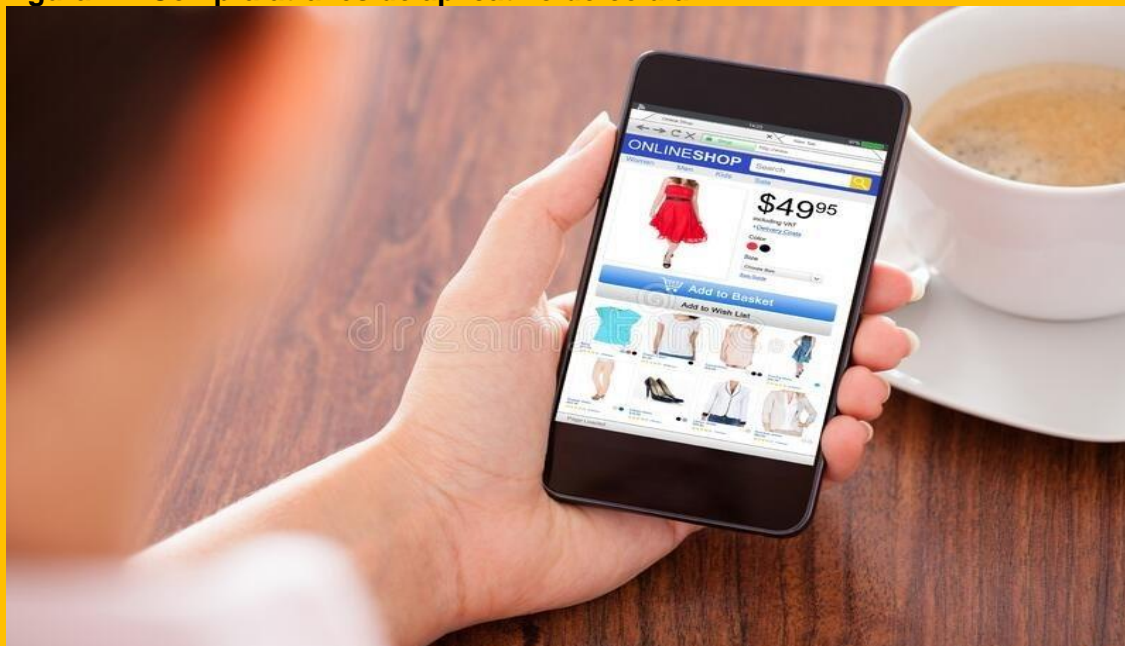
As tecnologias digitais tiveram um avanço enorme em 2020, onde foram apurados bilhões de downloads de novos aplicativos. Considerando que os hábitos relacionados ao uso de aplicativos ainda estão sendo formados na vida das pessoas de uma forma geral, calcula-se que a tendência é de que estes números continuem a aumentar nos próximos anos. Com este crescimento inegável, a sociedade brasileira tem investido em aparelhos celulares e tem buscado a eficiência e a comodidade de compras e serviços on line, e as empresas que oferecem os serviços estão investindo cada vez mais para tornar os seus serviços atrativos e importantes para este ávido mercado consumidor.

Acredita-se que o lockdown e o estímulo para as pessoas permanecerem em casa durante a pandemia tenham contribuído para este aumento, visto que os consumidores on line movimentaram cerca de 143 bilhões de dólares no último ano, e, à medida que as pessoas vão se habituando a esta prática, vão fortalecendo sua confiança neste tipo de serviço e a expectativa é de que este número aumente ainda mais nos próximos anos. Há uma tendência de que as lojas físicas, assim como as agências bancárias sofram com a diminuição de suas unidades físicas e passem a concentrar ainda mais esforços no público on line. Mesmo com o fim ou com a redução do isolamento social provocado pela pandemia, espera-se que com a liberação para eventos públicos como shows, cinema, teatro e ginásios esportivos, ocorra um aumento nas compras através de aplicativos, uma vez que este público consumidor já se habituou a gastar o seu dinheiro utilizando seu celular como ferramenta para este fim.

Num contexto de pandemia e lockdown, até mesmo atividades consideradas simples como as compras de produtos de supermercado ou da feira livre, passaram a ser feitas através do celular, e as empresas que oferecem os serviços buscaram se especializar a cada dia, promovendo a entrega a domicílio e garantindo que todos os

produtos sejam rigorosamente os mesmos que o consumidor comprou, bem como efetuar a entrega no prazo combinado, tudo com muita eficiência, agilidade e segurança.

**Figura 1 – Compra através de aplicativo de celular.**



Fonte: ABRAMET – Foto: Andrey Popov, Dreamstime.com.

Toda esta conjuntura poderia pressupor que as pessoas se concentrassem mais em suas casas e as ruas ficassem praticamente desertas, entretanto não foi assim que as coisas caminharam. Existem situações em que as pessoas precisam sair de suas casas, como necessidades médicas, por exemplo. Todavia, um estudo realizado pelo Ministério da Saúde em Junho/20, mostrou que, nos primeiros meses da pandemia:

Entre os principais motivos que levaram as pessoas a saírem de suas residências destacaram-se: compra de alimentos (75,3%), trabalho (45%), procurar serviço de saúde ou farmácia (42,1%), tédio ou cansaço de ficar em casa (20,5%), ajudar um familiar ou amigo (20,2%), visitar familiares e amigos (19,8%), praticar atividades físicas (13,6%) e caminhar com animal de estimação (5,6%). Os moradores com idades entre 35 e 49 anos (89,8%) das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (89%) foram os que mais saíram de casa. A pesquisa também apurou a frequência com que problemas relacionados à saúde mental incomodaram os entrevistados nas duas semanas anteriores à data da entrevista. Entre os que foram ouvidos pelo inquérito, 35,3% falta de interesse em fazer as coisas; 32,6% disseram se sentir para baixo ou deprimido; 30,7% se sentir cansado, com pouca energia; 17,3% descreveram lentidão para se movimentar ou falar ou estar muito agitado ou inquieto; 16,9% relataram sentir

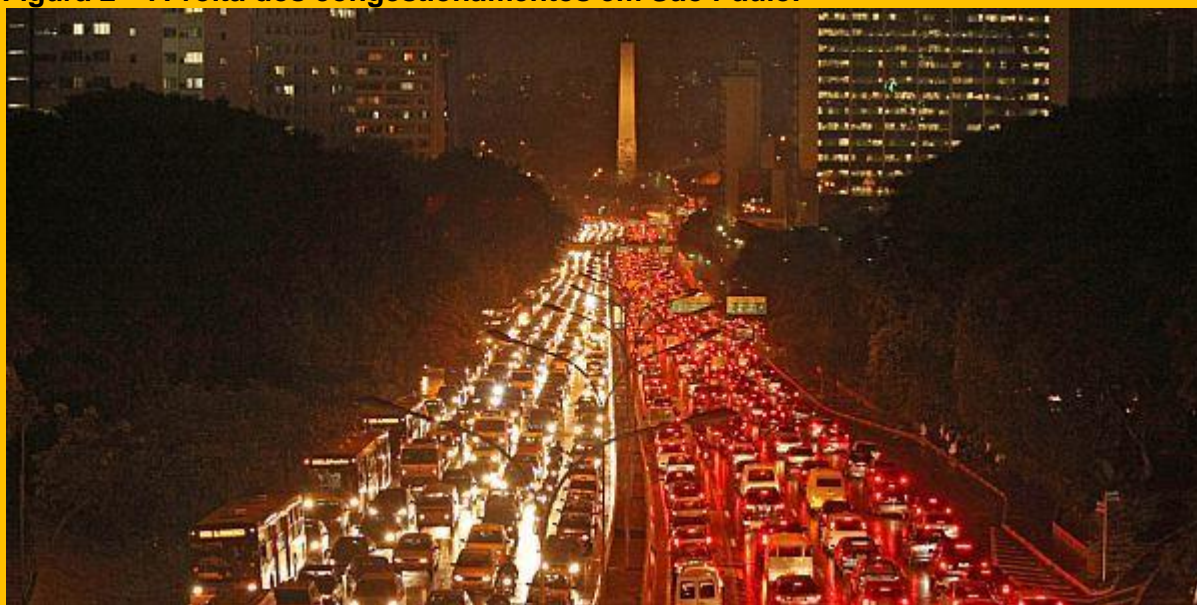


dificuldade para se concentrar nas coisas e; 15,9% disseram se sentirem mal consigo mesmo ou achar que decepcionaram pessoas queridas (IBESMED, 2020).

Observa-se que com o passar do tempo, com o início das vacinações, estes números aumentaram significativamente, e aquele cenário inicial com ruas desertas e pessoas confinadas dentro de suas casas foi sendo substituído por muita gente nas ruas, na sua maioria utilizando máscaras de proteção, aglomeração em lugares não permitidos e congestionamentos em diversas vias públicas.

Dessa forma, sejam saídas justificáveis ou não, o fato é que as pessoas necessitam sair de casa e, uma das alternativas mais escolhidas para transportá-las aos seus locais de destino foi utilizar os sistemas por aplicativos, afinal, as pessoas já estão confiando nesta metodologia tecnológica e, associado ao conforto, rapidez e preços acessíveis acertados previamente, passou a ser uma excelente opção que a população em geral tem considerado e utilizado bastante.

**Figura 2 – A volta dos congestionamentos em São Paulo.**



Fonte: Mobilize Brasil. Foto: Internet

Por ser um serviço relativamente recente, ainda não se tem dados concretos a respeito da intensidade do impacto que os serviços de transporte por aplicativo estão exercendo nas grandes cidades, mas não há como negar que estas empresas vieram para ficar, uma vez que caíram no gosto da população que, geralmente, não fazia uso dos serviços de táxi, e utilizava os transportes públicos para os seus deslocamentos. Entretanto, é possível avaliar, neste momento, as vantagens e as desvantagens que este serviço proporciona. Levantamentos mediante pesquisas de satisfação de clientes e também sobre o impacto que ele tem causado nas grandes cidades, em especial no



trânsito, na afetação dos serviços de transporte público e nos serviços de táxi, entre outros.

Apesar de ser a empresa pioneira neste ramo de atividade, a Uber não está sozinha no mercado e possui uma lista de concorrentes que, por diversos motivos, estão crescendo e tomando parte da sua fatia nesse mercado. Dentre estes, os que mais tem se destacado são, além da Uber, 99App, Cabify, Blablacar, InDriver, Garupa e Lady Driver.

A Uber, certamente, se tornou uma grande referência dentro do setor de transporte de passageiros por aplicativo, no entanto, através dessa lista é possível verificar que, com o passar do tempo, estão surgindo novas empresas para atender demandas específicas dos usuários desse tipo de serviço. Assim, os serviços se modernizam e se especializam cada vez mais.

Outro aspecto importante a ser considerado é a questão dos altos índices de desemprego em nosso país, o que tem levado muitos trabalhadores que perderam seu emprego e que ainda não se recolocaram no mercado a serem motoristas de aplicativo. Esta ação, com certeza, se transformou numa saída para o desemprego e também uma opção para reforçar o orçamento familiar.

Além deste cenário de profissionais que perderam o emprego, encontramos relatos de jovens recém-formados que, por não conseguirem acesso ao mercado de trabalho, estão fazendo esta opção, mesmo que em caráter temporário. Existem casos, também, de trabalhadores que, ao se recolocarem em suas funções, fazem a opção de permanecer nos aplicativos a fim de complementarem sua renda. Dessa forma, mesmo após a sua jornada de trabalho, ainda atuam por três ou quatro horas trabalhando nos aplicativos.

Um estudo realizado pela ANTP, Associação Nacional de Transporte Público, entidade constituída por especialistas de empresas públicas e privadas do sistema de transporte, incluindo viagens de ônibus, analisa o impacto que a migração de passageiros de ônibus para os veículos de aplicativos estão provocando na cidade de São Paulo. Entre os principais impactos verificados estão o aumento dos congestionamentos, da emissão de gases poluentes, dos acidentes de trânsito e até mesmo do aumento das tarifas dos ônibus. Dessa forma, este artigo pretende lançar uma breve reflexão sobre estes impactos, especialmente no trânsito e na mobilidade dos seus cidadãos.

## O TRANSPORTE PÚBLICO E A MOBILIDADE URBANA

Com o advento da Internet, começou a surgir um pensamento comum de que ela solucionaria os problemas da mobilidade urbana, que, resumidamente, representa o trânsito de veículos e de pedestres, seja através do transporte individual ou coletivo. Alegavam os especialistas que num mundo totalmente conectado, seria desnecessário se locomover, entretanto, a internet acabou facilitando os deslocamentos de um ponto a outro, o que se tornou algo bastante simples e rápido.

Até pouco tempo atrás, as pessoas se deslocavam pelas cidades através de veículos próprios, transportes públicos ou utilizando serviços de táxi. Entretanto, os pontos negativos que estas formas de transporte assinalavam, faziam com que cada deslocamento que empreendesse um trajeto um pouco maior, se tornasse em um verdadeiro pesadelo para o usuário.

A demora em acessar um ônibus, que na maioria das vezes chega atrasado, e, por conseguinte, já vem completamente lotado de pessoas, tornando a viagem extremamente desconfortável, além de uma tarifa bastante pesada na relação custo-benefício, fazem com que o usuário reflita na possibilidade de utilização de outros meios de transportes que possam lhe trazer algum conforto na viagem e que também contribua para que ele não se atrase nos seus compromissos.

**Figura 3 – Ponto de ônibus lotado.**



Fonte: EM – Estado de Minas – Foto: Internet.

Assim, a primeira alternativa que vem à mente seria a utilização de um serviço que suprisse estes aspectos negativos relativos à rapidez e ao conforto. Logo, a ideia de utilizar o serviço de táxi, torna-se uma possibilidade a se considerar, entretanto, algumas particularidades dificultam a sua utilização, primeiramente, a questão da

praticidade e funcionalidade, ou seja, nem sempre se encontra um táxi disponível passando vazio pela localidade, e encontrar um “ponto de táxi” pode não ser algo simples de se achar. Existem diversos serviços de táxi por chamada telefônica, porém, além de necessitar de um cadastro prévio para ser atendido por empresas maiores e que possuem uma frota maior e mais abrangente, o que já desanima o usuário, as empresas menores atendem na sua respectiva região, o que também limita a prestação do serviço.

Outro ponto negativo é que, geralmente, o valor a ser pago ao final da corrida, acaba sendo muito superior ao que se estimava pagar. Isto se deve ao fato de que o taxímetro vai computando valores, não levando em conta paradas nos semáforos ou congestionamentos, o que, de fato, é imprevisível nas grandes cidades. Dessa forma, utilizar o serviço de táxi pode ser uma experiência razoável no quesito conforto e rapidez, uma vez que os veículos são relativamente novos e trafegam pelos corredores destinados aos ônibus em horários de pico. Todavia, além da maior dificuldade em obter um táxi nos dias atuais, uma viagem de táxi pode comprometer o orçamento, ou seja, é um serviço muito caro para um trabalhador comum usufruir.

**Figura 4 – Táxis trafegando pelos corredores de ônibus em São Paulo.**



Fonte: Via Coletivo – Foto: Internet.

Um dos serviços de transporte coletivo bastante elogiado e muito bem avaliado nas pesquisas recentes de satisfação dos usuários é o Metrô de São Paulo. A pontualidade dos trens, principalmente, permitindo que o usuário utilize o serviço com boa garantia de que chegará ao seu destino na hora planejada, é um dos fatores que mais contribuem para que o serviço suba no conceito popular. A limpeza das estações e dos trens também se soma aos atrativos que impulsionam os números da pesquisa.

Apesar desta percepção da população que eleva os percentuais dos indicadores de satisfação dos usuários do Metrô, os pontos negativos apontam para o nível de lotação nos horários de pico, em que as pessoas se acotovelam para entrar nos trens e, tendo entrado nos mesmos, viajam espremidas umas às outras. Da mesma forma, outro quesito que os usuários classificam como aspecto desfavorável é o fato de que a malha viária do Metrô de São Paulo é relativamente pequena e não atende a imensa maioria da população. Assim, o Metrô as transporta às áreas centrais e, para se locomoverem até suas casas, se faz necessário utilizar de outras formas de transporte, como trens, ônibus, táxis etc, o que faz com que uma viagem de metrô, geralmente rápida e eficiente, seja apenas parte do processo, e haverá ainda um longo tempo para se chegar ao destino final.

Entres as instituições (serviços ou empresas) que o paulistano tem mais confiança estão respectivamente o Metrô de São Paulo (72%), a Sabesp (58%) e a SPTrans – incluindo as empresas de ônibus (51%). Os números se referem ao resultado da pesquisa “Viver em São Paulo: Qualidade de Vida” realizada pela Rede Nossa São Paulo com o Ibope e divulgada nesta quarta-feira 22 de janeiro de 2020. Foram feitas 800 entrevistas de 05 a 19 de dezembro de 2019 com moradores de 16 anos ou mais. Esse perfil é equivalente a 9,8 milhões (9.807.023) de paulistanos, com base em dados oficiais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao ano de 2019. A evolução histórica da pesquisa mostra que tanto o Metrô, a Sabesp e a SPTrans (serviços e empresas de ônibus) tiveram alta na comparação entres os levantamentos feitos em 2018 e em 2019, mas em relação à primeira edição, em 2008, houve queda de confiança nestas três instituições (ANP TRILHOS, 2020).

O Metrô de São Paulo transporta uma média de 5,3 milhões de passageiros por dia, sua rede metroviária é composta de seis linhas perfazendo um total de 96 quilômetros integrados à CPTM, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e às linhas e terminais de ônibus. As linhas azul, vermelha e verde são administradas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo e as linhas amarela e lilás são operadas por outras empresas.



**Figura 5 – Trem do Metrô em operação em São Paulo.**



Fonte: Jornal SP Norte – Foto: Internet.

Os serviços de trens oferecidos pela CPTM, operadora de transporte ferroviário ligada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, utiliza a rede ferroviária da região metropolitana da cidade de São Paulo, num total de 273 quilômetros de malha. Cada uma das sete linhas da CPTM possui uma extremidade na Cidade de São Paulo e, a outra, em algum município da região metropolitana da cidade, com exceção da linha 7 que segue um trajeto mais longo até o município de Jundiaí.

Este modelo de transporte recebe muitas críticas da população sendo que as principais são: atraso nos horários de embarque, pois os trens demoram muito a chegar nas estações, superlotação, falta de segurança nas estações, trens obsoletos e desconfortáveis, estações antigas e não reformadas. Outra crítica que se faz ao sistema é o fato de que, em dias de chuva, muitos contratempos acontecem: os trens atrasam mais do que o normal, pois necessitam trafegar com velocidade reduzida, as estações ficam mais sujeitas a panes e o sistema acaba entrando em um colapso que pode levar horas para normalizar.

Tanto a CPTM quanto o governo do estado informam que estão investindo bastante na recuperação da malha, na revitalização dos trens e das estações, e também no quesito segurança. Entretanto, a população ainda não tem conseguido ter essa percepção e as críticas são maiores do que os elogios.

**Figura 6 – Trem da CPTM na estação lotada em dia de chuva em São Paulo.**



Fonte: Revista Veja – Foto: Folhapress.

Considerando que as possibilidades de transporte disponíveis para a mobilidade urbana não atendem à maior parte da população, ou, quando atendem, deixam muito a desejar, muitos usuários optam por fazer seus trajetos através de veículo particular. Entretanto, comprar um automóvel ou uma motocicleta, além de produzir gastos da própria aquisição, também acarreta em outros custos relativos à documentação, impostos, taxas e multas de trânsito. Outros fatores que eram bastante são os gastos com a manutenção, o abastecimento e o seguro. Todos estes aspectos tendem a levar a pessoa a pensar muito se vale à pena utilizar veículo próprio ou não.

Quando a opção do veículo próprio se torna inviável, surge a interessante possibilidade de locomover-se utilizando a bicicleta. Muitos são os aspectos que favorecem esta ideia: prática de exercício físico, modalidade de transporte não poluente, sem altos custos financeiros, apenas a própria bicicleta e equipamentos de segurança como capacete, joelheiras, e faixas para visualização noturna.

Pensando nisso, a administração municipal da cidade de São Paulo investiu na disponibilização de ciclofaixas espalhadas por toda a cidade, facilmente identificadas pela pintura vermelha, com o intuito de incentivar a locomoção mediante o uso das bicicletas. Entretanto, existem algumas restrições bastante significativas para se dirtigir ao trabalho, por exemplo: as distâncias são, geralmente, muito longas, e há também o perigo de colisão com veículos, uma vez que não existe ainda uma cultura de respeito por parte dos motoristas, o que provoca muitos acidentes. Para lazer, as



ciclovias e ciclofaixas atendem as expectativas da população, porém, como meio de transporte cotidiano, lamentavelmente, está longe de ser uma opção viável e segura.

**Figura 7 – Ciclista pedalando pela ciclofaixa na cidade de São Paulo.**



Fonte: Blog BR Ciclismo – Foto: Internet.

Com este cenário nada animador, é bastante razoável imaginar que a pessoa que precisa se deslocar para algum lugar, o faça apenas em casos de necessidade absoluta, como ir ao trabalho, a uma consulta médica, ou algo semelhante. Todavia, a pessoa que já tem em mente que, com raras exceções, ela passará por algum tipo de aborrecimento na sua jornada de mobilidade urbana.

## **O RECENTE ADVENTO DOS APLICATIVOS DE TRANSPORTE**

A dificuldade em conseguir transporte eficiente não é uma exclusividade das grandes cidades brasileiras e todas as metrópoles possuem contextos similares aos nossos. Assim, em 2009, dois executivos americanos, Garret Camp e Travis Kalanick, encontrando dificuldade em obter um táxi em Paris, tiveram a ideia de criar uma plataforma na qual as pessoas pudessem solicitar carros para locomovê-las em seus destinos. Assim, em 2009, na Califórnia, foi inaugurada a Uber, empresa pioneira no ramo de aplicativos para transporte.

Atualmente, a empresa está presente em mais de 600 cidades, permitindo que os usuários do app solicitem corridas e que pessoas comuns ganhem dinheiro com seus próprios carros. De acordo com informações da companhia, atualmente a plataforma conta com 75 milhões de usuários, 3 milhões de motoristas

parceiros e realiza cerca de 15 milhões de viagens por dia. A missão da Uber é oferecer transporte confiável para as pessoas, em todos os lugares. Para isso, a companhia segue diretrizes como respeito mútuo, segurança e qualidade. Segundo dados da companhia, a política da Uber se caracteriza por conceitos sólidos como "tolerância zero com qualquer tipo de discriminação" (BLOG CANALTECH, 2021).

A Uber se estabeleceu no Brasil em 2014, iniciando suas atividades na cidade do Rio de Janeiro. A segunda cidade a receber o aplicativo foi São Paulo e em seguida foi Belo Horizonte. Atualmente, mais de 100 cidades brasileiras contam com os serviços da empresa, realizados por 500 mil motoristas parceiros. Após receber investimentos de grandes empresas, a Uber diversificou sua área de atuação, e hoje a companhia também oferece serviços de entrega de alimentos, transporte de carga e conta com laboratórios para o desenvolvimento de tecnologias para carros autônomos.

Com o sucesso do aplicativo Uber, várias outras empresas buscaram oferecer serviços semelhantes e, dessa forma, capturar uma fatia nesse mercado inovador e bastante promissor. Foi exatamente o que ocorreu com a empresa 99, idealizada pelos engenheiros brasileiros, Ariel Lambrecht, Renato Freitas e Paulo Veras no ano de 2012. No início de suas operações, a 99 trabalhava exclusivamente com táxis, a 99Táxis, porém, rapidamente criaram 99Pop, voltada para motoristas particulares.

A empresa recebeu um grande aporte financeiro de investidores chineses e do fundo de investimento japonês SoftBank. Os investimentos chegaram à casa dos 420 milhões de dólares. Isso permitiu que a 99 contratasse 250 funcionários. Ao final do ano, a 99 já tinha um corpo de 400 colaboradores. Em 2018, a empresa foi finalmente vendida à empresa chinesa Didi pela expressiva quantia de pouco mais de um bilhão de dólares.

**Figura 8 – Usuário solicitando serviço de Uber na cidade de São Paulo.**



Fonte: Almanaque SOS – Foto: Internet

Além da Uber e da 99, empresas que detinham, até bem pouco tempo atrás, percentuais de 54% e de 12%, respectivamente, da preferência dos internautas brasileiros, conforme apontou o site Machine.Global, ainda existem outras empresas concorrentes que buscam, mediante alguma estratégia diferenciada, abocanhar uma fatia desse mercado. Dentre elas estão a Cabify, que chegou ao Brasil em 2016, e que se difere das demais por uma maneira de cobrança em que o cálculo é feito em cima da melhor rota entre os pontos, ou seja, o aplicativo calcula a melhor rota e o cliente paga por ela, independente do caminho que o motorista vier a fazer.

Outra empresa recém chegada ao Brasil é a Blablacar, cujo enfoque é o de oferecer caronas a longa distância, ou seja, a ideia é preencher os lugares nos carros que viajavam sozinhos. Se um motorista estiver viajando para uma cidade mais distante, de São Paulo para o Rio de Janeiro, por exemplo, poderia preencher os demais bancos do seu veículo. Além de conhecer novas pessoas, economizariam juntos. Corridas intermunicipais, estilo carona, são seu maior diferencial.

Outra novidade recém chegada é o aplicativo In Driver, fundado na Sibéria em 2012, com o intuito de atender uma população que sofre para se locomover com temperaturas que chegam a  $-45^{\circ}\text{C}$ . Hoje, já disponível em mais de 32 países, o In Driver, que chegou ao Brasil em 2018, se diferencia pela maneira de contratação do serviço. O usuário é quem apresenta o valor aproximado que pretende pagar e a forma como deseja pagar (em dinheiro ou maquininha de cartão do motorista), e o aplicativo busca motoristas que estejam oferecendo preços aproximados.

Outros aplicativos bem novos, mas que estão caindo no agrado dos usuários são o Garupa, aplicativo de mobilidade urbana brasileiro, criado em 2017 no Rio Grande do Sul, que se caracteriza por uma gama de serviços que oferece, como serviços de delivery, transporte de crianças, de pets, e para mulheres. Além deste, temos o Lady Driver, inaugurado no Dia Internacional da Mulher do ano de 2017, e que hoje é o maior aplicativo de motoristas mulheres do mundo, contando com mais de 50 mil mulheres motoristas cadastradas e 5 milhões de passageiras.

Todos estes aplicativos, que, como vimos, estão com apenas alguns poucos anos de existência, entretanto, já tem conquistado uma gama enorme de clientes, visto que enxergaram uma demanda por serviços de transporte e mobilidade urbana de qualidade, com preços acessíveis e atendimento personalizado. Evidentemente que com a precária distribuição de renda em nosso país, uma gigantesca parcela da população não tem acesso a estes serviços, e carece dos serviços públicos de transporte, que precisam ser melhorados em muito, todavia, enquanto essas melhorias ainda estão apenas no papel e nas promessas de campanha, os serviços por aplicativo vão ganhando seu espaço no gosto dos usuários, principalmente, os que moram nos grandes centros urbanos.

## **A EMPREGABILIDADE E OS APLICATIVOS DE TRANSPORTE.**

Não há dúvidas de que um dos maiores desafios dos moradores da cidade de São Paulo é a luta para superar as adversidades de mobilidade urbana com os quais se deparam diariamente. Vias congestionadas, falta de lugares para estacionar o veículo, um transporte público que está longe de atender a demanda e as expectativas, um enorme desrespeito com a sinalização de trânsito, com as faixas de pedestres, com as ciclofaixas, enfim, sair de casa, mesmo que seja para caminhar até a padaria mais próxima, pode se transformar em uma aventura.

Todos estes fatores somados, aliados a vários outros não mencionados aqui, são suficientes para qualificar o trânsito e a mobilidade urbana da cidade de São Paulo como caóticos. Entretanto, para quem pudesse pressupor que com o isolamento social provocado pela pandemia fosse haver uma mudança significativa, as notícias indicam exatamente o oposto. Nos primeiros meses de 2021, constatou-se um aumento considerável nos congestionamentos da cidade de São Paulo em relação ao mesmo período do ano passado, no início da pandemia. À medida que as restrições vão sendo

flexibilizadas e as pessoas passam a ter uma sensação de volta à normalidade, o impacto no trânsito é imediato.

Com mais de onze milhões de habitantes, sem contar aqui os moradores das cidades da grande São Paulo, nem os turistas, que fazem com que a cidade apareça no topo do ranking das mais visitadas do Brasil, todavia, com uma frota estimada em aproximadamente dez milhões de veículos, seria mesmo de se estranhar se números dessa magnitude não impactassem o trânsito da cidade.

“motoristas enfrentando motocicletas circulando entre as faixas, agressões verbais, medo de assaltos, poluição, incluindo a sonora. Para piorar, a fumaça emitida pelos escapamentos dos veículos (os mais prejudiciais para a saúde são os expelidos pelos ônibus e pelas motos), deixa a condição do ar tão crítica que o paulistano “enxerga” o ar que respira. E quando chove, então, a situação do trânsito fica insustentável, e, segundo a CET-SP, o congestionamento do trânsito na Capital já atingiu a expressiva marca de 260 quilômetros (GAZETA DE PINHEIROS, 2020).

Para completar este cenário assustador, ainda existem outros prejuízos que o trânsito desordenado é capaz de produzir, como atrasos e adiamentos ou, pior ainda, problemas respiratórios, estresse emocional, dores musculares, angústia, desespero, síndrome do pânico, agressividade, medo, entre outros. Um quadro tão perturbador pode provocar, inclusive, aceleração dos batimentos cardíacos, sudorese, alteração da pressão arterial, gastrite, úlceras distúrbios gastrointestinais e dores de cabeça provocadas pela tensão psíquica. Existe solução? Por que os especialistas não conseguem solucionar este problema?



**Figura 9 – Motorista em momento de total estresse no trânsito.**



Fonte: Portal VIX – Foto: Internet.

A expectativa que alguns especialistas defendem é a de que haverá um rodízio de trabalho presencial, ou seja, muitas companhias perceberam, na pandemia, que não é totalmente necessária a presença física do empregado, e os sistemas de trabalho em home office ganham força. Esta perspectiva reforça a ideia de que com menos pessoas saindo de casa para trabalhar o impacto no trânsito, em especial das grandes cidades, tende a diminuir, entretanto, esta é uma expectativa que ainda não se confirmou na prática. Cabe aqui considerar que esta é a parte da população que manteve seus empregos na pandemia, mas sabemos que há uma parcela significativa de trabalhadores que não tiveram a mesma sorte e engrossaram as estatísticas de desemprego.

Importante ressaltar que a falta de emprego é algo crônico com a qual os trabalhadores se deparam há muito tempo, e, dessa forma, com o advento das empresas de transporte por aplicativo, surgiu, na última década, uma possibilidade de colocação para uma gama enorme de pessoas que passaram a ser motoristas destes aplicativos. Assim, muitos profissionais de diversos ramos de atividade encontraram uma oportunidade de trabalho, alguns de forma temporária, ou seja, até que consigam uma colocação efetiva nas suas áreas, outros devido a fatores como idade, saúde e aposentados, entre outros, pretendem manter-se na função por tempo indeterminado. Existe, ainda, um terceiro grupo, formado por pessoas que estão empregadas, mas que



precisam complementar sua renda e a maneira que encontraram para isso foi aderindo aos aplicativos.

A alta rotatividade do segmento torna difícil mensurar quantas pessoas trabalham no setor, mas uma pesquisa do Instituto Locomotiva, divulgada em 2019, indica que aproximadamente 5,5 milhões de brasileiros estão cadastrados em aplicativos como Uber, 99, iFood e Rappi. O número inclui aqueles que ainda usam os apps para trabalhar e aqueles que não atuam mais nesses serviços. Para se ter uma ideia do tamanho do mercado por aqui, por volta de 20% dos motoristas da Uber no mundo são brasileiros. Muitos preferem alugar veículos para trabalhar, o que vem se tornando um novo modelo de negócios, já que boa parte deles não tem veículo próprio e nem tem condições de financiar um automóvel (SUMMIT ESTADÃO, 2020).

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, apontam que no final de 2019, ou seja, antes da pandemia, o número de pessoas trabalhando em transportes por aplicativos chegava a 1 milhão de trabalhadores. Se compararmos com a PNAD, Pesquisa Nacional de Empregados e Desempregados, que em 2012 apontava que esse número girava em torno de 484 mil pessoas, acarretando em um aumento neste segmento da ordem de 137,6% no espaço de oito anos, constataremos um aumento extremamente expressivo.

Este crescimento substancial de motoristas por aplicativo provocou uma considerável expansão das linhas de crédito para aquisição de veículos. Dados do Banco Central indicam que em 2019 os financiamentos de veículos, impulsionados pela popularização dos aplicativos de transporte, atingiram um aumento de 80% em doze meses, chegando à casa dos R\$ 47,8 bilhões em créditos. Dessa forma, para trabalhar através de aplicativos, ou as pessoas se utilizam dos seus próprios veículos, ou financiam veículos novos, que atendem as exigências das empresas.

Este aumento no número de motoristas de aplicativo impacta no trânsito das grandes cidades, contribuindo para o caos instalado. E como não poderia deixar de ser, os motoristas de aplicativo sofrem muito com todas as formas de estresse mencionadas acima. Uma matéria veiculada ao Fantástico em 06 de junho de 2021 mostrou as dificuldades que estes trabalhadores enfrentam, além de constante temor de assaltos e de violência. Muitos motoristas são agredidos e a reportagem informou que somente nos primeiros cinco meses deste ano, foram contabilizados 43 assassinatos de motoristas por aplicativo no país.

Esta realidade violenta, associada a outros fatores como a baixa remuneração das corridas, o aumento dos combustíveis, altos custos de manutenção, pagamento de seguro, financiamento ou aluguel do veículo, quando é o caso, estão fazendo com que

muitos trabalhadores que aderiram à modalidade percam a margem de ganhos e cogitem a possibilidade de deixar a atividade ou exercê-la paralelamente a outras, a fim de equilibrar seu orçamento.

Este cenário tem provocado uma insatisfação por parte dos usuários dos aplicativos que apontam que, até pouco tempo atrás, a disponibilidade de veículos era muito grande e os veículos chegavam até eles com muita rapidez. Hoje, todavia, o tempo de espera está muito maior e muitos motoristas estão cancelando a viagem, o que irrita o usuário, pois terá de esperar mais tempo e torcer para que o novo motorista não cancele o serviço.

São muitas as reclamações por parte dos motoristas quanto aos valores pagos por corrida, mas o temor de retaliações, como suspensão ou cancelamento de cadastro, faz com que prefiram o anonimato ao falar sobre as condições de trabalho e a remuneração. Muitos assumem que passaram a rejeitar as corridas mais curtas por não compensar – o que tem provocado irritação nos usuários – e que a jornada é excessiva para conseguir fechar as contas no final do mês. Outros admitem que estão tentando fidelizar seus clientes fora do ambiente dos aplicativos, atitude terminantemente proibida pelas plataformas (ESTADO DE MINAS, 2021).

Este argumento é bastante justificável, uma vez que os requisitos para se cadastrar como motorista prestador de serviços por aplicativos é bastante extenso, e nada simples de se cumprir. Para se tornar um motorista parceiro, as exigências vão desde a documentação, que necessita estar em excelente estado, sem pontas danificadas e com fotos nítidas. A CNH, Carteira Nacional de Habilitação, deverá conter a observação "Exerce atividade remunerada" (EAR), sendo que a opção (PPD), Permissão Para Dirigir, não é aceita. Alguns dias após realizar a análise destes dados o candidato é comunicado, e, caso seja aprovado, ele deverá enviar uma foto legível do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo), caso o candidato não possua veículo próprio, ele poderá alugar um veículo em uma das locadoras parceiras da empresa, com desconto.

Além destes requisitos básicos, assim como já acontece para os táxis, os motoristas de aplicativos de transporte particular de passageiros também precisam de uma licença especial para trabalhar na cidade de São Paulo. Essa autorização é o Cadastro Municipal de Condutores de Aplicativo, o CONDUAPP, que consiste em uma base de dados online que registra todos os motoristas que trabalham com os aplicativos existentes no mercado atual. O CONDUAPP é obtido mediante um curso de duração de 16 horas, podendo ser feito online ou em instituições cadastradas pela

Prefeitura. Seu custo varia de acordo com a plataforma que o motorista escolher para a realização do curso e sua validade é de cinco anos.

#### 10 – Modelo do Conduapp fornecido pela Prefeitura de São Paulo.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES PÚBLICOS - DTP	
	
	
<b>PREFEITURA DE SÃO PAULO</b> MOBILIDADE E TRANSPORTES	
NOME: <b>JOÃO G.A.SILVA SANTOS</b>	
CONDUAPP: <b>2502121983</b>	
MODALIDADE: <b>CONDUTOR DE APLICATIVOS (APP)</b>	
RG: <b>12.345.567-0</b>	CNH: <b>987654321017</b>
EMIÇÃO: <b>30/05/2017</b>	VALIDADE: <b>30/05/2022</b>

Exemplo de certificado Conduapp da Prefeitura de São Paulo – Imagem da Internet.

## O USUÁRIO DOS APLICATIVOS DE TRANSPORTE

Sendo uma realidade nas grandes cidades, os aplicativos de mobilidade urbana são usados por pessoas de todas as faixas etárias e classes sociais, esta democratização dos serviços é uma conquista patrocinada pelos avanços da tecnologia associados à precarização dos transportes públicos, e a uma comodidade em relação à utilização do carro particular em muitas situações. Assim, baixar o aplicativo e fazer uso dele é algo ao alcance de grande parcela da população.

Muitas pesquisas tentam mapear o perfil das pessoas que utilizam os aplicativos, entretanto, como se trata de uma modalidade extremamente nova, muitas variáveis afetam as pesquisas. Com a chegada da pandemia do Corona Vírus, por exemplo, houve uma mudança considerável, uma vez que muitas pessoas perderam sua colocação profissional, outras passaram a trabalhar de casa, outras preferiram não utilizar transporte público por medo da contaminação, outros que utilizavam os aplicativos para festas, baladas e encontros sociais que deixaram de acontecer.

A pandemia do corona vírus trouxe diversas mudanças sobre todos os setores da sociedade. Talvez em nenhum outro momento da história recente do Brasil as desigualdades sociais tenham ficado tão em evidência quanto agora. A própria mobilidade urbana teve que se reinventar para continuar funcionando e sendo relevante em meio a um

período de tantas incertezas. Foram mudanças drásticas no fluxo de pessoas, nas dinâmicas de trabalho e na própria demanda por serviços de transporte. O transporte público brasileiro foi mais uma vez centro de debates e polêmicas. Eram diários os relatos de ônibus, metrô e trens lotados, sem qualquer prevenção ou distanciamento social, tornando-se ambientes propícios para a proliferação do vírus. O trabalhador das classes C e D, que não tem na maioria das vezes a oportunidade de exercer um trabalho remoto nos modelos de home office, se viu obrigado a abdicar da própria segurança para garantir o sustento. Com seu meio de obtenção de renda diretamente ligado à necessidade de sair de casa todos os dias, o trabalhador das classes mais baixas se viu obrigado a buscar alternativas que promovessem mais segurança. Pelo caráter emergencial da situação na qual o país se encontra, pode-se dizer que o trabalhador foi forçado a incluir o uso de aplicativos de transporte na sua rotina. (BLOG MACHINE GLOBAL, 2021).

Num contexto de transportes públicos lotados, combustíveis caros, escassez de lugares para estacionar, e outros complicadores, muita gente recorreu ao setor privado da mobilidade urbana. Assim, um recurso que atendia aos usuários de forma esporádica, em situações específicas, passou a ser algo do cotidiano das pessoas.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, divulgada no final do mês de Maio, aproximadamente 31% das pessoas da classe C começaram a utilizar carros de aplicativo na pandemia. Entre as classes A e B, este número foi de 14%. Este aumento fez com que as empresas se adequassem a este perfil, com ações para a diminuição de preços e medidas para garantir a saúde dos usuários.

Diferentemente de usuários da classe A e B, que conseguiram manter seus empregos, mesmo que trabalhando remotamente, os profissionais das demais classes precisam, basicamente, sair de casa para obter a sua renda. Trabalhadores autônomos, como cabeleireiros, manicures, barbeiros, maquiadores, depiladores, esteticistas, massagistas, entre outros, que atendiam a sua clientela em salões específicos, passaram a atender em domicílio. Com horários agendados, utilizar os aplicativos tornou-se essencial, pois além da garantia de cumprir os horários com segurança e preços acessíveis, os usuários evitam as aglomerações constatadas nas viagens através dos serviços de transporte público.

Dependendo do destino da viagem, a maioria dos usuários da cidade de São Paulo se desloca através de veículos por aplicativos até alguma estação do Metrô, e continua sua viagem por esta modalidade. Isto acontece devido à confiança da população quanto ao cumprimento dos horários, pois, diferentemente dos ônibus, que não oferecem garantia com relação ao horário em que vão passar no ponto, e nem do

horário em que chegarão ao seu destino, o Metrô oferece esta segurança. Além disso, fora dos horários de pico, os trens e estações não ficam superlotados e as aglomerações não acontecem.

Com a expectativa de que a vacinação contra a covid-19 esteja sendo aplicada em grande parte da população das grandes cidades, deverá ocorrer uma flexibilização nos horários de funcionamento de bares e restaurantes e a reabertura de cinemas, teatros e eventos esportivos. Este contexto propiciará um aumento nas viagens por aplicativos, uma vez que um grande percentual de usuários se sente à vontade para beber com os amigos sem a necessidade de dirigir seu carro próprio, o qual lhe demandaria despesas com combustível e paciência para encontrar um local para estacionar. Os estacionamentos nestes locais costumam ser bem caros e pesam muito nos custos do passeio.

### **MAIS CARROS, MAIS ACIDENTES, MAIS VIOLÊNCIA**

Pesquisas recentes apresentadas pelo DETRAN, Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo, revelam que, dos mais de 19 milhões de automóveis registrados no estado de São Paulo, cerca de 6,2 milhões circulam na cidade de São Paulo. Este número gigantesco corresponde a 11% dos automóveis cadastrados em todo o país. No que diz respeito às motocicletas, no estado de São Paulo estão cadastradas quase 5 milhões, somente na capital paulista são um pouco mais de um milhão.

A população nos grandes centros se expandiu de forma vertiginosa, e como possuir um automóvel é algo que a imensa maioria dos habitantes deseja, o número de veículos tende a aumentar na mesma proporção, todavia, a implantação dos serviços de transporte por aplicativo, contribuiu significativamente para que este número deslanchasse. Segundo um estudo publicado pela Folha de São Paulo, este número pode já estar na casa dos 240 mil automóveis, somente na cidade de São Paulo. A pesquisa aponta, também, que já se verifica aumento no congestionamento e enfraquecimento no sistema público de transporte.



**Figura 11 – Trânsito carregado na Avenida 23 de Maio em São Paulo-SP.**



Fonte: Blog Agora é Simples – Foto: Estadão

Segundo especialistas, o transporte por aplicativos tende a criar um cenário em que o horário de pico será o tempo todo. Um dos fatores apontados é que quando as pessoas deixam de usar seus próprios carros, para irem até regiões mais centrais, se dirigiam de manhã, estacionavam o carro, e o pegavam no fim da tarde para voltarem para suas casas. O horário de pico se formava aí. Ao utilizarem o aplicativo, esse veículo deixa o passageiro e continua circulando, ou seja, o horário de pico tende a se estender por períodos maiores.

A frota de veículos particulares aumenta, mas ela não está toda na rua. A frota dos aplicativos está, e essa é a questão, estão sempre rodando. Esses carros não saem das ruas, não liberam o sistema viário, não são guardados em uma garagem ou estacionamento. A Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro afirma que "a regulamentação do serviço está associada à elaboração de estudos específicos para avaliar o impacto, responsabilidades e contrapartidas" e que a ausência de informações oficiais sobre o tema ainda inviabiliza uma análise mais precisa sobre o assunto (UOL COTIDIANO, 2021).

Com o aumento acentuado no número de veículos nas grandes cidades, o que se percebe é que a velocidade média tende a diminuir, e, como consequência, o número de mortes no trânsito destas cidades. Isto ocorre uma vez que os acidentes se tornam menos graves quando a velocidade é menor. Ruas e avenidas que antes eram consideradas livres para os veículos fluírem, agora estão engarrafadas, e este

congestionamento não reduz o número de acidentes, todavia, a gravidade das lesões provocadas por estas colisões acaba sendo muito menor.

Na tentativa de minimizar o impacto causado pelo aumento da frota de veículos nas vias das grandes cidades, os governantes buscam promover algumas medidas na legislação do trânsito local. Na cidade de São Paulo, por exemplo, está em vigor o limite de velocidade, que é de 50 quilômetros por hora, com instalação de radares na maioria das vias. As multas produzidas por estes radares são divididas em três cenários: Se a velocidade apontada for de até 20% do limite permitido, o valor da multa será de R\$ 130,16. Se a velocidade for de 20% até 50% do limite permitido, o valor da multa será de R\$ 195,23. Se a velocidade apontada for acima de 50% do limite permitido, o valor da multa será de R\$ 880,41. Neste último cenário, existe a possibilidade do condutor vir a ter sua habilitação para dirigir suspensa. Entretanto, caberá recurso, tanto das multas quanto da suspensão.

Outra medida importante adotada pelas autoridades na capital paulista é o rodízio de veículos, em horários de pico. Dessa forma, os veículos estão impedidos de circular em um dos dias da semana (definido de acordo com o algarismo final da placa do veículo), no centro expandido da cidade, pela manhã, das 07:00h às 10:00h e à tarde, das 17:00h às 20:00h. O Centro Expandido da cidade de São Paulo consiste em uma área localizada ao redor do centro histórico, e delimitada pelo chamado minianel viário, composto pelas Marginais Tietê e Pinheiros, mais as avenidas Salim Farah Maluf, Luis Inácio Anhaia Mello, Afonso d'Escragnole Taunay, Bandeirantes, Juntas Provisórias, Presidente Tancredo Neves e Complexo Viário Maria Maluf.

A fiscalização é feita por meio dos agentes de trânsito (CET), autorizados a aplicarem as multas referentes ao descumprimento dessa legislação, efetivando os autos de infração no próprio local, como também a partir das câmeras e radares. Assim, transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação prevista no Código de Trânsito Brasileiro implicará em infração de trânsito de nível médio, resultando em multa no valor de R\$ 130,16 e acréscimo de quatro pontos no prontuário do motorista.

## 12 – Placa de trânsito alertando para o rodízio em São Paulo



Fonte: Via Coletivo – Foto: Interneto

Se o excesso de veículos tende a reduzir a velocidade média, e a evitar acidentes graves, o trânsito pesado, os engarrafamentos e congestionamentos tendem a causar um estresse nos motoristas, pois todos querem chegar mais rápido nos seus destinos e acabam desrespeitando leis de trânsito, pedestres, ciclistas e demais veículos. Este cenário acarreta em acidentes de trânsito, multas e contribui para um contexto de violência. As principais causas de acidentes de trânsito são a negligência, a imprudência, a imperícia e a embriaguez ao dirigir. Estes fatores, somados ao estresse que o trânsito das grandes cidades produz, geram um quadro bastante complicado. Para reduzir a probabilidade de se envolver com a violência e acidentes de trânsito, algumas dicas importantes são:

Parte das mortes e acidentes por violência no trânsito poderia ser evitada com motoristas mais prudentes e que causassem menos desavenças ao volante. O primeiro passo para evitar as brigas é diminuir o estresse no trânsito, por isso, sempre saia de casa mais cedo para que possa fazer seu caminho sem pressa ou ficar irritado com o trânsito parado. Ser gentil ao volante também é indicado. Sempre que possível, dê passagem, não fique buzinando e sinalize. Se cometer algum erro, saiba pedir desculpa e não xingue quem não segue esse mesmo conselho. Seguir as leis é fundamental, pois, fazendo a coisa certa dificilmente cometerá um erro e não causará desavença com outros motoristas. Além disso, o bom senso é bem-vindo. Além da legislação, em alguns casos é preciso avaliar a situação e se posicionar da melhor maneira. O mais importante é que se algum motorista quiser brigar, você deve evitar a discussão. Sempre há um esquentadinho que adora uma briga, então mantenha a calma

e evite se envolver. Se possível, vá embora ou, em situações mais graves, chame a polícia (PORTAL DO TRÂNSITO, 2021).

Apesar de todo este contexto, que nos leva a pensar que a culpa da violência e mortes no trânsito seja dos próprios motoristas, a cidade de São Paulo está mudando a interpretação mais simplista de que, por erros e distrações, as pessoas são culpadas pelos acidentes, e passa a assumir uma visão compartilhada dessa responsabilidade. Assim, a cidade de São Paulo acaba de lançar, de forma pioneira no Brasil, um Plano de Segurança Viária denominado Vida Segura, reunindo ações estratégicas de curto, médio e longo prazos, que tem por meta reduzir pela metade o número de mortes no trânsito da cidade até o ano de 2028.

Historicamente, no Brasil, os governos e a sociedade tratam a segurança viária como tema de responsabilidade exclusiva do indivíduo, seja ele o pedestre, o condutor ou o ciclista. Mas experiências de Sistemas Seguros e Visão Zero pelo mundo comprovam que o número de mortos no trânsito só cai consideravelmente quando o poder público também assume a sua responsabilidade e amplia a atuação, como São Paulo está fazendo. Para que o sistema de mobilidade ofereça um alto grau de segurança, é necessária uma abordagem sistêmica e abrangente capaz de reduzir as suas falhas. São Paulo está mostrando uma mudança de mentalidade: em vez de investir para que os indivíduos errem menos e sejam obedientes, passará a olhar para todos os aspectos do planejamento da mobilidade. Isso inclui as atitudes dos usuários, mas também a escolha do meio de transporte, os sistemas de segurança ativa e passiva dos veículos, a gestão das velocidades, as características das vias e seu entorno, a resposta pós-acidente, entre outros aspectos (WRI BRASIL, 2021).



**Figura 13 – Número de mortes no trânsito em Fortaleza diminuiu com a adoção das medidas de segurança.**



Fonte WRI Brasil – Foto: Rodrigo Capote.

Todas estas ações evidenciam a necessidade de que algo precisa ser feito, e com a maior urgência possível, entretanto, tornar a legislação mais rigorosa ou aplicar multas mais pesadas já se mostraram ineficazes quanto à questão de salvar vidas. É preciso repensar a forma como os motoristas estão sendo treinados e formados. A conscientização deve passar por uma educação contundente para o trânsito, a partir da infância, que mobilize escolas e famílias.

## **EDUCAÇÃO PARA UM TRÂNSITO QUE RESPEITE A VIDA**

Considerando que o aumento do número de veículos que circulam nas cidades brasileiras é contínuo e com os aplicativos de transporte este número cresceu ainda mais, a mobilidade urbana está sendo afetada e as consequências no cotidiano do trânsito de automóveis, motocicletas, bicicletas e pedestres sofreu enorme impacto. As medidas tomadas pelos governos se demonstram muito mais punitivas do que preventivas e não contribuíram para minimizar o caos no trânsito das grandes cidades, nem o número de acidentes.

Na tentativa de reverter este cenário, em 23 de Setembro de 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB),



indicando, em seu artigo 1º, que “o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código”. E em seu Artigo 76º, destaca que “A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas suas respectivas áreas de atuação”. Esta legislação oferece, ainda, outras ações bastante objetivas no sentido de implementar a educação para o trânsito nas escolas:

**Parágrafo único.** Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

- I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
- II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
- III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
- IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito (BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997).

Mais de duas décadas após a instituição do CTB, era de se esperar que a educação para o trânsito não apenas fosse uma realidade nas escolas e na vida das crianças, mas que já tivesse causado um impacto nas primeiras gerações de alunos que foram afetados por estes projetos, os quais já são condutores de veículos nas suas cidades, entretanto, ainda não se percebe grandes mudanças.

A proposta constante do artigo 76 do CTB é formidável, pena que ainda não saiu do papel, apesar de ter sido dado um prazo de duzentos e quarenta dias, contado da publicação do Código (23/09/97), para que o Ministério da Educação estabelecesse o currículo com conteúdo programático relativo à segurança e à educação de trânsito, a fim de atender o disposto neste Código (artigo 315). Vê-se que a ideia da criação de um programa nacional de implantação da educação para o trânsito em todos os níveis de ensino iria além do tratamento interdisciplinar do tema trânsito nas Escolas, mas pretendia: - formar professores na área de educação para o trânsito; - criar grupos de profissionais especializados em levantamento de dados estatísticos; - elaborar planos de redução de acidentes de trânsito, junto às Universidades. Entretanto, infelizmente, ainda não temos, na prática, a aplicação destas propostas legislativas (ARAÚJO, 2021).

Apesar de grande parte dos objetivos pretendidos quando da elaboração e instituição do Código Brasileiro de Trânsito ainda não terem sido postos em prática, fato é que muitos estados e municípios investem nos níveis da educação infantil e ensino fundamental com o propósito de formar pessoas conscientes nessa temática. Respeitar as leis do trânsito, os direitos dos pedestres, e das demais formas de mobilidade existentes são os objetivos que se busca atingir.

**Figura 14 – Crianças aprendendo regras de trânsito em Cacoal-RO.**



Fonte Portal G-1 – Foto: Internet.

Uma expressão muito antiga, mas ainda cheia de significado é que “educação vem de berço”, ou seja, valores importantes como educação, respeito e ética devem ser aprendidos desde muito cedo. Considerando que nos tempos atuais as crianças chegam às escolas muito antes do que antigamente, escola e família se somam na difícil missão de educar. Nessa idade, a criança forma seu aprendizado através de orientações que recebe e de exemplos que ela observa. Assim como ensinar uma criança a não jogar coisas pela janela do automóvel, e fazer isso na frente delas, cancelará tanto a orientação quanto o exemplo, parar em fila dupla, não respeitar a faixa de pedestres e ultrapassar um semáforo vermelho, por exemplo, criarão na mente da criança a ideia de que cometer essas infrações é algo normal.

A educação sobre o trânsito começa em casa. Mesmo que a família não possua carro, já na infância o contato com o trânsito se dá de forma inevitável. Crianças são pedestres, ciclistas e passageiros, e são muito mais vulneráveis que os adultos. Esta é mais uma razão para que elas sejam bem educadas. Por estarem inseridas no trânsito desde muito cedo, é muito importante que elas conheçam as regras básicas de trânsito, inicialmente para cuidarem da própria segurança. Os pais não devem perder nenhuma oportunidade de apontar situações erradas e falar sobre suas possíveis consequências. Tão importante quanto alertar para os erros é falar sobre atitudes corretas. Faça a criança observar o uso do cinto, explique a função da seta, mostre e explique as cores do semáforo, chame a atenção para a faixa de pedestres, mostre o velocímetro e explique sobre limites de velocidade, etc (BLOG ICETTRAN, 2019).

Para os pais, é inegável que o bom exemplo será sempre a melhor forma de educar. No trânsito, ter essa iniciativa é fundamental. Além de educar os filhos, os pais também se tornam motoristas mais responsáveis, vigiando os seus hábitos ao volante e ficando mais atentos às leis de trânsito, especialmente quando os filhos estiverem com eles. Assim, é importante que os pais usem o cinto de segurança mesmo em distâncias curtas, jamais utilizem o celular, nem para falar, nem para escrever ou checar as redes sociais, nunca permitam que animais ou crianças se sentem nos bancos da frente, nem sozinhas e nem no colo de alguém. Não joguem papel ou detritos pela janela.

Ao caminhar com os filhos nas ruas da cidade, é normal encontrar diversas oportunidades de orientação para o trânsito: Não atravessar a rua passando por entre os veículos, se não houver uma faixa de pedestres, é necessário aguardar. Atravessar um cruzamento sempre em linha reta, ao andar pelas calçadas deve-se ter cuidado com entrada e saída de veículos. Nunca sair correndo para aproveitar o sinal verde na faixa de pedestres. Caminhar normalmente e aguardar o próximo. Orientando os filhos através de ensinamentos e exemplos, os pais estarão contribuindo para a formação de cidadãos aptos a respeitarem o trânsito e valorizarem a vida. É importante que a criança entenda que ao respeitar as leis de trânsito, como pedestre ou como condutor, ela não estará apenas evitando multas ou punições. Ela precisa compreender que, fazendo a sua parte de forma responsável, ela beneficiará tanto a si mesma quanto às pessoas à sua volta.

No âmbito estudantil, muitas escolas já adotam conteúdos relacionados ao trânsito, orientando seus alunos quanto às melhores práticas que levem ao respeito às leis e à segurança. É fato que uma criança que já recebe orientações em casa, estará

muito mais predisposta para assimilar aquilo que lhe será ensinado na escola, e, neste sentido, a função dos educadores consiste em aprofundar os conceitos relacionados à educação no trânsito e corrigir possíveis falhas naquilo que lhe foi transmitido em casa. Considerando que é na escola onde a criança começa a se socializar, elas conseguem perceber com muito maior abrangência a importância do papel que ela deverá desenvolver no trânsito.

As crianças da educação infantil podem ser trabalhadas através de atividades lúdicas como pinturas, teatro musicado, jogos e histórias. Dessa forma elas reforçam o que já receberam nas suas casas. As crianças do ensino fundamental já conseguem assimilar conhecimentos mais avançados das regras de trânsito e também já tem uma boa noção sobre as consequências de atitudes que desrespeitem as leis de trânsito. Os adolescentes do ensino médio precisam ser muito bem orientados, uma vez que já estão almejando obter sua habilitação e se tornarem condutores. Devem ter em mente que respeitar as regras de trânsito e valorizar a vida são sinais evidentes de uma cidadania plena.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Viver em grandes metrópoles, nos dias atuais, proporciona grandes vantagens, em contrapartida, apresenta situações difíceis com as quais a pessoa terá de enfrentar. Se por um lado, avanços tecnológicos tão acessíveis às pessoas facilitam suas compras, sua comunicação, o pagamento de suas contas e tantas outras ações ao simples toque do aparelho celular, por outro lado, terá de conviver com uma superpopulação, crescimento habitacional vertical e periférico, serviços públicos sucateados, desemprego e violência, entre outros aspectos negativos.

Serviços de transporte público que não trazem a comodidade que as pessoas desejam, seja por veículos em más condições, seja por atrasos constantes, seja por preços altos, que não favorecem a relação custo benefício, o fato é que este contexto abriu a oportunidade para as empresas de transporte por aplicativo, ou seja, ao simples toque do celular, alguém contrata uma viagem ao seu destino. A comodidade de ter um veículo à sua porta, e que leva a pessoa ao seu destino por um preço acessível, sem que ela tenha de se preocupar com estacionamento, com aumento do valor da viagem, uma vez que ela sabe o quanto vai pagar no exato instante em que aciona o aplicativo, independente de congestionamentos ou do tempo que a viagem vai durar, são fatores que fazem deste serviço um sucesso.

Num cenário de desemprego crônico, muitos trabalhadores encontraram nos aplicativos uma oportunidade de obter uma colocação profissional, principalmente porque os aplicativos não exigem jornada específica e o motorista pode elaborar seu horário de trabalho de acordo com seus objetivos e com o tempo de que dispõe para se dedicar a esta atividade. Por isso, encontramos nos aplicativos profissionais que, tendo apenas este trabalho, atuam muitas horas por dia para atender as suas necessidades financeiras. Outros, por sua vez, exercem esta atividade por algumas horas apenas, durante o dia ou nos finais de semana, já que seu objetivo é somente o de complementar a sua renda.

Como o serviço teve uma enorme aceitação entre a população das grandes cidades, o número de automóveis nas ruas aumentou, mesmo considerando que muitas pessoas, no decorrer da pandemia, passaram a trabalhar em casa, e outras, ao utilizar serviços de transporte por aplicativos, deixaram seus carros na garagem. Neste contexto, a expectativa seria de que ocorresse uma diminuição significativa no número de automóveis, o que certamente impactaria no caos do trânsito e nos seus enormes engarrafamentos. Entretanto, o número de veículos aumentou bastante, e os congestionamentos continuam como antes.

Na tentativa de minimizar este quadro, autoridades investiram na construção de ciclofaixas e ciclovias, incentivando a população a utilizarem suas bicicletas para se locomoverem. Aspectos físicos, financeiros e ambientais eram vantagens que as pessoas não desprezariam, mas o desrespeito no trânsito, a violência e as grandes distâncias para o trabalho inviabilizam muito esta opção.

O estresse que afeta grande parte da população se intensifica ainda mais com trânsito caótico, atraso para os compromissos e a pressa de chegar onde se deseja. Este cenário leva à ansiedade e ao descontrole, favorecendo a possibilidade de acidentes. Num contexto de tráfego lento, os acidentes tendem a ser simples, mas o estresse tem levado a uma violência desmedida em que até mortes ocorrem devido a estes acidentes.

Parte da solução que o impacto dos aplicativos de transporte tem causado no trânsito das grandes cidades, no estresse e na violência decorrentes disso, passa por uma educação categórica, que comece em casa, com os pais e responsáveis, através de ensino e exemplos, e se consolide nas escolas, desde a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, como o próprio Código Brasileiro de Trânsito propõe. Conscientizar crianças para se tornarem pedestres, ciclistas ou condutores conscientes e responsáveis, que obedeçam as regras do trânsito, valorizem a vida e o ser humano,



seguramente é o primeiro e maior passo que uma sociedade deve dar visando uma mobilidade urbana mais segura e confiável.

O transporte por aplicativos veio para ficar nas grandes cidades, trazendo consigo impactos benéficos incontestáveis e, conseqüentemente, causando algumas dificuldades inegáveis. Este trabalho se propôs a realizar uma breve consideração a respeito dos impactos, avaliando algumas das possíveis variáveis que nos afetam.

## REFERÊNCIAS

ANPTRILHOS, Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros por Trilhos, **Pesquisa de satisfação dos usuários de Metrô**. Disponível em: <https://anptrilhos.org.br/metro-sabesp-e-sptrans-são-as-mais-confiaveis-diz-ibope-nos-sa-sao-paulo>. Acesso em 29 jan. 2024

ARAÚJO, Julyver Modesto de, **Comentários sobre o Artigo 76 do CTB**. Disponível em: <https://www.ctbdigital.com.br/comentario/comentario76>. Acesso em 11/06/2021. Acesso em 22 jan. 2024.

BLOG CANALTECH, **A história da Uber**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/uber>. Acesso em 22 jan. 2024

BLOG GLOBAL MACHINE, **O avanço dos aplicativos nas classes C e D**. Disponível em: [www.global.machine/Datafolha-aponta-aumento-do-uso-de-transporte-por-app-na-Classe-C](http://www.global.machine/Datafolha-aponta-aumento-do-uso-de-transporte-por-app-na-Classe-C). Acesso em 19 jan. 2024.

BLOG IBES MED, **O que leva as pessoas a saírem de casa durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.ibes.med.br/motivos-que-levam-pessoas-a-sairem-de-casa-durante-a-pandemia>. Acesso em 18 jan. 2024.

BLOG ICETRAN, **Educar crianças para o trânsito é dever de todos**. Disponível em: <https://icetran.com.br/blog/educar-criancas-para-o-transito-e-dever-de-todos>. Acesso em 28 jan. 2024.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **Institui o Código de Trânsito Brasileiro, CTB**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm). Acesso em 22 jan. 2024.

GAZETA DO POVO, **“São Paulo, entra governo, sai governo e o trânsito continua caótico”**. Disponível em: <https://www.gazetadepinheiros.com.br/2020/12/18/sao-paulo-entra-governo-e-sai-governo-o-transito-continua-caotico>. Acesso em 28 jan. 2024.

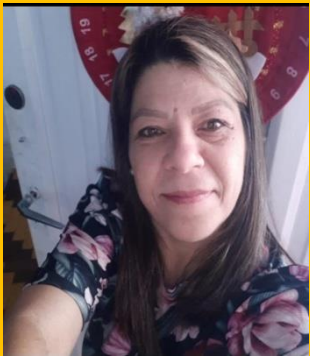
PORTAL G1, **Cidade registra aumento no trânsito**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/20/cidade-de-sp-registra-aumento-de-transito-no-segundo-ano-de-pandemia>. Acesso em 23 jan. 2024

PORTAL DO TRÂNSITO, **Como evitar brigas no trânsito**. <https://www.portaldo-transito.com.br/noticias/violencia-no-transito-saiba-como-evitar-brigas-e-manter-uma-direcao-segura/> Acesso em 19 jan. 2024.

SUMMIT ESTADÃO, **O crescimento do número de motoristas de aplicativo em São Paulo**. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/compartilhando-o-camino/numero-de-motoristas-por-aplicativo-cresce-137-em-8-anos>. Acesso em 28 jan. 2024

UOL COTIDIANO, **“Heróis ou vilões? Qual o impacto que aplicativos de transportes tem no trânsito das grandes cidades?”** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/25/aplicativos-no-transito.htm>. Acesso em 20 jan. 2024.

WRI BRASIL, **As inovações do plano de segurança viária de São Paulo**. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/04/destaques-inovacoes-plano-de-seguranca-viaria-sao-paulo-vida-segura>. Acesso em 22 jan. 2024.



## **A CRIANÇA AUTISTA E AS DIFICULDADES PARA UMA INCLUSÃO EFICAZ**

**Luciana Fallani Medeiros da Cruz**

Formada em Pedagogia e em História, com Pós-Graduação em História do Brasil; Gestão Escolar e Educação Especial e Inclusiva.

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi promover algumas considerações a respeito da inclusão e da escolarização da criança com deficiência intelectual, em especial, as crianças com transtorno do espectro autista (TEA). Evidentemente, todas as crianças com algum tipo de deficiência necessitam ser incluídas na Educação Básica, e é fundamental que elas se sintam, efetivamente, pertencentes ao grupo escolar de forma completa. A partir do paradigma da inclusão, reavaliar toda a contribuição do trabalho pedagógico, é o intento deste trabalho. O discurso da inclusão escolar tem ganhado força e destaque desde os documentos internacionais da década de 1990, impulsionado pelos anseios de grupos até então excluídos da sociedade. Tal discurso está em consonância com as políticas públicas que se inserem no cenário atual, as quais preconizam que todos os alunos devem ter atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Este direcionamento produziu uma guinada no modo de se pensar a educação de forma geral, como um direito de todos, tendo a escola de se preparar para lidar com tal diversidade, fazendo com que seu corpo docente refletisse sobre suas próprias limitações. A perspectiva teórica utilizada para fundamentar este artigo foi histórico-cultural, embasada em diversos autores, como Lev Semenovitch Vygotsky, e em sua compreensão sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, destacando a fundamental importância da mediação pedagógica para o desenvolvimento dos alunos, especialmente aqueles com algum tipo de deficiência. Construir uma proposta pedagógica coletiva, que produza um currículo que contemple a diversidade dos alunos presentes em uma sala e aula e seus diferentes modos de pensar, é a reflexão que se apresenta diante de nós. Assim, adaptações ou adequações curriculares, bem como outros recursos educacionais específicos, devem ser oferecidos, de modo a assegurar que os alunos com deficiência tenham acesso aos

mesmos conhecimentos que os demais alunos tem. Essa diversidade deve estar contemplada nas atividades e estratégias propostas pelos professores e na avaliação dos alunos com deficiência, reconhecendo o direito que todos tem a uma aprendizagem significativa. A socialização é importante, desde que associada à aprendizagem. A participação familiar, numa parceria constante com a escola, é imprescindível para que o aluno não apenas permaneça na sala de aula, mas que aprenda e se desenvolva. Nesse processo, é fundamental a afetividade e o vínculo do professor na motivação e no desenvolvimento da autonomia do aluno com deficiência intelectual. Este relacionamento precisa ser pleno de atenção e afeto. Uma relação pautada pelo respeito e generosidade alcança resultados expressivos. A constante atualização dos conhecimentos, que se renovam com muita rapidez, deve ser buscada continuamente pelos professores. Essa formação continuada do docente, aliada à relação afetuosa com seus alunos, são fatores essenciais para desenvolver o potencial de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, em especial, os portadores de transtorno do espectro do autismo, cujas diferentes formas de manifestação compeliavam as famílias a manter estas crianças em casa, mas agora, com apoio da família e da escola, já vivenciam a realidade do dia-a-dia escolar. A metodologia utilizada para este estudo foi a transcrição dos conceitos aprendidos em aulas e em debates acadêmicos, reprodução de pensamentos de diversos autores conceituados e especializados nesta temática, seja através dos livros que escreveram, de artigos publicados e vídeos apresentados nos mais diversos canais de conteúdo.

**Palavras- Chave:** Transtorno do Espectro Autista; Escola; Inclusão; Família.

## INTRODUÇÃO

O discurso em prol da educação para todos se fortaleceu a partir dos anos 90, e a inclusão escolar vem se constituindo, nestas últimas décadas, em um dos maiores desafios para a educação brasileira. Sendo potencialmente influenciada por diretrizes internacionais, onde se sobressai a Declaração de Salamanca, considerada um marco para a Educação Especial (UNESCO, 1994). Suas principais proposições foram incluídas, em parte, na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96) que dedicou um capítulo à Educação Especial, propondo, pela primeira vez, a existência de apoio especializado na escola regular.

De acordo com a LDB nº 9.394/1996, a Educação Especial “*é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar*” O documento estabelece que:

“o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. Assim, os alunos com necessidades educacionais especiais (física, mental, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e hiperativos) são acolhidos nas escolas regulares. (BRASIL, 2001, p. 42).

Para que essa legislação, de fato, se cumpra, orienta-se que as escolas ofereçam um Atendimento Educacional Especializado (AEE), voltado às demandas de ensino de alunos com necessidades educacionais especiais que apresentam aspectos peculiares e significativos de aprendizagem.

“O AEE garante a permanência da criança com estas necessidades especiais na escola regular promovendo, primeiro, o acesso ao currículo, por meio da acessibilidade física, de materiais didáticos e pedagógicos, estratégias diferenciadas, e instrumentos de avaliação adequados às necessidades do aluno, oferta de transporte, adequação de mobiliário e acesso a sistemas de comunicação” (BRAUN; VIANNA, 2011, p. 25).

Constatamos que, atualmente, estes alunos com deficiência intelectual são uma realidade nas escolas. Porém, ao recebê-los, muitos professores se sentem perdidos e desconfortáveis. Não sabem como implementar a inclusão efetiva fazendo com que se sintam, verdadeiramente, parte da turma na qual estão inseridos. Apesar da convicção geral de que este tema é imenso, suas particularidades e pormenores variam consideravelmente de um caso para outro, este artigo se propõe a oferecer uma breve reflexão sobre o papel do professor e da escola nessa missão singular de ensinar alunos com deficiência intelectual a caminhar na jornada de aprendizagem e cidadania.

Analisando a dificuldade em alfabetizar no Brasil, percebemos o quanto alguns estudiosos insistem em um debate estéril, tratando a problemática de forma parcial, apostando em “métodos miraculosos”. Mesmo aqueles que combatem o antigo método fônico, assumindo uma identidade construtivista, também cooperam para o embotamento de certas questões ligadas ao “como alfabetizar com eficácia”, quando negam evidências científicas provenientes de outras perspectivas teóricas.



Veremos que muito além da distinção entre métodos e metodologias de alfabetização, é necessário levarmos em conta questões mais amplas, como a formação do professor alfabetizador, bem como uma maior preocupação com a sistematização do processo de aprendizagem. As crianças não aprendem aleatoriamente. Somente após levarmos tais aspectos em conta é que poderemos pensar em uma escola pública eficiente.

Assim, nesse trabalho pretendemos analisar a polêmica sobre “métodos de alfabetização”, discussão esta, que não têm trazido contribuições na busca do porque a escola pública não tem sido eficiente em alfabetizar os alunos provenientes das camadas populares.

## **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Deficiência Intelectual parte de um conceito que tem mudado ao longo dos anos, começando pela definição da própria terminologia. Antes se denominava “retardo mental”, e hoje passou a se chamar “deficiência intelectual”. De acordo com o último manual da Associação Americana em Deficiência Intelectual (AAIDD), a terminologia “retardo mental” trazia um certo desconforto, evidenciando desrespeito e desvalorização. Assim, a alteração do termo para “Deficiência Intelectual” *fez com que as pessoas se sentissem mais valorizadas quanto à sua deficiência.*

“São pessoas que tem suas funções cognitivas comprometidas, com desenvolvimento mais lento, porém capazes, como qualquer pessoa, de realizar tarefas e desenvolver o intelectual, desde que com o apoio de seus familiares e profissionais especializados” (MACHADO E ALMEIDA, 2010).

Dessa forma, o termo “Deficiência Intelectual” refere-se ao funcionamento cognitivo significativamente abaixo da média, são as limitações que afetam o raciocínio, o aprendizado e a resolução de problemas (funcionamento intelectual) e o comportamento adaptativo, que envolve uma série de habilidades sociais, bem como atitudes práticas do dia-a-dia, são características pertinentes àquilo que hoje se define como Deficiência Intelectual. Esta deficiência se origina antes da idade de 18.

“Assim, a deficiência intelectual é considerada como um funcionamento intelectual (QI) inferior à média, havendo limitações significativas das competências práticas, sociais e emocionais, além de limitações adaptativas em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar,

interação social, saúde, segurança, uso de recursos da comunidade, autodeterminação, funções acadêmicas, lazer e , trabalho” (MACHADO E ALMEIDA, 2010).

Outra característica importante da Deficiência Intelectual é a limitação das habilidades mentais gerais, *“não se trata de uma doença, ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”*. (HONORA e FRIZÂNCIO, 2008 p. 103).

*“A criança com necessidades especiais é diferente e o atendimento às suas características particulares implica em formação, cuidados individualizados, revisões curriculares que não ocorrem apenas pela vontade do professor, mas que dependem de um trabalho de discussão e formação que envolve recursos e que efetivamente não tem sido realizado”* (LACERDA, 2007 p.260).

Está ligada à inteligência e envolve raciocínio, resolução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, julgamento, aprendizado acadêmico e aprendizado a partir da experiência. Outra característica importante é a dificuldade no funcionamento adaptativo em comparação com outros alunos com a mesma idade, gênero e condição sociocultural. Refere-se ao modo como ele lida com leitura, escrita, matemática, raciocínio, memória, empatia, amizades, cuidados pessoais responsabilidades, controle do dinheiro, recreação e autocontrole.

É comum que os alunos com deficiência intelectual possuam um vocabulário limitado e dificuldade em lidar com situações cotidianas. Caso tais sinais sejam percebidos pelo professor sem que os pais tenham feito o relato de algum problema cognitivo, cabe então à escola conversar com os pais e orientá-los a respeito. Buscar uma consulta com um profissional que possa identificar com precisão o que o aluno tem.

*“O diagnóstico da deficiência intelectual está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizados em consultórios, hospitais e centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam. De um modo geral, a demanda atende propósitos educacionais, ocupacionais, profissionais e de intervenção”* (CARVALHO, 2007).

Ao ser confirmado que o aluno possui deficiência intelectual, caberá ao gestor fazer um plano de desenvolvimento individual deste aluno, no qual constarão os seus dados, informações médicas e terapêuticas e relatos dos pais sobre o que o aluno consegue fazer, e o que ele ainda precisa aprender. Com base nestas informações, os professores poderão fazer sua parte no plano individual do aluno, onde discorrerão

sobre quais são as expectativas deles com relação ao aluno durante o ano letivo e quais materiais e estratégias serão usadas para alcançá-las. Caberá ao professor, então, explorar todo o potencial que este aluno possui.

## **O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA)**

O TEA, Transtorno do Espectro do Autismo, se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente prejudicado na interação social e na comunicação, além de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. As manifestações desse transtorno variam muito, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade. Os alunos com TEA apresentam diversas formas de ser e agir, com respostas diferentes entre si.

“Atualmente, a Associação Americana de Psiquiatria relaciona o diagnóstico por meio das duas características principais do TEA compostas por: Déficit na interação social e na comunicação e Comportamentos e interesses restritos e repetitivos” (APA, 2014).

“Assim, os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), que incluíam o Autismo, Transtorno Desintegrativo da Infância e as Síndromes de Asperger e Rett foram absorvidos por um único diagnóstico, Transtornos do Espectro Autista. Essa mudança refletiu a visão científica de que aqueles transtornos são na verdade uma mesma condição com gradações em dois grupos de sintomas: déficit na comunicação e interação social; padrão de comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos. Apesar da crítica de alguns clínicos que argumentam que existem diferenças significativas entre os transtornos, a APA entendeu que não há vantagens diagnósticas ou terapêuticas na divisão e observa que a dificuldade em subclassificar o transtorno poderia confundir o clínico dificultando um diagnóstico apropriado” (ARAUJO; NETO, 2014, p. 70).

“A denominação “autismo” foi conceituada inicialmente pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1908 para caracterizar pessoas com esquizofrenia e apenas em 1943 Leo Kanner, psiquiatra austríaco utilizou o termo “autismo” para relacionar crianças com atrasos no desenvolvimento e com dificuldades de se manter um relacionamento interpessoal” (TCHUMAN; RAPIN, 2009, p.17).

Posteriormente em 1944, Hans Asperger, psiquiatra e pesquisador austríaco, escreveu o artigo “A psicopatia autista na infância”, no qual descreve:

“As características, identificações e estabelece parâmetros de comportamento e habilidades de crianças com autismo possuíam alguma deficiência social grave, falta de empatia realizavam

pouco contato com outras crianças, e tinham interesse especial em determinados assuntos, possuíam movimentos descoordenados, Asperger também observou que o transtorno tinha maior incidência em meninos” (SILVA, GAIATO & REVELES, 2012, p.160).

Somente após 40 anos é que o autismo foi enquadrado como tal no DSM – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, partindo para a terceira edição do DSM (DSM III; APA, 1980) que foi incluído a expressão TGD – transtornos globais do desenvolvimento, que se refere a um grupo de transtornos do desenvolvimento que são definidos pelo comportamento, incluindo entre eles o autismo clássico. Segundo Tuchman e Rapin, “*O autismo é uma síndrome, não uma doença [...], pois apesar de seu notável fenótipo comportamental, falta-lhe uma etiologia singular ou uma patologia específica*”. (TCHUMAN; RAPIN, 2009, p.17).

Fica assim explícito, que o autismo não é uma síndrome tão simples de identificar, assim como acontece com a Síndrome de Down, ou seja, ao se olhar para um indivíduo com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não é possível notar por traços ou pela característica física dele, pois não se trata de alguma necessidade física diretamente, mas de um sistema cognitivo em que há uma disfunção. O conceito de Autismo foi sofrendo alterações ao longo do tempo, embasados em novos estudos acerca do autismo que foram surgindo. O Transtorno de Espectro Autista (TEA) possui como principais características a dificuldade de comunicação social e comportamentos repetitivos. Suas principais manifestações aparecem antes dos primeiros três anos de vida.

“O Autismo ou Transtorno do Espectro do Autista, é uma desordem que afeta a capacidade da pessoa comunicar-se, de estabelecer relacionamentos e de responder apropriadamente ao ambiente que a rodeia. O autismo, por ser uma perturbação global do desenvolvimento, evolui com a idade e se prolonga por toda vida”. (SANTOS, 2011 p. 10).

Quanto mais rápida for a identificação deste transtorno e mais cedo se iniciar com intervenção, maior será a chance desse indivíduo desenvolver suas potencialidades e ser incluso na sociedade.

“As pessoas com transtornos do espectro do autismo, na sua maioria, têm necessidades especiais durante toda a vida - assistilas envolve cuidados muito intensivos, desde a intervenção precoce até sua velhice” (MELLO, 2013, P. 83).

“Um estudo desenvolvido para a USP apontou que existem cerca de 2 milhões de autistas no Brasil. Ainda assim esses milhões de

brasileiros com TEA ainda não iniciaram tratamento adequado ou até mesmo nem receberam o diagnóstico correto. É importante que haja um diagnóstico precoce, para isso é necessário que se tenha um trabalho em conjunto com diversas áreas, principalmente da saúde e da educação, ou seja, é imprescindível que se reconheça e se atenha às características do autismo o mais cedo possível, mas o mais importante do que o diagnóstico precoce é a intervenção precoce” (MELLO, 2013, P. 83).

A criança portadora do TEA precisa muito da família, que tenta se adaptar a esse contexto e aprender gradativamente a ajudar essa criança. Nesse processo ocorrem vários novos sentimentos e muitas sensações, sendo a maioria delas desconhecidas. Esses pais passam a lidar com dificuldades, no desenrolar da educação e socialização. A família se une em torno das dificuldades da criança, sendo esta mobilização determinante no início da adaptação de todos ao redor. As dificuldades apresentadas pela criança inviabilizam a reprodução das normas e dos valores sociais na família e, conseqüentemente, a manutenção do convívio social. Quando a família tenta inserir a criança com espectro autista no meio social, pode enfrentar uma rejeição inicial. Entende-se que viver o novo é difícil e causa medo e, assim sendo, para os colegas e pessoas ao redor viver com uma criança com espectro autista seria um desafio.

“A experiência de ter um filho com autismo pode causar conflitos entre os pais e entre os outros irmãos, dando lugar a tensões e problemas. Muitas vezes os pais podem se sentir muito mal em relação ao que sentem pelo filho; sentimentos contraditórios de pena, raiva, amor profundo, desconforto, injustiça, lamento, excesso de responsabilidade, etc. Deve-se levar em conta que a criança exige mais tempo e atenção dos pais, limitando outras atividades, o que pode causar sentimentos de raiva e inveja nos outros membros da família” (GÓMEZ E TERÁN, 2014, p.530 - 531).

No final de 2012, a Presidente Dilma Roussef sancionou a Lei 12.074 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esta medida faz com que os autistas passem a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país - entre elas, as de Educação. O texto estabelece que o autista tem direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e, se preciso, pode solicitar um acompanhante especializado. Ficam definidas, também, sanções aos gestores que negarem a matrícula a estudantes com deficiência. A punição será de três a 20 salários mínimos e, em caso de reincidência, levará à perda do cargo. Recusar a matrícula já é algo proibido por lei, e a medida



estabelece a punição, sendo um passo importante para a inclusão efetiva destas crianças.

## **INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Tendo sido reconhecida a extrema necessidade de cuidar adequadamente das crianças autistas, reconhecimento que tem caráter internacional, visto que a própria ONU, Organização das Nações Unidas, em uma Assembleia Geral, aprovou a criação do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, o qual é celebrado internacionalmente no dia 02 de Abril. Essa data tem se constituído em uma excelente oportunidade para que as sociedades ao redor do mundo possam se conscientizar e compreender de uma forma mais abrangente a necessidade de atenção e de inclusão, de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa medida visa ampliar o conhecimento a cerca das características tão próprias das pessoas autistas, para que dessa forma sejam potencialmente capazes de contribuir para que elas sejam integradas e, em especial, incluídas no ambiente escolar.

O Dia Mundial de Conscientização do Autismo foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e foi oficialmente reconhecido em 18 de dezembro de 2007, através de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. A primeira celebração ocorreu em 2 de abril de 2008. Desde então, o dia tem sido observado anualmente em todo o mundo para aumentar a conscientização sobre o autismo e promover a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o autismo afeta uma em cada 100 crianças em todo o mundo. O TEA se caracteriza por desafios na comunicação e interação social, podendo incluir também comportamentos repetitivos, interesses restritos e dificuldades no processamento de estímulos sensoriais (som alto, cheiro forte, multidões). Além disso, problemas de aprendizagem e a adoção de rotinas específicas são comuns entre indivíduos com TEA. É importante ressaltar que o autismo é agora entendido como um espectro com uma ampla variedade de manifestações fenotípicas. Isso significa que existem diferentes formas de expressão do autismo, com variações na intensidade dos sintomas de uma pessoa para outra. O TEA pode ser classificado em três níveis, determinados pelo grau de apoio necessário para o indivíduo: nível 1 (suporte leve), nível 2 (suporte moderado) e nível 3 (suporte elevado). Essa classificação auxilia na compreensão das necessidades individuais e na adequação dos recursos de apoio disponíveis para cada caso (BLOG INSTITUTO C, 2024).

Para que a inclusão escolar aconteça efetivamente, é fundamental que o professor conheça o histórico do seu aluno com deficiência intelectual. Ele poderá ser obtido através do diálogo com seus responsáveis, cuidadores e professores anteriores. Cabe pesquisar sobre seus interesses, dificuldades, facilidades e progressos. Estas informações serão muito úteis na elaboração de um plano individual de objetivos que permitirá um acompanhamento eficiente da evolução do aluno. Elas possibilitarão avaliar se determinados conteúdos são relevantes para o aluno e então buscar formas de tornar estes conteúdos significativos e aprazíveis.

“É preciso ter em mente que alunos especiais aprendem melhor quando são expostos a materiais que exploram seus sentidos. Sempre que possível, utilizar objetos concretos ao invés de conceitos abstratos. Recursos visuais, orais, táteis e auditivos apresentados em atividades variadas como desenhos, leituras, vídeos curtos e recursos da internet, por exemplo, tendem a tornar as aulas interessantes e melhor assimiladas” (RODRIGUES 2006, p. 245).

Necessário considerar, ainda, a importância de se evitar todo e qualquer tipo de pré-conceitos, sentir dó ou rejeitar o aluno especial. Os dois extremos são danosos. O aluno deve ser tratado com igualdade, respeitadas, obviamente, suas condições. Rejeitá-lo é o mesmo que excluí-lo, todavia, ele deve ser preparado para viver em sociedade. Ele deve cumprir as regras estipuladas de comportamento e convivência como qualquer outro aluno. O professor deve deixar claro que em sua sala nenhuma pessoa pode ser humilhada (bullying). Os alunos com deficiência sentem-se muito mais seguros quando as regras são postas claramente.

Normalmente, as crianças não sentem diferença entre especiais ou não. Geralmente são os adultos que segregam. Olhar para o aluno deficiente enxergando-o como a criança ou adolescente que de fato ele é, sem o rotular por sua condição, fará com que os demais alunos façam o mesmo, e a inclusão se dará com absoluta normalidade. Nesse contexto, cabe propor, sempre que possível, atividades em duplas ou grupos. Isso auxiliará a classe no processo de integração. É preciso observar o histórico do aluno, perceber como ele poderá, de acordo com suas habilidades, auxiliar na tarefa em grupo. É significativo que de tempos em tempos, mensalmente, por exemplo, haja uma variação nos grupos, para que o aluno com deficiência intelectual possa aumentar o convívio e assim se integrar a todos os demais alunos.

É imprescindível atentar para a forma como o aluno reage às atividades propostas.

“Se o aluno apresenta dificuldade em compreender um tema específico, talvez ele não esteja preparado para ele. Ofereça tarefas mais elementares para, aos poucos, introduzir as mais complexas na medida em que ele for dominando o conteúdo anterior. Estas tarefas devem ser sempre curtas, para que ele possa manter-se concentrado e motivado. E por falar em motivação, sempre que constatar progressos, de acordo com o Plano Individual estabelecido para o aluno, cumprimente-o, elogiando-o com sinceridade. Isso o motivará a buscar avançar cada vez mais” (MOGNON, LEICHSENRING e KANIA - 2006, p. 27).

A inclusão da criança autista, mesmo definida em lei, a qual orienta que haja suporte com professores, mediadores e toda uma estrutura para isso, parece não estar sendo levada em conta em sua totalidade. Percebemos que nossas escolas não estão preparadas para receber estas crianças, todavia elas estão chegando.

“A inclusão destas crianças passa pela detecção precoce do diagnóstico, quanto mais cedo isso ocorrer, mais cedo ocorrem as intervenções e melhor será o processo dessa criança na escola. Além disso, o corpo multidisciplinar é fundamental. O médico, o psicólogo, o fonoaudiólogo, toda esta equipe de apoio, bem como a família, precisam estar envolvidas e comprometidas neste processo, especialmente porque cada criança é diferente uma da outra e as manifestações do transtorno variam muito. Uma não fala, a outra fala. Uma tem deficiência mental, a outra é superdotada, não há uma receita pronta, pois não há um padrão. A importância da equipe multidisciplinar para apoiar o professor é grande. Outro fator importantíssimo é a sensibilização de toda a escola. Pessoas da Limpeza, Alimentação, Secretaria, devem estar atentas ao comportamento dessas crianças. A escola deve funcionar como um agente inibidor de preconceitos e deve fornecer componentes pedagógicos. Crianças portadoras de TEA precisam aprender, se apropriar do conteúdo que ela for capaz de oportunizar”. (BRITES, 2017).

Dessa forma, alguns fatores devem ser plenamente considerados, observados e praticados, visto que a soma de todos eles contribui para que a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista seja efetivamente desenvolvido. Nesse sentido, a detecção precoce da anomalia, o estabelecimento de um canal de comunicação aberto com a família, uma colaboração sólida entre as diversas áreas de apoio multidisciplinar, a sensibilização, o acolhimento e o envolvimento de todos os agentes escolares e uma troca contínua de informações entre os professores envolvidos, são componentes extremamente efetivos no processo de inclusão.

A escola é um ambiente pedagógico, onde a criança vai para aprender. Muitas vezes, a criança com autismo precisa de adaptações no conteúdo, o que não quer dizer um conteúdo diferenciado. É muito importante que ela aprenda o mesmo que seus colegas, ainda que com recursos específicos e em um tempo

diferenciado. O que queremos dizer é que a criança com autismo, assim como toda criança que vai à escola, deve aprender, se desenvolver, e não apenas brincar ou ser inserida em sala de aula sem um planejamento pedagógico adequado, que considere suas dificuldades, habilidades e necessidades. O conteúdo inclusivo é aquele onde a criança tem alguma aprendizagem de cunho pedagógico. Sabemos que o nosso sistema educacional tem muitas falhas, inclusive para crianças que não tem nenhuma dificuldade, imagine quando se trata da inclusão de crianças com autismo. No entanto, não podemos desistir diante os desafios e dificuldades, temos que fazer o que está no nosso alcance, buscando conhecimento e envolvendo família, escola e outros profissionais para auxiliar no processo de inclusão do autismo. A inclusão é para todos, todos saem ganhando em uma escola onde a diversidade está presente. Os professores não precisam temê-la, mas sim buscar o apoio que precisam — que lhes é garantido por lei — para que possam realizar a inclusão o autismo em sala de aula (INSTITUTO NEUROSABER, 2022).

## **A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE E O VÍNCULO MOTIVACIONAL**

Há uma relação intensa entre o afeto que os discentes tem pela matéria e pelo professor e a vontade de aprender o que é lecionado. Para aprender, o aluno deve ter uma necessidade, um compromisso ou interesse. Estabelecido este valor motivacional, o aluno vai agir intelectualmente de acordo com o que sente. Quando o afeto é vinculado ao interesse ocorre a apropriação do conhecimento, fazendo com que ele tome posse dos conteúdos ensinados. Os alunos com deficiência estarão sempre atentos às formas de afeto dos colegas e dos professores, desencadeando vários tipos de sentimento.

“O professor é o principal mediador, e estas mediações provocam repercussões internas, basicamente afetivas e emocionais. A afetividade manifestada através de emoções e sentimentos está presente em todas as decisões assumidas pelo professor em sala de aula. A qualidade desta mediação afetará os vínculos que serão estabelecidos entre os alunos e o conhecimento” (GARCIA 2017 P. 50).

Não podemos deixar de ressaltar que uma das qualidades mais essenciais do professor é a generosidade e o respeito incondicional ao aluno.

“Pois com a generosidade é que o professor consegue chegar aos alunos. A arrogância nega a generosidade e também a humildade. O respeito nasce das relações justas, sérias, humildes e generosas, e assim o professor assume a sua autoridade docente e o aluno assume a sua liberdade de forma ética, e então se forma o espaço pedagógico, possibilitando que o conteúdo

chegue ao aluno e este poderá ponderar a respeito daquilo que recebe” (LAVOURA, BOTURA, DARIDO, 2006 p. 206).

Este processo, tratando-se de alunos com Deficiência Intelectual, é bastante comum. Na sala de aula, os alunos estão sempre atentos às mais diferentes formas de manifestações de afeto dos professores e colegas. Isso desencadeia os mais diversos tipos de sentimento. Estes alunos tendem a se sentirem rejeitados, excluídos, fracassados, incapazes, menos importantes e não pertencentes à turma. O vínculo positivo do professor, a compreensão das suas dificuldades, a descoberta de suas potencialidades, a certeza de que eles tem a possibilidade de aprender, o incentivo e a motivação para aprendizagem, são essenciais para um desenvolvimento adequado. Para estes alunos, o professor precisa realizar um trabalho mais efetivo, voltado para sua autonomia e resgate de sua auto-estima. Diante deste desafio, o professor deve saber que suas decisões sempre causarão um forte impacto no desenvolvimento e na aprendizagem do seu aluno com Deficiência Intelectual.

“Nas atividades de ensino concentra-se grande parte da carga afetiva da sala de aula, por meio das relações interpessoais entre professores e alunos. Os olhares, posturas, conteúdos verbais, contatos, proximidade, tom de voz, formas de acolhimento, instruções, correções, são os aspectos da trama que implicam em um enorme poder de impacto afetivo no aluno, positivo ou negativo, dependendo de como estas interações estejam sendo vivenciadas” (LEITE 2012 p. 20).

Não é tarefa fácil explorar todo o potencial dos alunos com deficiência Intelectual, portanto, é de suma importância que este professor participe de um processo de formação continuada.

“A formação do professor deve ser um processo contínuo que ultrapassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. É imperioso, portanto, investir numa política de formação continuada para os profissionais da educação” (PAULON, 2005, p.21-22).

“A formação docente no contexto das políticas de inclusão escolar deve ser fundamentada em conhecimentos que façam a necessária articulação entre o “micro” e o “macro” contexto social, político e econômico. Mas, sobretudo, em conhecimentos sobre os processos de ensino e aprendizagem a serem afetados para garantir aos alunos um desenvolvimento mais autônomo e cidadão. Igualmente, entendemos ainda, que não basta implementar políticas de inclusão sem oferecer aos docentes reais



condições para atender seus alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades” (PLETSCH, 2010).

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, RECURSOS E ESTRATÉGIAS**

A partir do paradigma da educação inclusiva, constatamos que os principais aspectos a serem considerados pelo professor ao planejar a efetiva inclusão do seu aluno com Deficiência Intelectual, é responder à diversidade presente em sala de aula, rompendo com a ideia de que todos os alunos realizam as atividades propostas na mesma hora, da mesma forma e com os mesmos recursos. No caso destes alunos, enfrentar este desafio é prioritário, pois estamos diante de alunos que possuem uma forma de pensamento diferente de seus pares, exigindo um trabalho pedagógico consistente e específico, como propósito de alcançar os objetivos propostos.

“Não se trata de comparar o desenvolvimento desses alunos, com limites marcados biologicamente, com o de sujeitos que trazem as possibilidades orgânicas sem comprometimentos, dentro do padrão considerado normal. Quero é ressaltar que é possível mudar a relação com esses alunos. Partindo do princípio de que todo ser humano pode aprender, podemos afirmar que todos, ainda que com condições físicas, mentais, sensoriais, neurológicas ou emocionais significativamente diferentes, podem desenvolver sua inteligência”. (CARNEIRO, 2006 p. 04).

A obra do psicólogo bielo-russo Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934) pode nos ajudar muito na busca por estratégias pedagógicas inovadoras e inclusivas para todos. Vygotsky defendia que a condição humana não é dada pela natureza, mas construída ao longo de um processo histórico-cultural pautado nas interações sociais realizadas entre o homem e o meio em que vive. Assim, segundo ele, os aspectos biológicos não são determinantes e o desenvolvimento de qualquer pessoa, tenha ela deficiência ou não, depende das oportunidades de aprendizagem e das relações que estabelece. Vale mencionar que o estudioso dedicou boa parte de sua vida à observação e à educação de crianças com deficiência, principalmente intelectual (VYGOTSKY 1991). Ele acrescenta que com as pessoas com deficiência intelectual, é fundamental que o ensino seja organizado e trabalhado a partir das necessidades dos alunos, tendo significado e sendo de fato relevante em suas vidas. Ao se referir ao que consignava como ensino apropriado, o psicólogo afirmava que o foco deveria estar

sempre nas possibilidades e não em supostos déficits ou limitações, alegando, inclusive, que estes poderiam representar potenciais propulsores de desenvolvimento. Esse é apenas um dos aspectos presentes em sua teoria que são reafirmados atualmente pela neurociência.

Na realidade da escola básica, notamos que as propostas parecem não serem tão claras a ponto de se converterem em práticas. É preciso explorar intensamente três aspectos ligados às discussões e orientações atuais no que diz respeito aos processos de inclusão escolar: Atendimento Educacional Especializado (AEE), Plano de Ensino Individualizado (PEI) e Sala de recursos multifuncional.

Ponto importante foi a criação da Resolução nº 4/2009, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica (BRASIL, 2009), que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial, instituindo a matrícula dupla dos alunos com necessidades educacionais especiais, nas classes regulares e no AEE. O artigo 2º da mesma Resolução esclarece que a função do AEE é complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Visa atender exclusivamente alunos com algum tipo de necessidade especial, no contraturno escolar.

A forma como o AEE tem sido trabalhado nas escolas ainda traz uma série de dúvidas e incertezas, entretanto, o contexto da aplicabilidade do AEE pode ser analisado sob duas perspectivas: da escola especial e da escola regular. A escola especial, que também pode oferecer o AEE, sempre atuou com o aluno com necessidades educacionais especiais em um espaço que muito se diferencia do espaço da escola regular. E a escola regular, por sua vez, estava habituada a pensar sobre uma linearidade diante da aprendizagem dos seus alunos que muito se diferencia dos “novos” alunos que chegam até ela nesse momento. O AEE não deve se caracterizar, por si só, como ação capaz de preencher as lacunas que as demandas de um “novo” espaço educativo que as escolas devem oferecer aos alunos com especificidades em seus processos de aprendizagem. Porém, pode ser a garantia de acesso e permanência de alunos com necessidades especiais na escola regular, mas há um longo caminho a se percorrer.

Já o Plano de Ensino Individualizado (PEI) consiste em uma estratégia para favorecer o atendimento educacional especializado. O objetivo é elaborar e implementar, programas individualizados de desenvolvimento escolar. A Resolução 4/2009, Artigo 9º aponta que:

“A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento” (BRASIL, 2009). Deve ser planejado com metas a serem atingidas a curto e a longo prazos, precisa contar com a participação de todos os membros da comunidade escolar e da família de cada aluno. “A real efetividade de um PEI depende tanto do ajuste educacional quanto de sua conexão ao trabalho geral da turma. As necessidades individuais do aluno são a base para a elaboração de um PEI, que é um esboço dessas necessidades e de como elas devem ser atendidas, assim como a priorização das tarefas e os modos de avaliação. É uma preparação que exige a colaboração de muitas pessoas” (PACHECO 2007).

A Resolução n.4/2009, no Art. 5º aponta que:

“O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação” (BRASIL, 2009).

Nesses espaços são desenvolvidas atividades estratégicas que visam favorecer a construção de conhecimentos do aluno com necessidades educacionais especiais.

Assim, a Sala de Recursos Multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares.

“Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude da sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional” (DUTRA e SANTOS, 2006 p.14).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), as Salas de Recursos Multifuncionais e os Planos de Ensino Individualizados (PEI) são estratégias, lugares e ações que podem favorecer a inclusão escolar e contribuir imensamente para o

aprendizado dos alunos com Deficiência Intelectual. Porém, a formação docente, adequada e continuada, somadas à autonomia e ao desenvolvimento profissional é requisito básico para uma escola que inclua todas as diferenças e promova aprendizagem de todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas educacionais e ações inclusivas em linhas gerais foram criadas para preservar o Direito Universal do Ser Humano, e promover a convivência social plena e equitativa entre as pessoas. A sociedade inclusiva viabiliza a acessibilidade e acolhe as diferenças individuais e as diversidades de seus cidadãos. Nesta mesma direção, a escola inclusiva propicia ao aluno receber conhecimento sistematizado de forma coletiva. Não é mais possível deixar à margem os alunos com Deficiência Intelectual, o que foi claramente diagnosticado pela sociedade e transformado em legislação, assim, avaliar o papel da escola e de todos os demais agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e aprendizado destas crianças. Professores, Profissionais da educação, Família, Comunidade todos tem uma grande parcela de responsabilidade na inclusão, no aprendizado, na educação e no desenvolvimento do aluno com Deficiência Intelectual, na sua formação pedagógica e no exercício da sua cidadania.

Todavia, atender à legislação vigente e inserir este aluno nas classes de ensino regular não tem sido tarefa fácil, uma vez que os desafios são enormes. Desde a identificação deste aluno, diagnosticando sua condição e avaliando suas necessidades e seu potencial, passando pela sua inclusão efetiva, na qual ele deverá se sentir parte integrante do projeto escolar e não alguém que foi obrigatoriamente colocado ali. Embora recente, a inclusão dos alunos com transtorno do espectro do autista tem sido sobremodo desafiador, tanto para as instituições quanto para as famílias e equipes de apoio multidisciplinar. Uma identificação precoce do diagnóstico contribui decisivamente para os resultados a serem alcançados, visto que os profissionais da escola, em todas as suas esferas, se mobilizarão no sentido de receber esta criança, promovendo um ambiente acolhedor e que não a discriminará. Relacionando-se com seus pares, o desenvolvimento do seu potencial de aprendizagem poderá ser gradativamente conquistado.

As relações afetivas que o aluno com Deficiência Intelectual requer, bem como a formação apropriada e contínua dos professores, gestores e colaboradores são

aspectos essenciais para a promoção de uma inclusão efetiva. Equipe humanizada, atenta e acolhedora é imprescindível para que o currículo estabelecido para este aluno, especificamente, seja trabalhado de forma eficaz. Através de atendimento especial e individualizado, as necessidades do aluno com Deficiência Intelectual são detectadas e planejadas de maneira focada e colaborativa. Dessa forma, suas potencialidades passam a ser vistas e trabalhadas de maneira expressiva, aumentando de forma significativa as chances de se alcançarem os objetivos propostos.

O desafio que se apresenta diante de nós é desafiador e há sim um enorme caminho a se percorrer. Entretanto, entendemos que a inclusão das crianças com Deficiência Intelectual nas escolas, sustentada pelas políticas de educação inclusiva e acessibilidade, se aplicada criativamente nos espaços socioeducativos que promovam a qualidade de vida e o bem estar destes alunos, produzirá uma sociedade que valorize as minorias e os diferentes.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Á. C.; LOTUFO NETO, F. **A nova classificação americana para os transtornos mentais: o DSM-5, Rev. bras. ter. comport. cogn. São Paulo, v. 16, n. 1, abr. 2014.** Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/>>. Acesso em 06 fev. 2024

BLOG INSTITUTO C. **O Dia Mundial de Conscientização do Autismo.** Disponível em: [https://institutoc.org.br/o-dia-mundial-de-conscientizacao-do-autismo-e-o-compromisso-do-instituto-c-com-a-inclusao-e-o-apoio/?gad\\_source=1&gclid=Cj0KCQjwxsM3BhDrARIsAMtVz6PdiNubx\\_kfDc3uiMLZKaLAebHWtjHSSELNwLTUvQGBZy7HzGux694aAtouEALw\\_wcB](https://institutoc.org.br/o-dia-mundial-de-conscientizacao-do-autismo-e-o-compromisso-do-instituto-c-com-a-inclusao-e-o-apoio/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwxsM3BhDrARIsAMtVz6PdiNubx_kfDc3uiMLZKaLAebHWtjHSSELNwLTUvQGBZy7HzGux694aAtouEALw_wcB). Acesso em 04 fev. 2024.

BRAUN, Viana; **Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramento de um fazer pedagógico.** Reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ - 2011.

BRASIL – MEC - Resolução Nº 4: **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica,** modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRITES, Luciana, **Como fazer a inclusão Escolar no TEA.** Blog Neuro Saber, : <<https://www.youtube.com/watch?v=SPzmquzXRi8>>. Julho/2017.

CARNEIRO, Maria Sylvia C. **O uso de métodos narrativos na pesquisa sobre a Deficiência intelectual.** In: Reunião anual da ANPEd, 29, 2006, Caxambu. P. 1-16. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em 10-08-2011.

CARVALHO, Rosita Elder. **A Nova LDB e a Educação Especial.** São Paulo, 2007.

DUTRA, C. P.; SANTOS, M. C. D. **Os Rumos da Educação Especial no Brasil sob o Paradigma da Educação Inclusiva.** Revista Inclusão: Brasília: MEC, V.5, 2010.



- GARCIA, Wallisten **Passos; Prática Pedagógica na escolarização do Aluno com Deficiência Intelectual** Pg 50– IESEDE Brasil – Curitiba PR – 2017).
- GÓMEZ, A. M. S. & TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Ed. Grupo Cultural, 2014.
- HONORA M. & Frizanco. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.
- INSTITUTO NEUROSABER, **Como fazer a inclusão do autismo em sala de aula**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/como-realizar-a-inclusao-do-autismo-em-sala-de-aula/>. Acesso em 03 fev. 2024.
- LACERDA, C. B. F. **O que pensam os alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2007, Marília-SP.
- LAVOURA, Tiago; BOTURA, Henrique Moura; DARIDO, Suraya Cristina. **Conhecimentos Necessários para a Prática Pedagógica** – Revista da Educação Física - Maringá 206 p. 203.
- LEITE, S. A. **A afetividade nas práticas pedagógicas**. Tema Psicologia 2012 p. 20).
- MACHADO, A. C., ALMEIDA, M. **A Parceria no contexto escolar**. Revista Psicopedagogia, 2010; v. 27, n. 8, p. 344-51.
- MELLO, A. M. et al. **Retratos do autismo no Brasil**, 1ª ed. São Paulo: AMA, 2013.
- MOGNON, Dave Gislaine; LEICHSENRING, Giana G.; KANIA, Patrícia, **Desenvolvimento e Aprendizagem de Pessoas com Deficiência: possibilidades e limitações**. 2006 - Universidade Regional de Erechim – RS.
- PACHECO, J. (et al.) **Caminhos para inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PAULON, Simone; **Documento subsidiário à política de inclusão**. - MEC – Secretaria de Educação Especial, 2005.
- PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: EDUR, 2010.
- RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. P. 318.
- SANTOS, J. F. **Educação Especial: Inclusão escolar da criança autista**. São Paulo, All Print, 2011.
- SILVA, A. B. B. & GAIATO, M. B. & REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- TCHUMAN, R., RAPIN, I. **Autismo abordagem neurobiológica**. Porto Alegre Editora Artmed, 2009.

**UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.**

**VIGOTSKY, Lev; A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores – São Paulo – Martins Fontes 1991.**

## A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO



**Cláudia Batista Trinca**

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial e Inclusão; Educação a Distância; Alfabetização e Letramento; Psicopedagogia Institucional; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Gestão e Mediação de Conflitos e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.



**Maria Célia Ataíde Alberti**

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Direito educacional; Alfabetização e Letramento; Educação Especial e Inclusão; Psicopedagogia Institucional; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Gestão e Mediação de Conflitos; Inteligência Emocional no Ambiente Escolar e Arte e Artesanato.



**Ana Maria Ortiz Lima de Moraes**

Formada em Pedagogia, Pós-Graduação em Gestão Escolar; Psicomotricidade; Psicopedagogia Institucional; Neuropsicopedagogia; Ensino Lúdico; Educação em Tempo Integral; Alfabetização e Letramento; Educação de Jovens e Adultos..

### RESUMO

Este artigo científico aborda a importância da leitura na educação. O objetivo é discutir como a leitura pode contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, estimulando a linguagem, a imaginação, a criatividade, além de desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Destaca-se o papel do professor como mediador do processo de aprendizagem e incentivador do gosto pela leitura, por meio da seleção de livros adequados, da mediação de leitura, da criação de um ambiente acolhedor para a leitura e da oferta de orientação e suporte para as crianças. Conclui-se que a leitura é uma atividade fundamental na educação, que pode contribuir para a

formação de cidadãos mais críticos, reflexivos e criativos, capazes de enfrentar os desafios do mundo atual com competência e confiança.

**Palavras- Chave:** Leitura; Desenvolvimento; Educação.

## **INRODUÇÃO**

Este artigo visa explorar a importância da literatura infantil na educação, com foco em como os professores podem estimular os alunos a se tornarem leitores proficientes. Pretende-se analisar tanto a influência da literatura infantil sobre as crianças quanto o papel do professor no desenvolvimento do gosto pela leitura. Reconhecendo a escola como um espaço crucial para a promoção da leitura, o objetivo é discutir como a literatura infantil pode ser apresentada de maneira prazerosa, desafiando os alunos a ampliar suas habilidades de leitura.

Partindo do pressuposto de que a escola desempenha um papel fundamental na formação de leitores, este estudo busca compreender como a literatura infantil pode ser utilizada para cativar os alunos e incentivá-los a ler cada vez mais. Será abordada a importância da leitura e discutido como os professores podem trabalhar com a literatura infantil de forma envolvente e estimulante.

Para alcançar esses objetivos, será realizada uma revisão de literatura, utilizando uma abordagem bibliográfica. Serão consultados diversos livros e trabalhos de renomados autores que contribuíram para o entendimento da importância da leitura na educação infantil. Ao analisar as descobertas desses autores, será possível identificar estratégias eficazes para promover o gosto pela leitura entre os alunos.

## **LITERTURA INFANTIL**

Conforme Coelho (1991), a literatura infantil desempenha um papel fundamental no processo educacional, oferecendo diversas possibilidades para que os educadores promovam a formação do leitor. Tanto alunos quanto professores buscam, por meio da literatura, o prazer de "aprender a aprender", pois ela proporciona à criança a assimilação de valores culturais, éticos e sociais.

A leitura, além de ser um ato de lazer, permite à criança desenvolver a expressão, explorar o imaginário e realizar uma leitura crítica e reflexiva, preparando-a

para a vida em sociedade. A literatura infantil, sendo antes de tudo literatura, mescla realidade e fantasia, proporcionando uma experiência enriquecedora para os leitores.

Como destacado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa (1997), a literatura não é apenas uma reprodução da realidade ou um exercício linguístico; ela possibilita uma interação ampla com o mundo e contribui para o desenvolvimento do educando em diversos aspectos.

Coelho (2000) ressalta a responsabilidade dos livros na formação da consciência de mundo das crianças. A relação lúdica e prazerosa com a literatura na infância contribui para a formação de leitores, estimulando a criatividade e fortalecendo a interação entre texto e leitor.

É importante que a literatura infantil não seja utilizada apenas como um instrumento para ensinar a leitura, mas que estabeleça relações significativas entre teoria e prática, auxiliando o professor a atingir seus objetivos educativos de forma eficaz e prazerosa para a criança.

Ao introduzir histórias para as crianças, é relevante contextualizar o livro, apresentar informações sobre o autor e estimular a descoberta de novos valores culturais, sociais e éticos.

Góes (1990) destaca a importância do professor acompanhar a leitura, promovendo a troca de ideias e incentivando a participação dos alunos. Além disso, é essencial explorar diferentes tipos de leitura e atividades para aprofundar a compreensão da obra.

Eco (1932) alerta para o fato de que alguns livros podem transmitir ideias distorcidas e estimular uma visão não crítica da realidade. Portanto, é fundamental desenvolver nos leitores habilidades reflexivas e críticas para reconhecer e questionar essas mensagens.

É relevante também considerar que não apenas a escola, mas também os livros didáticos, podem influenciar na transmissão de ideias limitadoras do conhecimento, visando objetivos de dominação.

## **PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DO GOSTO PELA LEITURA**

Conforme Góes (1990), o professor desempenha um papel crucial como intermediário no encontro entre o aluno e o livro, facilitando a relação direta do aluno com o texto literário. No entanto, é fundamental que o professor seja um Leitor Maduro,



demonstrando entusiasmo e convicção em relação à leitura, pois a falta de empatia do professor pode desestimular os alunos.

A formação do gosto literário dos alunos é uma preocupação central do professor, mas quando essa formação não ocorre, seja por motivos individuais, familiares, sociais ou escolares, podem surgir dificuldades no desenvolvimento do educando. No entanto, a literatura oferece uma ampla gama de possibilidades estéticas, das mais simples às mais complexas, e o professor, com os recursos disponíveis, pode superar essas dificuldades.

Além disso, conforme apontado por Zilberman (1981), é essencial que o professor faça uma seleção criteriosa dos textos literários a serem trabalhados em sala de aula, levando em consideração a adequação ao público-alvo, a intenção temática, a profundidade da ideia transmitida e a qualidade estética da obra. O objetivo é formar leitores proficientes, preparando os alunos não apenas para a leitura em si, mas para uma compreensão mais ampla do mundo.

O texto literário é uma estrutura complexa, em que cada parte está interligada, e o professor precisa compreender essas conexões, bem como os aspectos extraliterários que podem influenciar na interpretação da obra, como contextos sociais, culturais, históricos e psicológicos.

Assim, o livro é uma ferramenta essencial no trabalho do professor, e é fundamental que ele reconheça sua importância e se questione constantemente sobre como utilizar a leitura de forma eficaz e significativa em sala de aula. Segundo Zilberman (1981), o professor não deve restringir o sentido do texto a interpretações únicas, mas sim valorizar as diferentes perspectivas dos alunos, reconhecendo a singularidade de cada leitor.

Portanto, ao trabalhar com literatura em sala de aula, o professor não deve apenas transmitir conhecimento, mas sim criar um ambiente propício para o desenvolvimento do pensamento crítico, da imaginação e da apreciação estética dos alunos, estimulando assim a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A autora ressalta a importância de despertar o interesse das crianças pela história contada, valorizando as ilustrações e adequando o conteúdo ao nível de compreensão e interesse dos pequenos leitores. Além de ensinar a decodificação das palavras, o professor tem o papel crucial de promover a compreensão do texto, estimulando os alunos a expressarem verbalmente o que compreendem da leitura.

Nesse contexto, é evidente a influência significativa que a literatura infantil exerce no desenvolvimento das crianças. Ao compreender os mecanismos que levam a

criança ao prazer da leitura, o professor pode ajustar suas práticas educativas de acordo com as necessidades dos alunos.

Segundo Magnani (1989), uma estratégia eficaz para incentivar o gosto pela leitura é a mediação de leitura. O professor pode selecionar cuidadosamente livros apropriados para a faixa etária das crianças e ler em voz alta para elas, demonstrando o valor e o prazer que a leitura proporciona. Essa prática não só promove o desenvolvimento do pensamento crítico, mas também cria um espaço para questionamentos e reflexões sobre a história.

Além disso, o ambiente físico da sala de aula desempenha um papel importante. Criar um cantinho da leitura acolhedor, com elementos como tapetes confortáveis, almofadas e boa iluminação, pode incentivar as crianças a se aproximarem dos livros e explorarem diferentes histórias.

É igualmente crucial oferecer uma ampla variedade de livros, abrangendo diferentes gêneros, estilos e autores. Dessa forma, as crianças têm a oportunidade de experimentar uma ampla gama de leituras e descobrir suas preferências individuais.

Por fim, o professor deve estar atento ao progresso das habilidades de leitura das crianças, oferecendo apoio e orientação conforme necessário. Reconhecer e respeitar o ritmo de aprendizado individual de cada criança é fundamental para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz.

O professor desempenha um papel central no estímulo ao gosto pela leitura na educação. Ao criar um ambiente propício para a leitura, selecionar cuidadosamente os materiais, promover a mediação de leitura e oferecer suporte individualizado, o professor pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de leitores competentes e críticos.

Este artigo busca uma compreensão sobre o tema “o papel do gestor na gestão democrática, a observação da prática docente, na educação infantil”, para o seu desenvolvimento será analisada as formas que o gestor promove a formação continuada dos professores, como é a participação efetiva e ativa no processo ensino aprendizagem dos alunos.

Como objetivo geral, queremos compreender a função do coordenador pedagógico como órgão de gestão, justificando sua participação na instituição pública de Educação Infantil. Especificamente, procuramos entender a gestão educacional escolar, democrática e participativa, e investigar e analisar a formação continuada do corpo docente.

O fato de a equipe institucional cultivar sensações positivas, compartilhar aspirações profissionais, atitudes de respeito e confiança, gera valores realmente

significativos para a instituição, pois professores e funcionários ao estarem num ambiente estimulante sentem-se mais dispostos e encorajados para trabalhar e ainda promover um trabalho coletivo cooperativo e prazeroso.

Segundo Libâneo (2004, p.217) "*muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação*".

A atuação democrática da educação escolar está ligada à coordenação que propõe atitudes articulando com a participação da comunidade na tomada de decisões como: no planejamento e elaboração do Projeto Político e Pedagógico (PPP); na escolha do uso de recursos e prioridades da escola; na execução das resoluções de possíveis problemas e na relação escola-família-criança. A família tem um papel importante no desenvolvimento das crianças, é nela que ocorrem as aprendizagens básicas, que são necessárias para o desenvolvimento autônomo dentro da sociedade.

Este artigo tem como base a LDB legislação, diretrizes e bases, nós nos apoiamos no art. 29 da LDB, que tem referência sobre: "*A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade*". (PACIEVITCH, 2020)

Norteados por essas bases fizemos uma entrevista de campo com a coordenadora Mônica Rodrigues, ela é gestora da creche CEI 121 localizada na vila barão zona norte de Sorocaba –SP, a creche foi aberta em julho de 2019 tem uma gestão compartilhada com a prefeitura e atende crianças do berçário à creche III. No questionário anexo podemos observar as perguntas feitas para a gestora escolar, e em contrapartida abaixo vemos as repostas dadas pela mesma.

Conforme as perguntas realizadas pelo questionário anexo, sobre o item da visão do gestor, obtivemos:

1 - Cuidar e educar são palavras que acarretam significados diferentes em nossa sociedade. Para que tenhamos um trabalho um trabalho de sucesso no desenvolvimento da criança é muito importante que gestores e professores estejam atualizando-se sempre, pois nas duas últimas décadas surgiram novos debates e questionamentos sobre o currículo das escolas de educação infantil e seu papel no desenvolvimento das crianças durante os primeiros anos de vida.

2 - É importante que haja no contexto escolar uma visão democrática da qual o cidadão para viver precisa ser respeitado e respeitar os diferentes grupos e culturas. E através

do projeto político pedagógico da escola seja elaborado junto com o corpo escolar e a comunidade com o intuito de ressaltar a cultura brasileira, que não só é formada por diversos grupos sociais como também por imigrantes de vários países.

3 - O orientador pedagógico pode medir e ser apoio, mas é importante lembrar que um bom professor não se constitui apenas de teoria, embora ela tenha sua importância. Um professor vai se formando na relação teoria e prática, pois é a partir da ação e da reflexão que o professor se constrói enquanto indivíduo em pleno estado de mudança.

4 - O papel do coordenador pedagógico deve ser entendido no processo das ações políticas desenvolvidas no âmbito da escola, como elemento articulador, organizador, mediador e dinamizador do trabalho pedagógico.

5 - A avaliação do trabalho docente pode ser estabelecida pela gestão como um auto avaliação do professor referente ao seu desempenho e o desenvolvimento dos projetos e o desempenho e o desenvolvimento dos projetos e desempenho e o desenvolvimento dos projetos e o desempenho da turma e posteriormente esse professor elaborar um relatório de devolutiva para o Coordenador Pedagógico. (Claro que observação do coordenador e conversas diárias entram nessa avaliação).

Já a avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil, pudesse ser feita:

- Observação e registro dos principais apontamentos...
- Conversa com os pais dos alunos...
- Elaborar relatórios e dossiês.

6 - HTPC e HTPI são um viés prático, no qual os professores podem se engajar em atividades que, depois, podem ser utilizadas dentro de sala de aula. Portanto esses momentos também se mostram como uma ótima opção para a formação continuada do corpo docente da escola sendo o orientador pedagógico articulador dessas formações.

7 - Mediar entre o currículo e os professores, bem como entre pais de alunos, corpo docente e a equipe escolar como um todo.

8 - A gestão democrática é um desafio para qualquer gestor, pois seu papel é de extrema importância, ele será o articulador das relações humanas, sabendo tratar a todos com respeito educação e dialogando com todos, ouvindo e considerando a opinião de todos.

Ao finalizarmos essa entrevista entendemos que a gestão na Educação Infantil possui busca de melhoria da qualidade dessa etapa da Educação Básica. Essa qualidade, por sua vez, deve ter como referencial os princípios da gestão democrática, na participação da família no espaço educativo.

## IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO

De acordo com Goulemot (1996), a leitura desempenha um papel essencial na educação, influenciando significativamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Ao se envolverem com a leitura, as crianças são expostas a novas ideias, histórias e personagens, o que contribui para a expansão de seu vocabulário, imaginação e compreensão do mundo ao seu redor.

Além de promover o desenvolvimento linguístico, como compreensão oral e escrita, a leitura também é fundamental para o desenvolvimento de habilidades sociais, como empatia e compreensão da diversidade cultural. É através da leitura que as crianças aprendem a se colocar no lugar dos outros e a respeitar as diferenças.

Para introduzir a leitura na educação infantil, Goulemot (1996) sugere diversas abordagens, como contar histórias oralmente pelos professores ou pais, ou através de livros infantis ricamente ilustrados e com textos simples. É crucial que a leitura seja encarada como uma atividade prazerosa e divertida, para que as crianças associem a leitura a momentos de prazer e descoberta.

Os adultos desempenham um papel fundamental no estímulo à leitura. Pais e professores devem criar um ambiente favorável à leitura, disponibilizando uma variedade de livros adequados para cada faixa etária e incentivando a leitura independente. Ler para as crianças regularmente demonstra o prazer que a leitura pode proporcionar e estimula seu interesse por livros.

Além dos benefícios cognitivos, emocionais e sociais, a leitura também contribui para o desenvolvimento da criatividade, concentração e memória das crianças. Elas aprendem a se expressar melhor e a se sentir mais confiantes ao compreenderem uma história complexa ou ao lerem sozinhas.

É importante ressaltar que a leitura na educação não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta para alcançar outros objetivos educacionais. Os adultos devem estar envolvidos no processo de leitura, oferecendo suporte, encorajamento e sugestões de livros interessantes.

A leitura é uma atividade fundamental na educação, que contribui para o desenvolvimento integral das crianças e para a formação de cidadãos mais críticos, reflexivos e criativos. Para garantir que a leitura seja uma experiência enriquecedora, é essencial o engajamento dos pais e professores no estímulo à leitura desde cedo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura como prática na educação é muito mais do que uma simples atividade; é uma porta de entrada para um mundo de descobertas, aprendizado e crescimento pessoal. Ao oferecer às crianças o acesso a livros e ao hábito da leitura desde cedo, os pais e professores estão proporcionando a elas uma base sólida para o desenvolvimento integral.

Além dos benefícios óbvios, como o estímulo à linguagem, imaginação e criatividade, a leitura também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Ela as ajuda a compreender o mundo ao seu redor, a explorar diferentes perspectivas e a desenvolver habilidades essenciais, como empatia, resiliência e pensamento crítico.

Ao criar um ambiente acolhedor e estimulante para a leitura, os adultos estão investindo no futuro das crianças, capacitando-as a se tornarem cidadãos ativos e participativos na sociedade. Através da leitura, as crianças têm a oportunidade de expandir seus horizontes, explorar novos mundos e encontrar inspiração para enfrentar os desafios que encontrarão ao longo de suas vidas.

Portanto, é fundamental que os pais e professores reconheçam a importância da leitura na educação infantil e se empenhem em incentivar esse hábito desde cedo. Ao fazerem isso, estão contribuindo para o desenvolvimento de uma geração de indivíduos criativos, curiosos e bem preparados para os desafios do mundo atual e do futuro.

## REFERÊNCIAS

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Editora Ática. 1997.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**. São Paulo: Editora Ática. 5<sup>o</sup> ed. 1991.

ECO, Umberto. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus editorial. 1980.

GÓES, Lúcia Pimentel. **A aventura da Literatura para crianças**. São Paulo: Melhoramentos. 2<sup>o</sup> ed. 1990.

GOULEMOT, J. M. **Da leitura como produção de sentido**. In: CHARTIER, R. Práticas de leitura. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MAGNANI, Maria do Rosário M. **Leitura, literatura e escola: subsídios para a reflexão sobre a formação do gosto**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

**Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa** Secretaria da Educação Fundamental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1981.

## A IMPORTÂNCIA DE SILENCIAR PARA A ROTINA COMECAR



**Mara Lúcia Rodrigues da Silva Costa**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Psicopedagogia.



**Mara Gersey de Campos Silva**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado, Psicopedagogia, Psicomotricidade na Educação, Gestão Escolar, Pedagogia Sistêmica, Psicopedagogia Clínica e Institucional.



**Valda Aparecida de Paiva Moraes**

Formada em Pedagogia e em Educação Artística, com Pós-Graduação em Formação de Professores para o Ensino Superior; Alfabetização e Letramento; Educação Básica, Educação Especial e Inclusiva, Transtorno de Espectro Autista, Alfabetização e Letramento; Alfabetização por Meio da Contação de Histórias e Neuropsicopedagogia.

## RESUMO

*“Muito obrigado papai do céu, por esse lanchinho que vamos comer, bem quietinho sem conversar, bom apetite amém”.*

Este artigo inicia com esta pequena oração que durante muito tempo acompanhou e ainda nos dias atuais faz parte do trabalho de muitos professores educação Infantil, sempre na hora da merenda escolar, na rotina preestabelecida socialmente antes de comer, deveríamos rezar, assim era, e seguia “o combinado” todos os dias.

As crianças em coro, muito alegres, brincavam e celebravam a pureza da vida, mas sempre foram muito persistentes e resistentes, ainda bem, quanto ao “quietinho e sem

conversar”, confesso que eu sempre fui às avessas e não seguia o “script” da música também, a hora da refeição era o momento da partilha, entre os pares, hora de celebrar com todas as outras crianças que não faziam parte da mesma turma, era a hora do encontro.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Rotina; Práticas Pedagógicas; Relacionamento Afetuoso.

## INTRODUÇÃO

Os anos passaram-se, mais de uma década, e as mesmas melodias ainda ecoam pelos espaços da educação infantil, não é difícil adentrar um espaço escolar e nos depararmos com as crianças cantando canções de ordem, para comer, para mover-se nos espaços, até mesmo antes dos momentos de partilha em sala de aula.

Para ABRAMOWICZ, ainda hoje quando a professora de crianças pequenas solicita, utiliza e ensina determinados modos de ser e agir, ela está aliada a uma determinada concepção de povo sendo no interior dessa lógica que a professora cuida das crianças e as educa.

Nesse sentindo, as canções que ainda repercutem nos centros de educação infantil e nas minhas memórias, revelam também as relações estabelecidas entre os adultos e crianças deste lugar.

Desse modo, este artigo tem por objetivo trazer uma contribuição teórica para o entendimento e reflexão sobre a rotina, às práticas didáticas selecionadas pelos professores e como elas podem revelar a concepção de infância vivida no espaço escolar.

Pra Fochi (2015 p. 32) é possível observar que, no curso da história, esses espaços, que estão atravessados por representações do entendimento sobre a criança, marcam a maneira como as escolas e a própria sociedade se organizam para atender e se relacionar com esse sujeito.

## **“PIUÍ ABACAXI, OLHA O CHÃO PARA NÃO CAIR, SE CAIR VAI MACHUCAR E A MAMÃE NÃO VAI GOSTAR”**

Em coro as crianças caminham em fila pela escola, no movimento controlado, para não desagradar a mãe, a professora e a sociedade. Desse modo, antes de abordarmos à reflexão sobre a rotina e as práticas educativas na instituição infantil é importante delinear um breve panorama da visão de criança estabelecida socialmente.

A percepção social que temos da educação em contexto escolar, é gerada a partir de uma construção histórica. Segundo Saviani, a educação é um processo que perpassa toda a vida humana, pois “as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem” (SAVIANI, 1994, p. 152)

Nesse contexto, as escolas de educação infantil foram sendo reinventadas, desde meados do século XX, para se tornarem colaboradoras dos homens e das mulheres contemporâneos na educação e cuidado das crianças.

(BRASIL, 2009a, p.17-18)

### **ENTRAR COM ÀRIES**

Concordo com Sacristán (2005) quando ele chama a atenção para o fato de que o papel do aluno na sociedade trata-se de uma invenção feita por adultos- pais, professores, legisladores e intelectuais- a respeito de como organizar e impor normas na vida dos não adultos, citação do FOCHI.

## **ROTINA**

Temos na palavra rotina, muitos sentidos quando nos reportamos à escola, pensamos no passo a passo, como um cronograma a ser seguido, nos papéis que estão documentando o trabalho docente e estão postos no plano de gestão escolar

Na maioria dos Centros de Educação Infantil elas se iniciam pelo acolhimento, café da manhã, e atividades dirigidas pelo professor, parque, almoço, higiene, soninho, e para quem fica no período integral as atividades continuam com o entrelaçamento entre o cuidar e o educar.

Todos os passos e horários da rotina são coordenados e delimitados pela disposição do adulto, desde o horário da refeição que favorecem às merendeiras, que tem que dar conta da limpeza e organização para a próxima refeição, até mesmo ao horário do soninho quase que obrigatório para que as cuidadoras tenham a hora de seu almoço garantida, e é nessa lógica que as rotinas vão sendo organizadas.

A rotina na educação infantil pode ser facilitadora ou cerceadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Rotinas rígidas e inflexíveis desconsideram a criança, que precisa adaptar-se a ela e não o contrário, como deveria ser; desconsideram também o adulto, tornando seu trabalho monótono, repetitivo e pouco participativo. (DCNI, pag. 73)

Maria da Graça Horn, ao discorrer sobre a observação e o olhar para o cotidiano da educação infantil, retrata a rotina do repete, repete, repete, apontando essas práticas rotineiras enraizadas no hábito, presa a chronos, o tempo linear, que corre submetido ao ritmo único do tique -taque, comprometida com o controle e contenção do movimento

Segundo SILVEIRA, a rotina é uma categoria pedagógica que os responsáveis pela educação infantil estruturaram para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano de educação infantil. Dessa forma, ela se apresenta como algo do adulto para a criança. Podendo ser vistas como produtos culturais criados, produzidos e reproduzidos no dia a dia, tendo como objetivo a organização da cotidianidade.

## **DAS PRÁTICAS DIDÁTICAS E A RELAÇÃO COM O PROFESSOR**

Na pré-escola, as crianças aprendem a conviver socialmente, por meio do lúdico, das brincadeiras, das canções, das histórias, elas vão construindo o seu olhar e referência de mundo, incorporam conceitos pré-estabelecidos, assim como também os transformam dando novos significados.

A escola de educação infantil é um ambiente educacional cheio de possibilidades, é o encontro da criança com o social, com seus pares, com o adulto que não é familiar, para muitos, é o primeiro contato coletivo além do meio materno.

As crianças, em certo momento, saem dos espaços familiares e passam para os espaços institucionalizados, que administram a infância. Nessa perspectiva, a cultura produzida ludicamente entre pares deixa de ser espontânea e passa a ser controlada, associada às concepções teóricas que conduzem o olhar do professor.

A escola é a primeira instituição a que se incorporam às crianças, descontando a família, a que ocupa o período que medeia entre a exclusividade desta e o trabalho e, de qualquer forma, a escolarização representa seu primeiro contato com uma instituição formal e/ou burocrática, com uma organização. Por conseguinte, é nela onde crianças e jovens fazem a primeira experiência do trato regular com estranhos, do trato com outras pessoas fora dos laços de parentesco ou da comunidade imediata. (ENQUITA, 1989, p. 158).



OLIVEIRA E FORMOSINHO (2013 p. 7) ao abordar a práxis como *Locús* da pedagogia, afirmam que a pedagogia se organiza em torno dos saberes que se constroem na ação situada, em articulação com as concepções teóricas (teorias e saberes) e com as crenças (crenças, valores e princípios)

A diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo da educação infantil reflete diferentes concepções quanto ao sentido e funções atribuídas ao movimento no cotidiano das creches, pré-escolas e instituições afins. (DCNI, PAG. 17)

Segundo Mariano Fernandez Enguita (1989), apenas uma pequena parte do tempo dos professores e alunos nas escolas é dedicada a transmissão ou aquisição de conhecimentos. O resto, a maior parte, é empregado em forçar ou evitar rotinas, em impor ou escapar ao controle, em manter ou romper a ordem.

Nesse sentido, ao discutir o contexto escolar e as práticas pedagógicas, REDIN mostram o quanto as diferenças entre adultos e crianças ainda se desdobram em desigualdades. As tentativas para evitar conflitos, manter a ordem, promover o sentimento de cooperação entre as crianças aparecem aqui muito mais em nome do conforto e das concepções educacionais do adulto do que da necessidade das crianças. (PAG. 112) .

É muito comum que, visando garantir uma atmosfera de ordem e de harmonia, algumas práticas educativas procurem simplesmente suprimir o movimento, impondo às crianças de diferentes idades rígidas restrições posturais. Isso se traduz, por exemplo, na imposição de longos momentos de espera — em fila ou sentada — em que a criança deve ficar quieta, sem se mover; ou na realização de atividades mais sistematizadas, como de desenho, escrita ou leitura, em que qualquer deslocamento, gesto ou mudança de posição pode ser visto como desordem ou indisciplina. pag. 17 (DCNEI).

As canções que embalam os inícios das brincadeiras, no contexto da educação infantil, muitas vezes servem de amparo que geralmente atendem várias intenções, como formação de hábitos, atitudes e comportamentos: lavar as mãos, escovar os dentes, andar em fila, fazer silêncio etc.

Para além das cantigas, as docentes utilizam-se também de cartazes expostos na sala de aula, com combinados ou regrinhas “feitos com a turma”, entre outras, pois nesses dizeres é muito possível de encontrar frases que não fazem parte do universo infantil são muito mais, palavras de ordem que combinados, assim como, demonstram desconhecer o processo de desenvolvimento infantil por qual todo ser humano passa.

Frequentemente, nos deparamos nos CEI que atendem crianças de 0 a 3 anos de idade, espaços com cartazes de combinados com frases como: dividir o brinquedo com os amigos, conviver em paz e sem fazer fofoca, andar pela sala sempre devagarinho, respeitar e ser amável com todos os funcionários, ser amigo de todos, ouvir com atenção os colegas, não chorar sem motivo e não fazer birra, sair sempre em fila, manter bom comportamento durante as refeições, manter a sala sempre limpa e organizada, fazer as atividades com capricho”.

Uma das características importantes, se não a mais, que as escolas tem em comum é a obsessão pela manutenção da ordem. Basta recordarmos nossa própria experiência como aluno ou professor, ou visitar uma sala de aula, para evocar ou presenciar um rosário de ordens individuais e coletivas para não fazer ruído, não falar, prestar atenção, não movimentar-se de um lugar para outro. (ENGUIA, 1989, p. 163).

Outra prática didática exercidas pelos docentes apresentadas em suas rotinas de trabalho, são as rodas de conversa, onde as trocas e interações entre as crianças, muitas vezes se limitam com o refrão “zipi, zipi zá, a boquinha vai fechar, fechou”, onde o professor direciona à perguntas e as respostas são unificadas em coro coletivo.

Maria da Graça Horn, acredita que devemos considerar que educar é possibilitar às crianças situações de aprendizagem e de socialização, isto é, de desenvolvimento de suas potencialidades e não adestramento em comportamentos e conhecimentos.

Abramowicz, afirma que vários trabalhos têm detalhado o funcionamento da maquinaria escolar na produção de um povo, indicando processos de subjetivação da escola, que pressupões a necessidade de sentar, calar e copiar e aprender, ou ainda a valorização de um determinado jeito de ser, brincar, falar e pensar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Müller e Carvalho afirmam não fazerem mais sentido as desigualdades criadas na modernidade entre a infância e a idade adulta, endereçando a última a um patamar superior, cada vez ficam mais enfraquecidos quando se assumem que todos somos seres humanos em formação.

Além de o objetivo disciplinar apontado, a permanente exigência de contenção motora pode estar baseada na ideia de que o movimento impede a concentração e a atenção da criança, ou seja, que as manifestações motoras atrapalham a aprendizagem. Todavia, a julgar pelo papel que os gestos e as posturas desempenham junto à percepção e à representação, conclui-se que, ao contrário, é a impossibilidade

de mover-se ou de gesticular que pode dificultar o pensamento e a manutenção da atenção. Pag 17 DCNI

Dessa forma, o respeito pelos direitos e competências das crianças materializa-se, na intervenção da educadora, na construção de ambientes e situações interativas que efetivem a criação de múltiplas zonas de desenvolvimento próximo e de diferenciação pedagógica. (OLIVEIRA E FORMOSINHO, 2007).

A partir da ideia de que a criança é diferente do adulto e deve ocupar um lugar distinto no universo social, reforça a ideia de que a criança é sempre, em qualquer sociedade ou grupo cultural diferenciada do adulto. Essa diferença sempre é marcada pela imposição das ideias, dos conceitos que os “maiores” projetam nos menores.

A organização social, portanto, utiliza o aspecto biológico para definir socialmente o lugar da infância e, dessa forma, os relacionamentos entre os adultos e as crianças envolvem tanto o exercício do poder quanto a expressão do amor (DAHLBERG)

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Infâncias em Educação Infantil**, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**- Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL, MEC. SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola. Educação e trabalho no Capitalismo**. Artes médicas. Porto Alegre, 1989.

FOCHI, P. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MARIA DA GRAÇA SOUZA HORN - **Sabores, Cores, Sons, Aromas** - A Organização do espaço na Educação Infantil.

MULLER, Fernanda, CARVALHO Ana Maria Almeida(orgs). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**- São Paulo: Cortez, 2009.

**NASCIMENTO, Algumas considerações sobre a infância e as políticas de Educação Infantil.**

**SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: Ferreti, Celso J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ:Vozes, 1994, p. 151-168.

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I  
PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DO DIA A DIA**



**Doroteia Maria Ribeiro de Almeida**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Educação em Tempo Integral; Pedagogia Sistêmica; Trabalho Social com Famílias; Neurociência na Educação e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.



**Priscila Nascimento Lima Leal**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Educação em Tempo Integral; Pedagogia Sistêmica; Trabalho Social com Famílias; Neurociência na Educação e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.



**Ana Lúcia Domingos Kanô**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Psicopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Trabalho Social com Famílias; Neurociência na Educação; Inteligência Emocional no Ambiente Escolar e Neuropsicopedagogia.

## RESUMO

Este trabalho investiga a importância do ensino da matemática no contexto do ensino fundamental I, destacando sua relevância no desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social das crianças. Através de uma revisão sistemática da literatura, são explorados os fundamentos teóricos que embasam a importância da educação matemática nessa etapa educacional, bem como estratégias pedagógicas eficazes e os impactos positivos no desenvolvimento acadêmico dos alunos. O estudo destaca a necessidade de investimentos contínuos na formação de professores e no desenvolvimento de currículos matemáticos adequados para garantir uma educação de qualidade para todas as crianças.

**Palavras-chave:** Matemática; Educação Infantil; Professor.

## INTRODUÇÃO

O professor tem imensa responsabilidade diante o aprendizado dos alunos e é sua função desenvolver recursos que possibilitem a melhora no aprendizado do aluno, o professor é aquele que pode transformar o ensino da matemática em um aprendizado agradável e esperado pelos alunos.

O ensino da matemática deve despertar no aluno o gosto de estudá-la, é preciso que o professor esteja preparado e dotado de estratégias para que possa atingir tal objetivo, aproveitando-se de que a matemática com seus cálculos e conceitos, desafia a intelectualidades dos jovens, favorecendo o interesse deles.

Atualmente, os alunos e professores tem encontrado dificuldades no processo de ensino – aprendizagem de matemática, sendo estas muitas e conhecidas, muitas vezes, o aluno não consegue compreender a matemática ensinada na escola, ou então é reprovado na disciplina, ou ainda é aprovado, porém, encontra diversas dificuldades na utilização do conhecimento adquirido, não tem sucesso.

A pesquisa justifica-se pelo fato de educadores estarem cada vez mais preocupados com o ensino da matemática, visto que é sabido que a atuação dos educadores é de muita importância para a aprendizagem do aluno.

Para tanto, tende-se como o objetivo geral desta pesquisa analisar o ensino da matemática com vistas a resolução de problemas do dia a dia. Seguindo com os objetivos específicos, sendo eles: identificar o papel do professor no ensino e aprendizagem da matemática; discriminar a visão dos autores em relação ao ensino da matemática; descrever os benefícios que o ensino de matemática pode trazer.

Para a realização deste artigo, a metodologia utilizada será a revisão de literatura, utilizando uma abordagem bibliográfica, com base na leitura de diversos livros e trabalhos, sendo realizadas pesquisas de renomados autores que possam contribuir para o estudo e descobertas referentes a importância do ensino da matemática para resolução de problemas do dia a dia.



## **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

A importância da matemática no ensino fundamental I é indiscutível, pois ela desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e acadêmico das crianças nessa faixa etária. Autores renomados destacam a relevância desses conteúdos para o crescimento intelectual dos alunos.

Piaget, um dos mais influentes psicólogos do desenvolvimento, enfatizou o papel da matemática na construção do conhecimento infantil. Segundo ele, a matemática no ensino fundamental I não se trata apenas de aprender conceitos numéricos, mas também de desenvolver estruturas mentais fundamentais. Piaget afirmou: "A matemática é a ginástica do cérebro, a aritmética é a sua maratona".

Além disso, Vygotsky, outro importante teórico da psicologia do desenvolvimento, destacou a importância da interação social e da mediação do professor no ensino da matemática. Ele defendia que as crianças constroem conhecimento por meio da interação com os outros e da resolução de problemas. Vygotsky afirmou: "A matemática é uma linguagem que os cientistas usam para explicar o universo".

No que diz respeito aos conteúdos específicos, os números, as operações básicas, a geometria e a resolução de problemas são fundamentais. Estes conteúdos não apenas desenvolvem habilidades matemáticas, mas também promovem o raciocínio lógico, a criatividade e a capacidade de solucionar problemas do cotidiano.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Brasil, a matemática no ensino fundamental I tem como objetivo principal desenvolver o raciocínio lógico-matemático, possibilitando que os alunos compreendam e utilizem os números como representação quantitativa, compreendam as operações básicas, reconheçam formas geométricas e desenvolvam habilidades para resolver problemas.

Portanto, a matemática no ensino fundamental I não é apenas um conjunto de conteúdos a serem memorizados, mas sim uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para desafios acadêmicos futuros e para a vida em sociedade. Como afirmou o matemático Paul Halmos: "A matemática é uma forma de pensar. Para ela, você precisa de cabeça, coração e, acima de tudo, de vontade".

## O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DO DIA A DIA

A essência da teoria é respeitar as muitas diferenças entre as pessoas, as múltiplas variações em suas maneiras de aprender, os vários modos pelos quais elas podem ser avaliadas, e o número quase infinito de maneiras pelas quais elas podem deixar uma marca no mundo.

Como relatado por Ogliari (2008) a maioria das pessoas estão cientes de que a Matemática está inserida em suas vidas, mas não se dão conta de que suas aplicações envolvem grandes decisões e movem a sociedade de maneira implícita.

Na concepção de Fonseca; Cardoso (2005) a matemática como qualquer outro conteúdo necessita do ato da leitura, os autores apontam métodos para trabalho com a leitura em sala de aula, deixando explícitos as atividades textuais e textos que desenvolvam o conhecimento matemático e textual do aluno, assim como o trabalho de frações, utilizando receitas.

Para Smole (1997), integrar literatura nas aulas de matemática representa uma substancial mudança no ensino tradicional da matemática, pois, em atividades deste tipo, os alunos não aprendem primeiro a matemática para depois aplicar na história, mas exploram a matemática e a história ao mesmo tempo.

Ainda para Smole (2001), quando o aluno cria seus próprios problemas, ele precisa organizar tudo o que sabe e elaborar o texto, dando-lhe sentido e estrutura adequados para que possa comunicar o que pretende, dessa maneira, ele terá a liberdade para expressar o que entendeu do conteúdo visto durante as aulas, criando assim no aluno autonomia necessária para resolver problemas matemáticos com mais segurança diminuindo as possibilidades de erros.

O ensino e aprendizagem da matemática são vistos por toda comunidade escolar como um desafio a ser vencido, já que a matemática ensinada nas salas de aulas, na maioria dos casos ainda acontece da forma tradicional, sendo desvinculada daquela usada no dia a dia, dessa forma, o processo ensino aprendizagem não alcança os resultados satisfatórios, já que o índice de reprovação ainda é bastante alto.

De acordo com Oliveira, Alves e Neves (2008), é do tempo das cavernas a origem dos primeiros pensamentos matemáticos, período este em que o homem necessitava calcular a quantidade de alimentos, animais e pessoas, contribuindo assim para o aparecimento do conceito de número, iniciado com a percepção de

semelhanças e diferenças, sendo aprimorado com as contagens por meio do uso de ossos, pedras e dedos das mãos, registrados através das pinturas nas cavernas e entalhes em ossos, conhecidos como arte rupestre.

Com o passar do tempo, esses primeiros conhecimentos matemáticos se desenvolveram, através das pequenas civilizações que formaram as primeiras cidades e a necessidades dos povos em melhorar esses conceitos, dessa forma, matemáticos e cientistas elaboraram novos teoremas, suprimindo as carências matemáticas da época.

Ainda de acordo com a concepção dos autores citados, a história da matemática é um importante instrumento a ser utilizado para se alcançar a melhoria do processo ensino aprendizagem da mesma, sendo possível entender conceitos a partir de sua criação, levando se em conta todas as suas alterações no decorrer de sua história, ficando mais fácil o modo de compreensão para os alunos, de modo a despertar a curiosidade e interesse para pesquisas futuras.

Para Machado (2002), as aprendizagens significativas ou não, possuem relação direta com o trabalho docente realizado em sala de aula, sendo a metodologia do docente, o ponto chave para a transformação do saber científico em saber ensinar.

Para que ocorra uma aprendizagem rica e significativa para o aluno, é preciso que ele desenvolva seu raciocínio lógico e a partir de suas conclusões próprias, consiga solucionar uma problemática a ele apresentada.

Educadores matemáticos têm estudado as consequências dessa prática educacional e de acordo com D' Ambrósio (1989), primeiramente, os alunos acreditam que a aprendizagem da matemática acontece por meio do acúmulo de fórmulas e algoritmos, seguindo e aplicando regras, transmitidas pelo professor. Por segundo, os alunos creem que a matemática é um corpo de conceitos verdadeiros e estáticos, dos quais não se pode duvidar ou questionar, nem mesmo se preocupar em compreender por que funciona, pois acreditam que tais conceitos foram descobertos ou criados por gênios.

Sendo assim, o aluno supervaloriza o poder da matemática formal, perdendo a autoconfiança em sua intuição matemática, não associando a solução do problema encontrada matematicamente com a solução do mesmo problema em uma situação real.

De acordo com as diretrizes curriculares para o ensino de matemática, o ensino deve ser voltado para a formação crítica do educando, demonstrando assim, os saberes da referida disciplina. Essas orientações estão muito longe da realidade do ensino atual.

Rodrigues (2005), aponta que nos PCNs para a área de matemática no ensino fundamental, é possível perceber a preocupação e a relação em trabalhar a matemática e aplicar a mesma ao cotidiano, de forma que o indivíduo possa utilizar o conhecimento matemático para diversas atividades e fazer uso do mesmo para construção da cidadania.

O professor deve ser para a matemática, o elo entre o referencial teórico existente nos livros e a realidade dos estudantes. E para que isso ocorra eficientemente, é necessário um maior empenho desses profissionais na busca por metodologias que facilitem o ensino e a consequente aprendizagem dos alunos, procurando demonstrar ao aluno a importância da matemática para a vida prática.

As razões pelas quais se ensina matemática na escola e a consequente necessidade de sua aprendizagem deve-se ao fato de esta ser extremamente presente no dia a dia da sociedade. Necessita-se ressaltar que os conceitos matemáticos têm sido acumulados aproximadamente desde o ano 3000 a. C., pois um indivíduo que se considera escolarizado deve necessariamente conhecer alguns desses fatos de destaque. O outro fator que deve ser salientado, é que as profissões de maior destaque normalmente necessitam conhecimento matemático, ou seja, se o aluno almeja o status social proporcionado por essas profissões, é necessário ser bom em matemática, o que pode ser um estímulo para que os alunos se empenhem na aprendizagem da matemática, pois percebendo a necessidade e utilidade da mesma para que se consiga uma profissão de sucesso, podem passar a considerá-la como uma fonte de renda.

Para Schmidt (2007) a matemática é uma ferramenta que serve para a vida cotidiana e para muitas tarefas específicas em quase todas as atividades humanas, ainda de acordo com o autor, a matemática está presente em quase tudo, por exemplo, em uma ida ao supermercado, pode-se perceber a aplicabilidade dessa ciência.

Para Silva e Freitas (2011)

Trabalhar com conteúdo concretos proporciona ao aluno a percepção de situações claras do dia a dia em que são aplicados os conceitos. Isso facilita a aprendizagem e consequentemente os faz valorizar o conhecimento matemático. Possibilita ao aluno a construção do conhecimento, leva ao desenvolvimento do raciocínio e do pensamento crítico, contribuindo para a resolução de situações problemas que abrangem as diversas disciplinas trabalhadas na escola e do viver diário do aluno fora da sala de aula. (p.3.).

No entendimento de Moreno (1983), para que o aluno aprenda matemática, é preciso um contexto de interação, troca de ideia e saberes, construção coletiva de

conhecimentos novos, tudo isso, sendo possível pela mediação do professor, que deve orientar as interações. É preciso ainda que os alunos aprendam com seus colegas e os ensinem através do cooperativismo, buscando novas e possíveis soluções de problemas.

Acerca das concepções de Grossi (2006):

É essencial que o aluno do ensino fundamental perceba o caráter prático da Matemática, ou seja, que ela permite às pessoas resolver problemas do cotidiano. No entanto, a aprendizagem da Matemática deve também contribuir para o desenvolvimento do raciocínio, da lógica, da coerência, o que transcende os aspectos práticos. Ela deve: - Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico). - Selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-la e avaliá-las criticamente. - Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como os instrumentos tecnológicos disponíveis. - Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas. - Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. - Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles (GROSSI, 2006, p. 13).

No ensino de matemática para resolução de problemas do dia a dia, uma importante aliada é a brincadeira, pois através dela, é possível que os alunos ampliem o seu vocabulário e as suas expressões nas diversas áreas, construindo papéis que são representados pela brincadeira, ajustando-se emocionalmente para que possa desempenhá-los. Na visão de Oliveira (1997), a criança faz parte ativamente da sociedade em que está inserida, e através da brincadeira, pode ampliar sua psicomotricidade e seu vocabulário linguístico.

Ainda de acordo com a autora acima, os jogos e as brincadeiras são extremamente importantes na construção de conhecimento, seja das crianças ou dos adolescentes, pois através das atividades lúdicas, são experienciadas novas possibilidades de aprendizagem, o que permite incorporar no seu dia a dia, valores culturais e morais da sociedade em que está incluso, melhorando sua autoimagem e

sua autoestima, moldando sua vida ao meio social em que vive e as necessidades encontradas.

A matemática se encontra presente em nosso cotidiano de maneira que não é possível nos distanciarmos dela, anteriormente, a matemática era definida como a ciência dos números e grandezas, porém, atualmente, ela é intelectualmente sofisticada. Desde os primórdios, os conceitos de números, grandezas e formas ocupam e formam a base do raciocínio matemático.

O pensar matemático, exige desde bem cedo, o esforço de abstração, sendo necessário que se separe o pensamento de propósitos e intenções imediatas, ensinar a matemática ao aluno é convidá-lo à abstração de maneira formativa e não apenas como fixação.

A matemática deve ser ensinada de forma simples e coerente, sempre com o objetivo de tornar sua prática útil e indispensável ao aluno, portanto, o professor necessita relacionar suas práticas pedagógicas com os tempos atuais, utilizando técnicas mais avançadas e coerentes, para que ocorra uma aprendizagem de qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do abordado no artigo, é possível constatar que a matemática estudada é descontextualizada da realidade do aluno, comprometendo assim, a realização de um processo de ensino e aprendizagem com qualidade.

Faz se necessária uma nova visão diante o modelo do ensino de matemática atual, de uma maneira que o aluno perceba a importância da mesma e sua utilidade no cotidiano, para que assim, possa adquirir interesse em aprender matemática.

Alguns fatores também auxiliam a entender a dificuldade apresentada pelos alunos em aprender matemática, como: pouco estudo, falta das noções básicas, dificuldade com o raciocínio lógico matemático, dificuldade em fazer ligações com o conteúdo e a prática, e até mesmo um certo preconceito com a disciplina.

Para o professor, o trabalho com a matemática em sala de aula, pode representar um desafio, da medida em que ela exige que ele conduza o aprendizado de uma maneira significativa e estimulante para seu aluno, habitualmente, as referências do professor com a disciplina é sua própria experiência pessoal. Não raramente, os professores afirmam que obtiveram dificuldades com a matemática ensinada de forma tradicional nas escolas, cujo objetivo é apenas a transmissão de regras através de uma intensiva exercitação. Sendo assim, cabe ao professor descobrir



outros jeitos de trabalhar com a matemática, demonstrando aos alunos, que pensam matematicamente o tempo todo, resolvem problemas durante vários momentos do dia e são convidados a racionar de forma lógica em seu cotidiano.

É extrema necessidade, trabalhar com o aluno atividades que os leve a experimentar, exprime o caráter dinâmico e investigativo da matemática. Os materiais concretos que foram criados para estimular a aprendizagem no aluno sobre os conceitos matemáticos básicos devem ser utilizados pelo professor como suporte para que estimule no aluno a construção desses conceitos de forma mais simples.

Pode se assim, concluir que a matemática faz parte da vida e pode sim ser aprendida de uma forma dinâmica, desafiadora e divertida.

## REFERÊNCIAS

D'AMBROSIO, Beatriz S. **Como ensinar matemática hoje? Temas e Debates**. SBEM. Ano II. N2. Brasília. 1989. P. 15-19.

DCE. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Matemática**. Curitiba: SEED, 2008.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática** 1. ed. Porto Alegre: 2000.

GOMES, M. L. M. **História do Ensino da Matemática: uma introdução**. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2012.

GROSSI, Esther Pillar, **Um Novo Jeito de se Ensinar Matemática**. Fórum social pela aprendizagem. Porto Alegre. 2006

MORENO, M. org. **La pedagogia operatória**. Barcelona: Editorial Laia, 1983.

OLIVEIRA, Vera Barros. **O Brincar e a Criança do Nascimento aos Seis Anos**. Petrópolis: Vozes. 1997.

OLIVEIRA, J. S. B.; ALVES, A. X.; NEVES, S. S. M. **História da Matemática: contribuições e descobertas para o ensino-aprendizagem de matemática**. Belém: SBEM, 2008.

RODRIGUES, L. L. **A Matemática ensinada na escola e a sua relação com o cotidiano**. Brasília: UCB, 2005.

SMOLE, K. C. S.; CÂNDIDO, P. T.; STANCANELLI, R. **Matemática e literatura infantil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Lê, 1997.

SMOLE, K. C. S. & DINIZ, M. I. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

## A LUDOPEDAGOGIA E A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL



**Sandra Cristina Cândido De Biazzi**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Cultura Afro, Especialização em Gestão e Organização Escolar, Artes para Criança, Literatura Infantil e Jogos, Brinquedos e brincadeiras.



**Lídia Moraes de Oliveira**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Ensino Lúdico, Especialização em Literatura Infantil, Jogos, Brinquedos e Brincadeiras, Gestão Escolar, Artes para Crianças e Psicomotricidade.



**Valéria Bartolomazi Laporta**

Formada e em Pedagogia e Letras, com Pós-graduação em Educação Infantil, Ensino Lúdico, Alfabetização e Letramento e Educação Especial, Especialização em História da Educação, Literatura Infantil, Gestão Escolar, Políticas Educacionais, História e Cultura Africana e Indígena, Artes para Crianças e Psicopedagogia.

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o emprego da ludopedagogia como estratégia de ensino ao realizar atividades lúdicas na educação infantil. O método adotado foi uma pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico sobre o lúdico na educação infantil. Trata do lúdico como processo educativo, capaz de proporcionar uma aprendizagem prazerosa e significativa para a criança, demonstrando que ao se trabalhar ludicamente não se está abandonando a seriedade e a importância dos conteúdos a serem apresentados à criança. Mas de apontar a necessidade e a importância dos professores se apropriarem do brincar e utilizarem o lúdico para aplicar

suas atividades em sala de aula. É de fundamental importância para a colocação deste tipo de ensino no ambiente escolar, e aplicação de recursos lúdicos, o professor ao se conscientizar das vantagens do lúdico, e adequá-la a determinadas situações de ensino, utilizando-as de acordo com suas necessidades. Conclui-se a importância do lúdico para o desenvolvimento infantil, pois é necessário ousar, criar, inovar e principalmente acreditar que é possível ensinar e aprender de forma divertida e o papel do educador como mediador neste processo de ensino aprendizagem.

**Palavras-chave:** Ensino Lúdico; Psicomotricidade; Brincadeiras; Aprendizagem

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a ludopedagogia e como o lúdico na educação infantil é importante para tornar o aprendizado significativo para a criança.

O objetivo geral deste estudo é refletir sobre a importância do lúdico na educação infantil. Como objetivos específicos, identificar os benefícios das atividades lúdicas na educação infantil e destacar qual o papel do educador em relação ao lúdico durante o processo de ensino aprendizagem.

Considerando que a infância é uma fase na vida da criança onde ela está descobrindo que no mundo em que vive tudo é novo, mas são poucas as coisas que lhe prendem a atenção. Utilizar o lúdico para envolver a criança em situações de aprendizagem é de extrema importância no desenvolvimento de uma prática pedagógica que colabore para a construção de conhecimentos significativos.

A criança se expressa de várias formas, e uma delas é através das brincadeiras. Esses momentos são únicos e proporcionam a elas demonstrarem seus sentimentos, sua realidade, seus interesses e desinteresses, sua capacidade e habilidades. Brincar é uma necessidade, uma forma de expressão, de aprendizado e de experiências.

Todas as crianças em todo o mundo, mesmo nas mais terríveis condições de dificuldade, pobreza e proibição, brincam. Para aprender, ganhar experiência, exercitar sua criatividade e fantasia, desenvolver-se, é brincando que a criança organiza o mundo, domina papéis e situações e se prepara para o futuro. Segundo Piaget, “[...] o

desenvolvimento da criança acontece através do lúdico. Ela precisa brincar para crescer, precisa do jogo como forma de equilíbrio com o mundo”.

Este estudo justifica-se pela relevância que tem para os educadores se apropriarem do lúdico na educação infantil para o processo do ensino aprendizagem das crianças.

A ludicidade é assunto que tem conquistado espaço no panorama nacional, principalmente na educação infantil, por ser o brinquedo a essência da infância e seu uso permitirem um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento.

Conforme (Santos, 1999, p.12), para a criança, “brincar é viver”. Esta é uma afirmativa muito usada e bem aceita, pois como a própria história da humanidade nos mostra, as crianças sempre brincaram e brincam, e certamente, continuarão brincando. Sabemos que ela brinca porque gosta de brincar e que, quando isso não acontece, alguma coisa pode estar errada.

## **O LÚDICO E SEU SIGNIFICADO**

Há décadas o lúdico é objeto de estudo de diversas áreas como Antropologia, Sociologia, História, Psicologia, Educação. A palavra lúdica vem do latim ludus e significa brincar. A atividade lúdica surgiu como nova forma de abordar os conhecimentos de diferentes formas e uma atividade que favorece a interdisciplinaridade. O lúdico é reconhecido como elemento essencial para o desenvolvimento das várias habilidades em especial a percepção da criança.

A ludicidade não é apenas uma forma de diversão, ela torna-se uma necessidade do ser humano em qualquer idade. Ao desenvolver atividade com aspectos lúdicos possibilita e facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultura, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil. No desenvolver das ações lúdicas percebe-se que ela auxilia no processo de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento, pois possibilitam experiências que constroem valores também para aspectos pessoas. (FREIRE, 2011, p. 41 e 42).

A atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa.

[...] a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o

desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado superior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento (SANTOS, 1995, p. 12).

Apesar de a definição desse conceito estar inicialmente relacionada a jogos, a palavra ganhou um novo sentido, que vai além desse tipo de atividade.

Atualmente, podemos definir o lúdico como uma forma de expressar liberdade e espontaneidade, por meio de ferramentas que proporcionam prazer e divertimento, tais como:

Brinquedos;  
Atividades direcionadas;  
Músicas;  
Danças;  
Representações artísticas;  
Entre outros.

Esses momentos lúdicos, de brincadeiras, jogos e com utilização de brinquedos, além de propiciar inúmeros momentos de aprendizado, são bem vistos pelas crianças, apreciados de forma eficaz e de qualidade. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, p.27) afirma:

A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil.

## **O LÚDICO E A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Um recurso metodológico riquíssimo é usar o lúdico em sala de aula, brincando com a fantasia, a criança constrói uma ponte no tempo, repetindo o passado vivendo o presente e projetando o futuro, transitando entre o mundo inconsciente e a realidade, pois fantasia e realidade se complementa.

O lúdico na Educação Infantil ajudará desenvolver na criança um comportamento prazeroso, pois a criança aprende brincando, se divertindo através da imitação da socialização, da interação ou dificuldades a ser vencida.

Segundo Kishimoto (1997, p. 38): “Enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver formas de convivência social e permitir o prazer de brincar”. Tendo a compreensão de que a escola deve ofertar o que há de melhor para o educando utilizar o lúdico como estratégia metodológica para o desenvolvimento infantil e oportunizar vivências enriquecedoras que envolvem toda e qualquer situação e materiais, desde que gere prazer.

Ao levar o lúdico para a escola está se promovendo algo diferenciado que ajuda os alunos a resgatar o prazer, mudar sua visão de escola e dar um novo sentido ao processo de aprendizagem, pois trabalhar com as emoções, além de contribuir na concretização de propostas cognitivas que levam a construir conceitos e dominar habilidades, pode transformar as metodologias do ensino. Assim, os jogos, os brinquedos, as brincadeiras e as dinâmicas são as ferramentas indispensáveis para a criação de um ambiente criativo, diferente, inovador e significativo. (SANTOS, 2011, p.12).

Assim, o jogo, a brincadeira, o lazer enquanto atividades livres, gratuitas são protótipos daquilo que representa a atividade lúdica e longe estão de se reduzirem apenas a atividades infantis.

Vygotsky (1984) atribui relevante papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil. É brincando, jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos.

Na educação infantil é possível utilizar os jogos e as brincadeiras para desenvolver além do cognitivo, a motricidade, a imaginação, a criatividade, as habilidades de pensamento, tomada de decisão, organização, e especialmente como lidar com regras e conflitos.

Os jogos e brincadeiras possibilitam à criança um relacionamento significativo com aprendizagem através do desenvolvimento físico, afetivo, social e intelectual, pois através das atividades lúdicas a mesma desenvolve a expressão corporal, oral, reforça habilidades sociais, integra-se na sociedade, forma seus conceitos relacionam suas ideias, constrói seu próprio conhecimento, fazendo a ligação com mundo real e constrói seu próprio mundo.

Tanto para Vigotsky (1984) como Piaget (1975), o desenvolvimento não é linear, mas evolutivo e, nesse trajeto, a imaginação se desenvolve. Uma vez que a criança brinca e desenvolve a capacidade para determinado tipo de conhecimento, ela dificilmente perde a capacidade. É com a formação de conceitos que se dá a verdadeira



aprendizagem e é no brincar que está um dos maiores espaços para a formação de conceitos.

## **A LUDOPEDAGOGIA**

A ludopedagogia é um segmento da Pedagogia dedicado a estudar a influência do elemento lúdico na educação. Não se trata apenas da inserção da brincadeira pura e simples. É uma ferramenta para propósitos pedagógicos dentro das diretrizes educacionais vigentes. Pode ser utilizada em qualquer nível de instrução, ela conduz o aprendiz a um melhor aproveitamento dos conteúdos e aproxima esse e o educador. Em um processo tradicionalista as brincadeiras se restringem ao recreio e as aulas são consideradas desinteressantes, a Ludopedagogia busca romper com essa realidade, trazendo às salas de aula atividades mais criativas e dinâmicas, que proporcionam mais emoção e entusiasmos ao aluno, gera proximidade com a realidade na qual está inserido.

Por intermédio do brincar, a ludopedagogia, busca proporcionar ao educando oportunidade de contato com situações novas ou mesmo do cotidiano sobre as quais possa refletir, para assim preencher suas necessidades, seus motivos que levam à ação.

A ludopedagogia se define pela arte de ensinar introduzindo o lúdico; a ludicidade se define pelas ações do brincar que são organizadas em três partes que é o jogo, o brinquedo e a brincadeira. É um segmento da Pedagogia dedicado a estudar a influência do elemento lúdico na educação. Não se trata apenas da inserção da brincadeira pura e simples. É uma ótima forma de ensinar e aprender brincando, diferente das aulas tradicionais que não atingem mais os alunos nos dias de hoje.

“Todos devem aprender de forma que seja prazerosa, que não sejam reprimidos, ou estancados no processo de ensino/aprendizagem, não precisamos encarar a ludopedagogia como uma arte de brincar, limitada entre brincadeiras e brinquedos, mas, em uma arte de ensinar, diferenciando do tradicionalista das aulas expositivas, monótonas e improdutivas. O aluno deve ser estimulado com a criatividade do educador, assumindo sua natureza de mediador do conhecimento, oferecendo pontes novas ao seu educando”. (SOBRAL, 2011, p.4).

Apropriar-se desta importante estratégia ludopedagógica para o processo ensino aprendizagem na educação infantil é transformar o espaço escolar em um ambiente significativo e imaginário onde a criança expresse sua criatividade por meio da

interação que estabelece com outras crianças, explorar o lúdico na educação infantil é utilizar os próprios recursos que a criança oferece para enriquecer a prática educativa, propondo a aquisição de novos conhecimentos a partir dos que elas já possuem.

Os aspectos importantes da ludopedagogia na educação são os desenvolvimentos que o lúdico oferece para cada indivíduo sendo eles os aspectos físico-motor, afetivo emocional, intelectual, social, cognitivo e também o desenvolvimento cultural e pessoal, contribuindo assim para uma vida mais saudável, física e mental e também podemos conhecer o limite de cada pessoa.

É importante que professores tenham em mente os objetivos e os fins da brincadeira a ser desenvolvida. Deve-se analisar sua utilização lúdica, cognitiva e sociocultural. Observar o comportamento dos alunos para então diagnosticar, avaliar e elaborar estratégias de ensino.

## **O PAPEL DO EDUCADOR**

A criança precisa ser sensibilizada a ponto de ter vontade de estar na escola, querendo voltar no dia seguinte porque sente prazer em estar neste ambiente. Para tanto o educador precisa propiciar esse ambiente prazeroso.

O educador do novo milênio deve promover novos e estimulantes desafios, contextualizar conteúdos, outrora ministrados sem valor prático, pois, enquanto o aluno não perceber a utilidade do que aprende na escola para sua vida, sentirá os conteúdos sem significado e a escola desnecessária. (SANTOS, 2011, p. 23)

A ludicidade é assunto que tem conquistado espaço no panorama nacional, principalmente na educação infantil, por ser o brinquedo a essência da infância e seu uso permitirem um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento.

O educador lúdico deve ser um profissional que estuda, que pensa, que pesquisa, que experimenta, dando um caráter de cientificidade a seu trabalho e ao mesmo tempo, uma pessoa que vivencia, que chora, que ri, que canta e que brinca, dando um caráter de humanização ao trabalho escola. (SANTOS, 2011, p.24)

Dentro desse quadro, vê-se o papel do educador como essencial, já que é responsável pelos recursos ludopedagógicos, pela escolha da brincadeira que conduzirá adequadamente o aprendiz a determinado objetivo, pela criação de espaços

e disponibilização de materiais, participando das brincadeiras e realizando a mediação para a construção do conhecimento, afirma Sobral (2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo buscou nos remeter a reflexões sobre a importância das atividades lúdicas na educação infantil, tendo sido possível perceber que a ludicidade é de extrema relevância para o desenvolvimento integral da criança, pois para ela brincar é viver.

Durante todo o estudo percebeu-se que o lúdico é fundamental para o bom desenvolvimento da criança, é através do brincar que o processo de ensino-aprendizagem se torna mais enriquecido.

Percebe-se que o lúdico aliado aos jogos e brincadeiras é de fundamental importância para aprendizagem das crianças da educação infantil, pois ensinam brincando e desperta na criança o desejo de aprender brincando. A criança utiliza como primeiro brinquedo de sua vida, o próprio corpo. Ela explora no decorrer dos primeiros meses de vida, passando em seguida explorar objetos que despertam sua atenção visual ou auditiva. Daí em diante, o brinquedo estará presente em sua vida até a fase adulta. É indiscutível que os primeiros anos de vida são de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, fica evidente a relevância e o papel da educação infantil na formação integral do indivíduo, para uma sociedade em contínua mudança. Neste sentido, o lúdico faz do ato de educar um compromisso consciente, intencional e modificador da sociedade.

Sabe-se que no desenvolvimento da educação infantil o papel do educador é de grande relevância, pois, é ele quem cria os espaços, disponibilizando materiais, participando das brincadeiras, fazendo a mediação da construção do conhecimento. O papel do educador é de fundamental importância para a colocação deste tipo de ensino no ambiente escolar, e aplicação de recursos lúdicos. Ao brincar, a criança constrói valores e atitudes em relação a si mesma e ao próximo, vivenciando concretamente a elaboração e negociação de regras de convivência. Portanto, cabe ao educador respeitar este seu direito fundamental para que ela se transforme em um indivíduo criativo, livre e consciente da necessidade de valorizar o ambiente que a rodeia.

Através das pesquisas ficou constatado que o lúdico promove na educação infantil uma prática educacional que proporciona o conhecimento e tenha estímulos e oportunidades que alimentem o seu impulso natural à curiosidade.

Ao terminar este estudo, conclui-se a importância do lúdico para o desenvolvimento infantil, pois é necessário ousar, criar, inovar e principalmente acreditar que é possível ensinar e aprender de forma divertida e o papel do educador como mediador neste processo de ensino aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Patrícia de Oliveira. **A inclusão de crianças com necessidades educacionais em processo de alfabetização: O lúdico como recurso para a aprendizagem**. Atlas, 2002.

FRINET, Célestin, **Pedagogia do Bom Senso**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.). **O brincar e suas teorias**. SÃO PAULO: PIONEIRATHONSON Learning, 2002.

PIAGET, Jean. **A formação simbólica da criança**. Rio de Janeiro: Zhar, 1975.

SANTOS, Santa Marli P. dos (org.). **Brinquedo e Infância: um guia para pais e educadores**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O brincar na escola: Metodologia Lúdico vivencial, coletâneas de jogos, brinquedos e dinâmicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOBRAL, Alissandra S. S. et al **A Ludopedagogia como Instrumento Pedagógico: o papel do professor nesse contexto**. Sergipe: 2011.

VIGOTSKY, L. S. **A formação sócia da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

## A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM



**Yara Cristina Nieri**

Formada e em Pedagogia e Educação Física, com Pós-graduação em Mídias na Educação; Tecnologias do Ensino à Distância; Docência no Ensino Superior; Ensino Lúdico; Educação e Sociedade; Gestão e Supervisão Escolar – Compõe o Conselho Editorial da Revista Autênticos.



**Viviane das Graças Santos Gonçalves**

Formada e em Pedagogia e em Administração e Supervisão Escolar, com Pós-graduação em Mídias na Educação; Direito Educacional; Docência no Ensino Superior; Alfabetização e Letramento e em Educação Infantil e Letramento.



**Fábio Henrique da Silva**

Formado e em Pedagogia e em Administração e Supervisão Escolar, com Pós-graduação em Mídias na Educação; Docência no Ensino Superior e Africanidades na Educação Básica.

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o de levar a reflexão sobre o uso das mídias digitais dentro do espaço escolar como ferramentas facilitadoras do processo de alfabetização e letramento. Portanto, traz a discussão as inúmeras dificuldades da inclusão dessas novas ferramentas no ambiente escolar, dificuldades essas que vão desde a falta de preparo dos educadores até as falhas de infraestrutura das instituições escolares. A metodologia utilizada ocorreu na observação dos discursos de educadores que fazem a utilização das mídias em classes de processo de alfabetização, discursos que trazem consigo marcas dessa inclusão digital que ainda é bastante recente em

nossas salas de aula. Diante disso, podemos observar a importância do uso dessas mídias e de como elas podem contribuir para o processo de construção de conhecimento, principalmente no ciclo de alfabetização, uma vez que o uso desses recursos pode levar os alunos a uma apropriação mais efetiva do uso da língua escrita. Por meio do desenvolvimento desse projeto concluímos que as mídias tecnológicas têm sido introduzidas em nossas salas de aula, com resultados positivos, mesmo que ainda seja evidente a dificuldade da realização dessa inclusão de forma plena e consistente.

**Palavras-chave:** Tecnologia; Educação; Alfabetização.

## INTRODUÇÃO

Assim que os seres humanos iniciam a vida de forma social, a raça humana se vê frente à necessidade de comunicar-se entre si. A partir desse momento, o processo de comunicação tem passado por diversas evoluções, e associado a ele, nasce então a evolução de uma forma geral, que ocorre nos instrumentos utilizados nos momentos de caça, a melhora dos ambientes que servem como abrigo e de muitos outros aspectos da vida humana.

Essa evolução segue lentamente até próximo ao século XX, mais especificamente entre as décadas de 1940 e 1970, onde se inicia um período de grande evolução dos avanços tecnológicos. Depois desse grande processo de evolução chegamos ao que é conhecido como a Era da Tecnologia da Informação com o início do uso do computador, por volta do ano de 1943. Toda essa expansão da tecnologia passa a alterar e impactar o modo de vida das pessoas.

Chegamos ao século XXI como uma sociedade completamente imersa na tecnologia, desde coisas simples como alimentação, lazer e a interação social até situações de grande complexidade como o estudo sobre células tronco, a robótica ou a exploração de outros planetas constatamos que os recursos tecnológicos se tornaram imprescindíveis em nosso cotidiano. Essa transformação vem ocorrendo desde os primórdios de nossa sociedade de forma lenta, mas frequente até resultar no cenário



atual, que está imerso em um processo de evolução tecnológica que cada vez mais se torna difícil de acompanhar visto a velocidade e a profundidade tem sido latente.

Damásio (2007) refere-se a tecnologia como “sendo a soma de um dispositivo, das suas aplicações, contextos sociais e organizações que se constituem em seu torno”. Na opinião de outros pesquisadores e estudiosos do assunto, essa definição não deve limitar-se ao conceito de tecnologia como mera extensão da atividade humana e para formulação de suas hipóteses acabam por integrar uma simbiose entre o homem e a máquina, na qual a máquina funciona e existe como elemento de cooperação ativo inserido nos processos de raciocínio e descobertas do homem.

Com todas essas transformações ocorrendo em uma velocidade cada vez maior, e sabendo que a tecnologia cada vez mais se mostra essencial no desenvolvimento da sociedade chegamos ao ponto em que fica evidente a necessidade da inserção das tecnologias no ambiente escolar partindo-se do princípio de que a escola se apresenta como reflexo da sociedade, uma vez que ela recebe indivíduos que muito antes de serem inseridos no ambiente escolar já estavam inseridos no ambiente social e tomando como referência o fato de que um dos objetivos da educação é o de formar indivíduos capazes de exercer sua vida em sociedade. Atualmente, os alunos fazem parte de uma geração completamente inserida e integrada ao universo das tecnologias e vem daí a necessidade da mudança dentro da escola e da postura dos educadores para que as instituições escolares e seus formadores sejam capazes de ofertar aos alunos uma educação apoiada no uso de forma consciente e reflexiva destas tecnologias.

Muitas são as discussões acerca dos assuntos mídia e educação, discussões essas que ao longo dos anos vem sendo aprofundadas visto a validação de sua importância como ferramenta de formação e construção do sujeito atual, autônomo, crítico e participativo no contexto social e que se encontra inserido e partindo também da necessidade de se tratar do cada vez mais acelerado desenvolvimento das novas tecnologias relacionadas a informação e aos meios de comunicação.

Ao iniciarmos uma discussão a respeito de mídias, torna-se imprescindível nos reportarmos ao seu desenvolvimento iniciado em meados dos anos 1940, desenvolvimento enraizado no contexto da ordem industrial. Historicamente a sociedade atribuiu as instituições escolares a total responsabilidade pela formação e construção da personalidade dos indivíduos, visando sempre a transmissão do conhecimento e a apropriação de tudo aquilo que a sociedade considerava essencial para a plena formação de um sujeito.

Ao se depararem com uma transformação que acontece de forma cada vez mais acelerada e após constatar a necessidade da inserção das tecnologias no cotidiano das pessoas, as instituições escolares sofrem então um choque, uma vez que a escola recebe dentro de seus muros sujeitos inseridos no ambiente externo e estes trouxeram para a escola toda a bagagem que passou a ser acessível através da evolução das mídias.

A escola, como instituição social tem o dever de acompanhar as transformações sociais, mas como é de conhecimento a escola possui uma natureza lenta e quase que tendenciosa a apontar para o passado, postura essa que contribui e muito para a resistência e das dificuldades encontradas pela escola ao tentar realizar seu trabalho educacional com a inserção das novas tecnologias. A escola atual deve tornar-se mais atraente para os alunos, ela deve deixar para trás a postura de mera transmissora de conhecimento e propagadora de aprendizagens e reconhecer que as instituições escolares já não detêm mais o controle de todos os saberes e que ela já não é mais o único meio responsável pela aprendizagem dos alunos.

Frente aos novos paradigmas educacionais são muitas as dificuldades enfrentadas pela escola, dificuldades que vão desde a comunicação realizada entre educadores e educandos, passando pelas formas de ensinar e aprender, redimensionando e reconduzindo a organização curricular, chegando até o processo educacional em si. E é evidente também o processo de transformação permanente tanto no âmbito social quanto educacional.

Aos educadores torna-se impossível permanecer sem fazer o uso das tecnologias em sala de aula considerando-se que as tecnologias já fazem parte da vida do indivíduo antes mesmo que ele se encontre na posição de aluno, e fazem parte também da vida do professor. A postura da escola deve se transformar, saindo da posição de agir na resistência as novas tecnologias e no olhar de que as mesmas criaram alunos desinteressados e preguiçosos, para a postura de quem percebe nesse interesse dos alunos pelas novas tecnologias uma ferramenta da qual se deve lançar mão para enriquecer as práticas pedagógicas. A escola precisa repensar e criar situações que abram espaço para a inserção do uso das tecnologias tomando o cuidado para que essa inserção não se limite a ser apenas o manuseio ou a apresentação de instrumentos, mas que os mesmos sejam inseridos através de objetivos claros e bem determinados para que a tecnologia se torne um caminho para a realização da aprendizagem significativa, para que a tecnologia passe a ser um instrumento de conhecimento e saber dentro do ambiente escolar.

A resistência que ocorre por parte dos professores torna-se mais uma das causas que dificultam a inserção das novas tecnologias nas instituições escolares.

Na grande maioria das vezes, essa resistência tem sua origem na falta de preparo do professor, que não possui o domínio sobre o uso das novas tecnologias e em outras situações ela surge do fato de que a inserção das novas tecnologias resulta, obrigatoriamente, na revisão das práticas realizadas em sala de aula, nas abordagens realizadas e na forma de conduzir e aplicar a didática do educador.

Sabemos que são muitos os problemas encontrados no cenário atual do sistema de educação brasileiro, os dados referentes aos índices de aprendizagem mostram o quão distante a nossa educação se encontra de alcançar as metas que são estabelecidas e colocados como fatores essenciais na formação significativa dos sujeitos. Uma das falhas mais visíveis diz respeito aos educandos em processo de alfabetização, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa em Educação (INEP) que informam que grande número dos alunos que cursam o 5º ano do ensino fundamental não ultrapassam os níveis “críticos” e “muito crítico” fica evidente que não há garantia de desenvolvimento independente das práticas sociais relacionadas a leitura e a escrita mesmo que para crianças que tem acesso a escola e que a frequentam pelo período determinado pelo sistema educacional, mostrando que grande parte dos nossos estudantes conclui o primeiro ciclo do ensino fundamental sem realmente se apropriar da leitura e da escrita. São muitos os estudos e os fatores apontados para justificar essa falha no processo de alfabetização: má formação dos profissionais docentes, falta de investimentos, de recursos financeiros, entre outros.

Partindo da necessidade da busca por reverter esse quadro, é necessário que se apresentem novas ferramentas didáticas das quais os educadores devem lançar mão buscando por uma melhor qualidade na educação e é nesse momento que encontramos no uso das novas tecnologias um dos principais recursos disponíveis. As novas tecnologias precisam deixar de ser um problema para educadores e passarem a ser vistas como uma das grandes oportunidades da educação na busca por uma educação de qualidade, educação essa que se inicia no processo de alfabetização.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

### **Letramento e alfabetização: que relação é essa?**

A escola da atualidade tem como objetivo principal que o processo de alfabetização e letramento dos educandos ocorra por intermédio de contatos diários com diferentes portadores e gêneros textuais, frisando sempre a preferência pelo contato com a literatura infantil apropriada para a idade do público alvo. Quando a criança é inserida em tal contexto, torna-se capaz de ampliar seu conhecimento de mundo e seu conhecimento no que é consonante a escrita e o mundo letrado, tendo assim a chance de tornar-se cidadão autônomo, consciente e participativo no convívio social e no que trata dos direitos e deveres que estão inseridos nas práticas cidadãs. Quando deixa de estar inserida e arraigada no ambiente social, a proposta do letramento torna-se insuficiente, e ao tratarmos de contexto social, é impossível não citar as mídias tecnológicas que cada vez mais fazem parte da vida dos alunos.

Mas como podemos entender alfabetização e letramento?

Emília Ferreiro (1999) defende que se pode olhar a escrita como uma forma representativa da linguagem, ou ainda, como um código de transição gráfica de linguagem ou até mesmo como um código onde ocorre a transição de símbolos gráficos para unidades sonoras. Ao se tomar a escrita como código de transcrição baseado na conversão das unidades sonoras em gráficas (chamado de relação grafema-fonema), em que tanto elementos quanto relações se encontram pré-determinadas, se tem, de forma destacada, a discriminação perceptiva nas modalidades envolvidas (visuais e auditivas). Tal concepção é baseada no exercício de discriminação, sem que haja questionamentos sobre a natureza das unidades utilizadas, temos assim, todo o processo de linguagem reduzido à uma série de sons.

Ribeiro (2003) defende que a alfabetização é um processo através do qual adquire-se o domínio sobre um código e sobre a habilidade de utilizá-lo para ser capaz de ler e escrever, entendido como o domínio da tecnologia – conjunto de técnicas - para exercer a escrita. Ao uso de forma competente e efetiva da tecnologia da escrita denomina-se Letramento, termo esse que implica no domínio de habilidades diversas, tais como: ser capaz de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (In Ribeiro, 2003).

Seguindo as ideias de Magda Soares, podemos compreender a alfabetização como a ação de tornar um indivíduo capaz de ler e escrever, o processo de alfabetizar. O letramento é uma prática relativamente recente e é diretamente relacionada com a capacidade de participação dos indivíduos em práticas sociais de leitura e escrita.

Letramento é a tradução para o português da palavra inglesa “literacy”, palavra esta que pode ser traduzida como “A condição de ser letrado”. Tal termo não foi ainda dicionarizado, pois a inserção da palavra na Língua Portuguesa ocorreu recentemente,

tanto que é quase possível que se date com certa precisão onde e quando essa inserção ocorreu. O termo Letramento é citado pela primeira vez por Mary Kato, em 1986. Muitas são as discussões e os estudos acerca dos significados atribuídos para esse termo, mas entre diversos autores (Goulart 2001, Kleiman 2001, Soares 2002 e Tfouni, 1998) algo se coloca como comum: a palavra surge da necessidade de explicar que dentro do processo de apropriação da leitura e escrita existe algo mais amplo do que a alfabetização por si só, algo que ultrapassa o limite da capacidade de ser capaz de ler e escrever, considerando-se que a sociedade em que estamos inseridos é grafocêntrica, existe a urgente necessidade de sermos capazes de fazer uso efetivo da linguagem escrita.

Por muito tempo a alfabetização esteve compreendida e classificada como mera sistematização, como simples aquisição de um código criado e baseado na relação existente entre grafemas e fonemas. A prática da leitura não se limita a decodificação e no processo de conversão de símbolos escritos em sons, ela deve passar pela real compreensão de tudo aquilo que foi lido. Ao realizar pesquisa, Ferreiro constata que o que proporciona a aprendizagem da linguagem escrita não é a memorização por si só, como até então acreditava-se, mas ocorre através de um processo de reflexão sobre o sistema de escrita. Dessa constatação emerge uma nova concepção do ensino, concepção que se baseia na valorização da compreensão e nas vivências de leitura e escrita, ligadas ao que atualmente denomina-se letramento. Essa nova concepção chega ao contexto escolar trazendo grande impacto, pois implica na descredenciação da antiga crença enraizada na memorização, na qual até então, grande parte das práticas de alfabetização se apoiavam. A escola então teve de iniciar uma revisão de suas práticas, de seus hábitos de ensino e se refazer frente a uma nova necessidade, de não apenas ensinar o aluno a ler e escrever, mas torná-lo capaz de fazer uso efetivo da linguagem escrita nas mais diversas situações sociais.

Junto a essa nova visão do processo de alfabetização e letramento, surge a pesquisa de Ferreiro sobre a forma como essa nova apropriação ocorre, ela classifica então níveis de escrita por quais os alunos passam até se apropriarem do sistema alfabético de escrita. Antes de ocorrer o processo formal de aprendizagem da língua escrita, os alunos passam por estágios nos quais constroem suas hipóteses sobre o objeto de conhecimento. Ideias essas que os alunos constroem sobre as situações de escrita, que são conhecidas como hipóteses de escrita e que devem ser vistas como erros produtivos, uma vez que são imprescindíveis para a apropriação do sistema de leitura e escrita convencional por parte dos alunos (Ferreiro, 1999).

## As hipóteses de escrita

1 - **Hipótese de escrita pré-silábica:** Nessa etapa a criança percebe a diferença entre o desenho e a linguagem escrita. Começa a utilização de símbolos (garatujas) e letras, ainda que não estabeleça qualquer relação entre o grafema e o fonema. Nesse momento o aluno acredita que tipos diferentes de objetos, aqueles que podem ser lidos (as letras) e aqueles que não podem ser lidos (os desenhos). Ainda dentro dessa hipótese, o aluno estabelece é o do realismo nominal, coisas grandes precisam de muitas letras para serem escritas, coisas pequenas precisam de poucas letras.

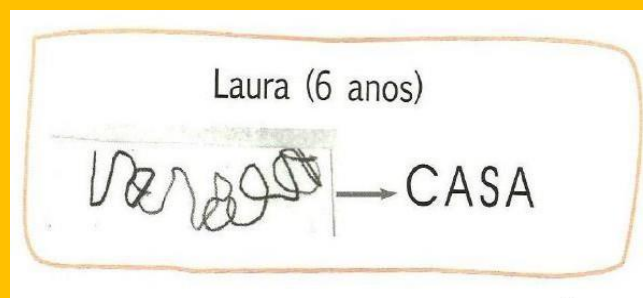


Figura 1 – Exemplo de escrita pré-silábica

2 - **Hipótese de escrita silábica:** Nesse segundo momento o aluno não representa mais o objeto, mas passa a se utilizar da representação de letras, começa a se dar conta de que os símbolos utilizados na escrita representam sons utilizados na fala.

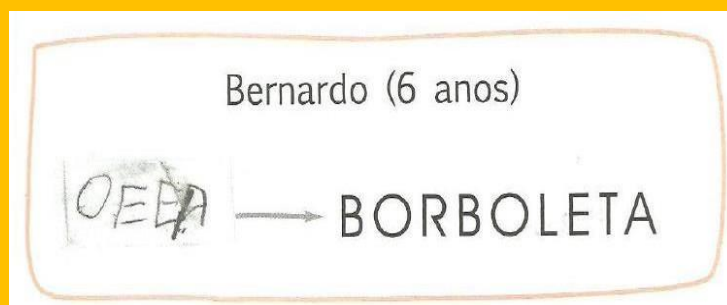
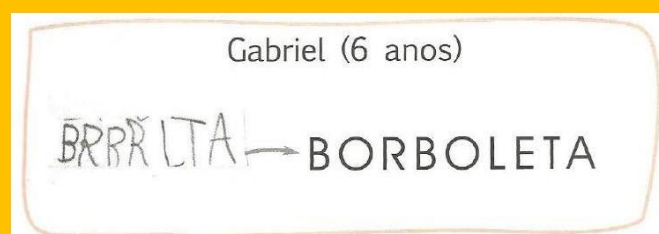


Figura 2 – Exemplo de escrita silábica

3 - **Hipótese de escrita silábica alfabética:** Na construção dessa hipótese, a criança se dá conta de que a sílaba não é a menor unidade de uma palavra, e que,





quando usa uma letra sozinha não é suficiente para representar uma sílaba e a criança começa a acrescentar letras no momento da escrita.

Figura 3 – Exemplo de escrita silábico-alfabética

**4 - Hipótese de escrita alfabética:** Nesse nível a criança já realiza a representação de cada fonema através de um signo gráfico, fazendo uso de um padrão pré-estabelecido (consoante-vogal) e a criança percebe também que determinados fonemas podem necessitar de mais de duas letras para que possam ser escritos.

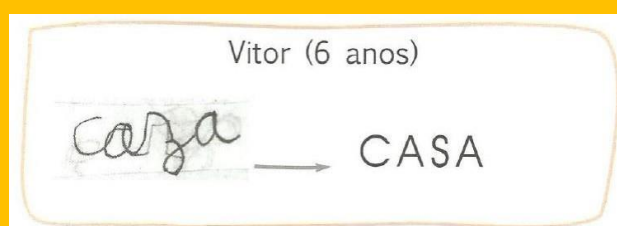


Figura 4 – Exemplo de escrita silábico-alfabética

## METODOLOGIA

### A necessidade da inserção das novas mídias no cotidiano escolar

Para Valente (1999), ao utilizar o computador e a tecnologia digital a criança está interagindo com objetos de conhecimento de maneira mais ampla e proveitosa. Na posição de mediador, é de responsabilidade dos educadores apropriarem-se do uso dessas ferramentas que são as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), de modo que o professor seja capaz de oferecer ao aluno meios para que ele possa se utilizar de toda a diversidade cultural que está contida nas diferentes ferramentas do meio tecnológico, sendo assim, capazes de ampliar suas possibilidades de aprendizagem.

Chaves (2009) explica que quanto mais rico e quanto mais diverso for o meio em que a criança cresce, maior será seu desenvolvimento, outorgando assim a escola, de forma primordial as instituições escolares que são responsáveis por atender camadas mais populares da sociedade, a responsabilidade de oferecer e fornecer tais meios, sendo que, nesses casos, a escola é muitas vezes o único ambiente em que esse aluno tem de entrar em contato com essas tecnologias de uma forma mais direta,

podendo assim realizar seu processo de aprendizagem e de alfabetização, em um ambiente onde ela ocorra associada ao letramento.

Durante o percurso percorrido pela criança dentro de todas essas fases o aluno será exposto a conflitos que o levarão a novas descobertas sobre o sistema de escrita. Esses conflitos são importantes pois é através do surgimento destes que o professor pode atuar como mediador, buscando meios de levar o aluno a realizar reflexões e conduzindo-os até possíveis soluções para esses conflitos.

De que forma podem os educadores mediar esses alunos levando-os a apropriação do sistema de leitura e escrita convencional, uma vez que os índices de alfabetização em nosso país demonstram números muito abaixo do necessário?

Na busca pela reversão das falhas do cenário educacional alguns autores defendem uma revolução educacional, na qual teriam de ocorrer diversas mudanças frente as práticas alfabetizadoras. Segundo Soares “alfabetização e letramento são processos distintos, de natureza essencialmente diferentes, porém, são interdependentes e indissociáveis (Soares, 2003). Tendo isso como ponto de partida é defendido que o processo de alfabetização ocorra associado ao processo de letramento. Alfabetizar letrando não é outra coisa se não ensinar a ler e escrever dentro de um contexto social de práticas de leitura e escrita. Aplicar tal prática exige democratização das vivências de práticas de uso de leitura, implica uma atuação ativa do professor como um auxiliar dos educandos, de modo que eles consigam a compreensão da palavra como um todo. Para Emília Ferreiro a escrita é importante na escola porque é importante fora dela é não a contrário” (Ferreiro, 2001).

Buscando por essa qualidade da alfabetização e da necessidade de não apenas alfabetizar, mas letrar, tornando os alunos capazes de interagir e utilizar os usos da linguagem de forma social, o que deixa explícito, o contato com as NTIC, uma vez que essas tecnologias estão em todos os ambientes sociais em que os alunos interagem, se torna importante utilizar-se das novas tecnologias para mais do que apenas incluir a criança nesse novo mundo digital, possibilitar ainda que as crianças possam ir se apropriando de toda essa linguagem escrita da maneira mais poderosa possível, rica no que diz respeito a diversidade em tudo o que está contido nos recursos tecnológicos com os quais temos contato e mais prazerosa para os alunos, através das situações lúdicas que as novas mídias podem oferecer e reforçar a forma como as crianças aprendem.

A escola atual precisa considerar que os alunos chegam a escola com uma enorme carga de conhecimento e de relacionamento com a tecnologia. A alfabetização inserida num contexto tecnológico oferece aos alunos contato com diferentes formas de

linguagem, linguagens essas que podem resultar em processos de comunicação mais efetivos a participativos, criando novas aberturas nas relações entre professores e alunos, tornando-a mais interativa. As tecnologias causam a saída da aula de um espaço determinado, levando-a a tempos e espaços contínuos de aprendizagem que se caracterizam por diferentes posturas por parte de alunos e por parte de professores. Esse novo cenário de tecnologias digitais aliadas ao processo de alfabetização, entendido como mais do que simples forma de ler e escrever, mas compreendido ainda com a ideia de sujeito letrado, leva o aluno a sua inclusão em aspectos sociais, cognitivos linguísticos e culturais, proporcionando ao aluno a conquista do domínio da língua escrita e falada.

Para Kalinke (1999), os avanços tecnológicos estão sendo utilizados praticamente por todos os ramos do conhecimento. As descobertas são extremamente rápidas e estão a nossa disposição com uma velocidade nunca antes imaginada. A Internet, os canais de televisão a cabo e aberta, os recursos de multimídia estão presentes e disponíveis na sociedade. Estamos sempre a um passo de qualquer novidade. Em contrapartida, a realidade mundial faz com que nossos alunos estejam, cada vez mais informados, atualizados e participantes deste mundo globalizado.

Para que a aplicação das tecnologias da informação e da comunicação seja efetivamente realizada é necessário que se crie formas de conhecimentos e que lance mão de mecanismos que tornem possível sua real integração à educação, de modo a evitar o deslumbramento ou o uso desenfreado e desmensurado da tecnologia. Tal situação implica na ênfase do cunho pedagógico em detrimento do uso da tecnologia apenas como lazer ou forma de distração.

Quando se trata do campo educacional em que se parte do livro, indo ao giz e alcançando a sala de aula informatizada, os educadores se vêem diante da insegurança no que diz respeito a incorporação das NTIC ao cotidiano escolar no âmbito da alfabetização.

Frente a realidade do fracasso escolar que temos vivenciado há décadas é imprescindível que se procure buscar meios de sanar e solucionar tais defasagens, para tal, é necessário que a escola ofereça práticas sociais de leitura e escrita na escola por meio de diversificados portadores de texto. O caminho de construção de aprendizagem mediados pelas NTIC torna-se muito mais atrativo e interessante aos educandos, que oferecem esse contato de forma efetiva através de inúmeras situações.

Na busca da aplicação efetiva das tecnologias de comunicação e informação dentro da escola é preciso se ter em mente a necessidade da criação de mecanismos e

formas de transmissão de conhecimento que tornem possível a integração das NTIC sem que aconteça o que podemos chamar de “deslumbramento” que reflete no uso indiscriminado da tecnologia. Fernandes (2001) explica que em nosso sistema educacional, todo o conhecimento é entendido como conteúdo, como informações a serem transmitidas, por isso é preciso afirmar e reafirmar a todo o momento os objetivos pedagógicos e não apenas o uso das virtualidades técnicas para que assim, se possa chegar a verdadeira utilização das NTIC como ferramenta de ensino dentro do nosso sistema educacional, combatendo a visão de que conhecimento e conteúdo são a mesma coisa.

Cabe a escola estar aberta para as novas concepções a respeito de ensinar e aprender que surgem como consequência das transformações tecnológicas atuais e cabe aos educadores repensar sua forma de ensinar uma vez que as NTIC “por si sós, não são capazes de trazer contribuições para a área educacional e são ineficientes se usadas como o ingrediente mais importante do processo educativo, ou sem a reflexão humana” (Rezende, 2002).

## **Mídias**

A palavra mídia tem sua origem do latim “media” que significa meio, ou seja, um meio por onde se possa transmitir mensagens possuidoras de um referente (Graça, 2008). Ao defender sua posição, Gonet (2004) afirma que as mídias podem ser definidas de diversas maneiras, são meios, que nas últimas décadas evoluíram muito, assim como a informação e a comunicação. No uso das mídias, o principal objetivo se dá em projetar onde, quando, para quem, por que e como as mensagens deverão ser veiculadas, repensar o lugar que ela ocupa em situações específicas para o produto e ainda controlar, de forma rigorosa, o que é transmitido, procurar conhecer o consumidor, e oferecer o que ele precisa de forma que o anunciante tenha, como retorno, benefícios e difundir a forma usada para que tal transmissão ocorresse, resultando desta forma na garantia de sua existência (Martins, 2008).

No cenário atual, tratando de mídias referimo-nos hoje as instituições, tais como meios radiofônicos, impressos e televisivos, aos gêneros de circulação como jornais e revistas, chegando até as técnicas, como é o caso do uso do FAX. Entretanto, de forma ainda mais específica, ultrapassando toda a diversidade que as mídias possuem, encontramos a definição de mídias como algo que tem como finalidade a comunicação. Em suas palavras, Francisco Balle (1995 apud Gonet, 2004) descreve mídias “como equipamentos técnicos que permitem aos homens comunicar a

expressão de seu pensamento quaisquer que sejam as formas e as finalidades de tal expressão”.

Em suma, entendemos que a importância das mídias se dá no fato de que se tratam de instrumentos capazes de propiciar formas de controlar e difundir conhecimentos, como fontes que exercem controle de veiculação, não importando de que forma e em que meio essa veiculação ocorre.

### **Mídias na sala de aula**

O processo de inserir as novas tecnologias no cotidiano escolar implica na criação de um novo mundo aos educandos. Ao utilizar recursos importantes (televisão, computador, internet, entre outros) a escola proporciona aos alunos um maior leque de oportunidades de obtenção e apropriação de conhecimento, tratando dos mais diversos assuntos. Para que tal processo ocorra de forma a obter sucesso, torna-se necessário que o professor possua conhecimento do uso e das possibilidades das diferentes mídias que serão, por ele, utilizadas, considerando-se que na posição de mediador é inadmissível que o professor não possua total domínio da situação que irá mediar.

Na educação, a tecnologia pretende uma maior abrangência que visa envolver novas formas e processos de ensino e aprendizagem relevantes dentro de diversos contextos sociais, que tem como característica a diversidade, meios de integração e de complexidade. Ao se utilizar a tecnologia se consegue proporcionar às pessoas das mais diversas idades, classes sociais e regiões um maior acesso a todo tipo de informação, mas para que isso ocorra de forma definitiva, é necessário que as competências e os conhecimentos pedagógicos necessários para tal sejam dominados pelos profissionais da educação, sendo assim, os meios tecnológicos serão transformados em estratégias com elevado grau de eficiência, sem que ocorra a perda do objetivo principal, o uso educacional.

A UNESCO afirma, em sua Declaração Mundial sobre a Educação para todos (1990) que “ao lado de suportes utilizados tradicionalmente, vale a pena explorar o potencial que oferecem as bibliotecas, a televisão, o rádio e os outros meios de informação para atender às necessidades educacionais fundamentais de todos”. Fica assim evidente, que todo o processo pelo qual se busca atingir a inserção dos meios tecnológicos em nosso sistema educacional é ainda muito novo, e aí é que se encontra a raiz de todas as discussões acerca de todo esse novo processo educacional.

A tecnologia, em seu sentido completo, deve resultar na inovação. Dentro do ambiente escolar, possibilitando o conhecimento através da inovação. São inúmeras as

tecnologias a serem utilizadas, deve assim, o sistema educacional ser o responsável pela apresentação destes meios aos educadores que realizarão o processo de mediação, a fim de que toda essa inserção obtenha como resultado aprendizagens significativas.

### **Internet**

Como um possível meio de condução a uma maior expansão da cultura de forma geral, e ainda apresentada como sendo um canal que leva a ampliação das formas de conhecimento por meio das transformações de toda a informação que chega a nós, temos a Internet. A Internet estabelece diversas formas de se comunicar, é um local em que se torna possível a trocar ideias e interagir sem que seja necessário se considerar meios, localizações físicas ou temporais.

A cada dia a internet se torna uma ferramenta mais presente dentro da sala de aula. A rede de comunicação tem sua utilização dentro do processo pedagógico levando ao rompimento das paredes da escola, colocando o aluno em contato com aquilo que vai além de sua vida escolar, levando-o a interagir, dentro da escola, com tudo aquilo que faz parte de sua vida fora da escola, dando sentido e contexto ao processo de estudo, oferece ainda aos alunos contato com o mundo, com novas realidades, com diferentes culturas, proporcionando a aprendizagem através de um intercâmbio de aprendizado, podendo assim ser incluída como mais um dos instrumentos auxiliares no processo de alfabetização e letramento.

### **Softwares Educacionais**

Os alunos, em seu cotidiano, possuem contato com computadores, celulares cada vez mais tecnológicos e a internet presente em quase todos os lugares e ao chegar a escola, ele se depara com instrumentos de ensino antiquados, que não fazem parte de sua vivência e conseqüentemente, não lhe apresentam nenhum significado de uso, sendo assim o uso dos softwares educacionais dentro das salas de aula tem sido cada vez mais comum. Esse uso surge como uma tentativa de aproximação do ambiente escolar com o ambiente social em que o aluno está inserido.

No processo de alfabetização, os softwares têm se mostrado uma importante ferramenta, uma vez que oferece aos alunos as mais variadas formas de contato com situações de escrita, dentro de jogos, salas de bate papo e contato com diferentes gêneros textuais. É importante frisar que na utilização dos softwares assim como no



ensino tradicional deve-se respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno, o tempo de cada um e levá-los a se utilizarem de conhecimentos e descobertas anteriores para que eles sejam capazes de esquematizar, construir e ampliar sua própria aprendizagem sobre o sistema convencional de leitura e escrita. Mas é preciso cuidado, a mera aplicação dos softwares como atividade lúdica, sem que se tenha um objetivo pedagógico fixado, ou sem que se tenha um educador capacitado, que conheça e domine os softwares e as situações de aprendizagem que eles propõem transforma essa ferramenta em mais um “brinquedo” e perde assim todo o seu objetivo de uso pedagógico, deixando de ser uma ferramenta de aprendizagem e passando a ser visto pelo aluno como mais um passatempo.

### **Celulares, Tablets e Aplicativos**

Os celulares e tablets têm sido vistos muitas vezes como inimigos da escola, como instrumentos de dispersão de atenção e um grande adversários dos professores em sala de aula, mas ao mudar o olhar sobre o uso desse aparelho, se pode perceber uma grande oportunidade do uso desses aparelhos como ferramentas pedagógicas. Atualmente, podemos dizer que a maioria absoluta de crianças em idade de processo de alfabetização já possui grandes conhecimentos sobre a utilização de celulares.

O aluno atual é um nativo digital, ele está familiarizado com os mais diversos recursos que a tecnologia pode oferecer e para ele é natural brincar com o celular e com o tablet, utilizar aplicativos e outras ferramentas que estão ali, a distância de um toque.

Os aplicativos passam por jogos individuais, coletivos, mensagens instantâneas e vão até produtores de texto e revisores ortográficos, e com direcionamento e através de um processo de mediação bem elaborado, eles podem e devem ser usados como mais uma oportunidade e uma vez que tudo isso faz parte da vida do aluno, não existem motivos que impeçam o uso desses recursos no processo que leva à escrita e a leitura.

### **Lousa Digital**

A lousa digital é como uma tela imensa de um computador, porém mais inteligente, pois é sensível ao toque. Desta forma, tudo o que se pensar em termos de recursos de um computador, de multimídia, simulação de imagens e navegação na

internet é possível com ela. Ou seja, funciona como um computador, mas com uma tela melhor e maior (Costa, 2009).

Aos alunos em fase de alfabetização, a lousa digital funciona das mais diversas formas: como acesso a jogos, a softwares, a sites, a confecção de atividades específicas e ainda conta com um fator primordial: o interesse do aluno. As atividades realizadas com a lousa digital permitem ao aluno contato direto, ele realiza as atividades tocando na tela, arrastando itens, para os alunos a lousa se coloca como uma grande tela de celular, sendo assim, o aluno, mesmo antes de realizar o uso dela em sala de aula já domina toda a técnica necessária para execução, o que torna o ensino contextualizado e significativo para os educandos, proporcionando assim a construção de uma aprendizagem significativa.4

### **Lousa Digital como Ferramenta de Ensino**

Recentemente, mais precisamente há cerca de uma década chegavam as escolas os computadores, logo em seguida, vêm o projetor multimídia e a internet, não bastando, surgem então os aparelhos móveis como celulares, tablets e notebooks e num piscar de olhos cada canto do cotidiano escolar foi invadido por aparelhos cheios de sons, luzes, funções e usos que assustaram os professores, que até então, lançavam mão em sala de aula apenas de instrumentos dos quais possuíam total domínio. Mal os professores tiveram tempo de aceitar e se adaptar a esses novos instrumentos, vale lembrar que muitos ainda não se adaptaram ou se quer aceitaram esses aparelhos na escola, fomos invadidos pelas Lousas Digitais. E professores se assustaram ainda mais, esqueçam o giz, o quadro, o apagador, a sala de aula agora é interativa, cheia de botões e sons, em segundos acessamos toda a história dos dinossauros ao mesmo tempo em que discutimos sobre a importância de reciclar o lixo assistindo um vídeo online sobre o assunto.

Uma verdadeira revolução tecnológica surge em nossas salas de aula após a introdução desses quadros interativos. E então, o professor chega a sala de aula e se vê frente a lousa digital pela primeira vez, o que, de forma surpreendente é responsável até mesmo por uma sensação de indignação e apreensão, uma vez que uniram um instrumento antigo conhecido de todos, a boa e velha lousa, com o que atualmente temos de mais moderno em nossa sociedade, a tecnologia digital.

Com o passar do choque inicial e através de um processo de capacitação oferecidos por algumas instituições de ensino e órgãos municipais e realizado por um número significativo de professores, o receio do uso do quadro interativo tornou-se

menor, mas ainda presente no ambiente escolar. A lousa então começa a ser utilizada em sala de aula por aqueles professores mais “arrojados” como ferramenta de ensino. Como qualquer outra ferramenta nova, leva-se um tempo para que o processo de adaptação ocorra e para que o professor, em sua posição de ofertar e direcionar o aprendizado, tenham total domínio do uso das lousas digitais. Algo que fica em evidência, é que durante essa tentativa de adaptação foram muitos os profissionais da educação que deixaram de utilizar a lousa, pois através dela, criaram uma expectativa irreal de seu uso. Cabe lembrar que o simples uso da lousa digital não transforma uma aula sem fundamentos bem estabelecidos e sem um encaminhamento interessante em uma aula atraente e irresistível para o aluno, a lousa por si só não tem a capacidade de transformar um professor “ruim” em um “excelente” professor apenas substituindo o quadro de giz. Tal ferramenta apresenta-se como forma de contextualizar, inovar e facilitar o trabalho do professor em sala de aula, facilitando e validando assim as situações de aprendizagem por parte dos alunos, continua sendo de extrema importância que o professor tenha uma preparação e objetivos bem definidos de cada passo de sua aula e da forma como ele acrescentará e enriquecerá esse planejamento utilizando-se dessa nova ferramenta, podendo a lousa ser utilizada nas mais variadas intenções educacionais e nos diversos níveis de ensino, desde a educação infantil e a construção da identidade, passando pelo processo de alfabetização até níveis como o Ensino Médio e o Ensino Superior.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

### **O uso da lousa digital associado as práticas de alfabetização**

Para tratar do uso efetivo da lousa digital dentro do ciclo de alfabetização, estruturou-se uma pesquisa realizada na coleta de relatos de professores atuantes em classes de 1º ano 3º ano da Escola Municipal Avelino Leite de Camargo, na cidade de Sorocaba, estado de São Paulo. Ao se analisar os relatos recolhidos, tivemos maior compreensão de como os educadores, de forma que independe de sua formação, fazem junção das mídias e do ensino através do uso do quadro interativo da lousa digital e buscar entender se esses professores consideram ser possível a ligação entre o processo de alfabetizar e a lousa digital.

Relato da Professora A: Tento utilizar a lousa digital ao menos três vezes por semana, mas às vezes é difícil, faltam equipamentos, cabos e o acesso a internet é bastante lento e irregular. Acabo utilizando o quadro com atividades preparadas em

casa, como jogos. Os alunos gostam bastante porque podem se levantar, tocar o quadro e controlar o que ocorre nele, as crianças não apresentam dificuldades no uso do quadro, eles estão bastante familiarizados com o uso das tecnologias, mas gostaria de poder utilizar a lousa de uma forma mais frequente, com acesso a internet, pois por vezes surgem questionamentos dos alunos e esses poderiam se transformar em assuntos que poderíamos estudar naquele exato momento, pois a internet nos disponibiliza uma infinidade de conteúdos (...).

Professora B: Em sala de aula acabo por fazer um uso bastante frágil da lousa digital, sou bastante insegura com o uso de tecnologia em sala de aula, tenho dificuldades no domínio do software e em como proceder com as atividades. Quando os quadros chegaram, foi oferecida uma formação para os professores, mas foi apenas durante 4 horas, para mim não foi suficiente. Gostaria de poder utilizar a lousa mais frequentemente, mas para isso preciso de uma formação mais específica e completa do manuseio desse aparelho. Ele pode ser uma ótima ferramenta para professores, que como eu, trabalham com turmas de alfabetização.

Professora C: A lousa digital é a ferramenta que utilizo com maior frequência em sala de aula. Praticamente todas as atividades que desenvolvo com os alunos são baseadas no uso da lousa, desde a leitura inicial, realizada com livros digitalizados ou histórias narradas, até as práticas de alfabetização linguística e matemática. A classe responde bem ao uso da lousa, eles se apresentam interessados, gostam de realizar as atividades de forma participativa, vindo até o quadro e realizando as atividades nele. Nas práticas de alfabetização o uso dela é muito pertinente, através do uso de textos lacunados, caça palavras e outros, saímos do papel, do caderno, consigo dar sentido aquilo que os alunos aprendem, pois a tecnologia que eu tenho em sala é parecida com aquela que eles tem acesso em casa. Mas para poder usar de forma frequente, costumo trazer meus próprios utensílios, como cabos de som, notebook pessoal, modem portátil, entre outros. Na escola não é sempre que os dispositivos necessários estão disponíveis, e quando estão disponíveis, por vezes se encontram sem condições de uso.

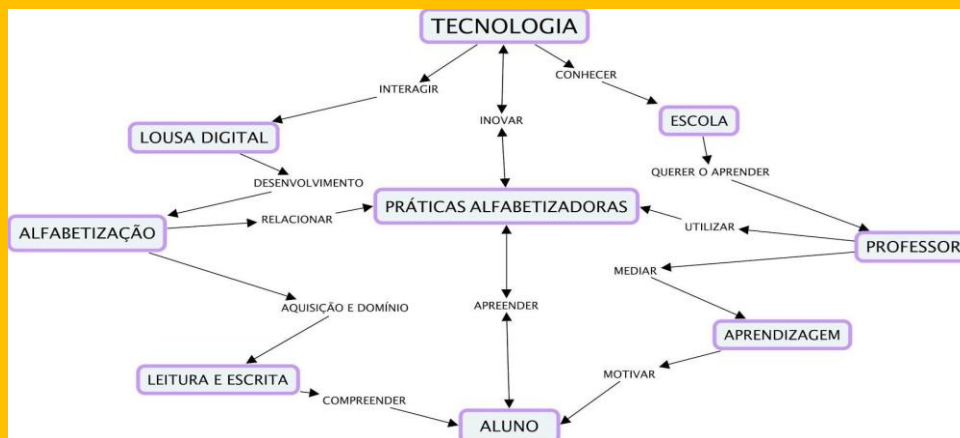
Professora D: (...) Acredito sim, e muito, no uso da tecnologia em sala de aula, em minha experiência com turmas de alfabetização, percebo que a aquisição do sistema alfabético de escrita por parte dos alunos ocorre de forma mais natural e contundente quando se sai um pouco do papel, do livro didático e do caderno (...) Confesso que acredito que não se deva simplesmente esquecer os métodos tradicionais, creio que o caminho seja o de conciliar os dois, em momentos em que os alunos executem situações com apoio de cadernos e livros, e depois aprofundando

isso com atividades apoiadas nas mídias digitais, no uso da internet e da lousa digital. Em minhas aulas, por exemplo, costumo realizar a escrita de listas de palavras no caderno, depois disso, a correção corre de forma coletiva, utilizando a lousa digital, onde os alunos escrevem e os colegas realizam a revisão do que foi escrito. Percebo que o uso da lousa, como inovação empolga e interessa os alunos.

Professora E: (...) Não recebemos formação na escola. Eu comecei a atuar nesse município depois do período em que as formações foram oferecidas, atuo nessa rede municipal há três anos e até o momento nunca me foi oferecida nenhuma formação. Na hora de utilizar a lousa, acabo me baseando nos meus conhecimentos prévios de informática, mas tenho dificuldades em elaboração de atividades e então acabo ficando mesmo com os softwares que a lousa já possui, que oferecem atividades pré-estabelecidas, o que ajuda, mas eu gostaria mesmo de ter domínio da lousa, pois assim poderia utilizá-la para formular atividades mais específicas, direcionadas especificamente para os meus alunos, de acordo com as dificuldades e as hipóteses de escrita de cada um. Espero que em breve nos seja oferecida uma formação, pois tenho comigo que a lousa pode ser uma grande auxiliar no processo de alfabetização (...)

Através desses relatos podemos perceber que em sua maioria, os professores julgam que o uso das mídias em consonância com o processo de alfabetização pode oferecer um caminho de sucesso para os alunos, mas ainda são muitas as intempéries encontradas para que a utilização ocorra de forma satisfatória, intempéries que vão desde a falta de preparo e formação oferecida a alguns professores até as dificuldades das instituições escolares em disponibilizarem os utensílios que são auxiliares, mas fundamentais, para o real uso do quadro interativo.

Para que a lousa tenha seu uso efetivo e que professores alcancem seus objetivos no ciclo de alfabetização, que é o de tornar os alunos capazes de fazer uso da linguagem escrita, ainda são necessárias muitas adaptações, adaptações essas que devem acontecer por parte das unidades escolares, por parte dos professores e dos órgãos responsáveis pelas instituições de ensino (governos municipais, governos estaduais e órgãos mantenedores de instituições de ensino privadas). O uso total da lousa depende ainda de fatores como planejamento, apropriação, objetivos estabelecidos e execução dos passos que devem ser desenvolvidos dentro de uma aula, para tal, expõe-se abaixo um fluxograma:



Para que se potencialize o uso da lousa digital todos os professores concordam que umas das principais mudanças devem ser no planejamento. O ato de planejar deve ser realizado com cuidado, de preferência com o grupo de professores do mesmo ano/série, todas as atividades devem ser previamente elencadas, de modo a evitar o imprevisto, considerando-se que os objetivos apenas são alcançados quando se tem traçado os exatos meios para chegar até ele.

Como demonstrado, é importante que as práticas alfabetizadoras relacionem o querer aprender, que o professor lance mão de contextualizar suas práticas baseadas no uso da lousa digital, relacionada a alfabetização, como meio de apropriação da leitura e escrita, sem jamais perder o foco de toda essa situação de aprendizagem: o aluno.

Não basta às escolas e às instituições de ensino disponibilizarem aos professores o quadro interativo ou mesmo, qualquer outra mídia, ou mesmo material didático, e passamos a mostrar como é necessário que os professores busquem por formações fora da escola, realizando cursos de especialização e aprimoramento. Os professores precisam ter confiança e total domínio naquilo que estão realizando, sendo assim uma obrigação das instituições de ensino a de oferecer uma formação que realmente capacite o professor para o uso dos novos instrumentos, sem essa capacitação, corremos o risco de que todo esse material e suas infinitas possibilidades de ensino, sejam resumidas a um mero quadro branco e a única inovação seja que a partir do uso destes, não se escreva mais com giz e sim com canetas coloridas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, pudemos compreender que as tecnologias e as mídias digitais encontram-se presentes na vida de todos, crianças, jovens e adultos, e considerando que elas existem na sociedade, sua utilização pode e

deve acontecer dentro do ambiente escolar, visando a ampliação do processo de aquisição da linguagem escrita e da capacidade de realizar uso social dessa linguagem, em resumo, o processo de alfabetização associado ao letramento.

Baseando-se nos relatos dos professores ouvidos durante a pesquisa, fica evidente a importância da tecnologia como aliada nos mais variados processos de ensino, e percebe-se a urgência de que a escola modifique muito de sua estrutura atual, de modo a oportunizar cada vez mais aos seus alunos esse contato tecnológico e por outro lado, oferecer cada vez mais aos professores meios para que eles sejam capazes de fazer uso cada vez mais amplo dessas ferramentas e assim realize a mediação junto ao aluno nessa nova percepção das práticas de ensino. Um dos pontos mais perceptíveis ao ouvir os professores foi a insegurança causada pela falta de preparo que eles possuem e em como essa insegurança prejudica os rendimentos e as chances de aprendizagem dos alunos, além de toda essa insegurança, ainda encontramos o agravamento causado pela falta dos materiais na escola, os professores encontram dificuldades pois não possuem todo o material que precisam dentro da escola, resultando mais uma vez na redução do uso da tecnologia, frente a tudo isso permanecem ainda os questionamentos: A quem cabe a formação dos professores? Das instituições de ensino? Da iniciativa individual desses profissionais?

Se por um lado nos deparamos com situações complexas, em que as respostas seriam tão abrangentes e ao mesmo tempo tão incertas, como o caso da responsabilidade pela formação dos educadores, por outro encontramos respostas que nos ajudam a reafirmar que a escola, precisa, rapidamente se abrir ao mundo tecnológico, passar a receber dentro de suas salas de aula a tecnologia olhada com bons olhos, como é o caso do uso dela como ferramenta de alfabetização.

Em todas as falas dos professores ouvidos, a afirmação de que essas ferramentas, com enfoque na lousa digital, são caminhos ricos e produtivos para as classes de alfabetização, são novas oportunidades, novos métodos, uma busca pelo eterno fim da separação que existe entre o que se aprende dentro da escola e como se usa isso fora dela. A tecnologia consegue ligar esses dois ambientes, ela oferece ao aluno o significado do que aprendido, ela valoriza os pré-requisitos e encaminha o aluno para novas descobertas, para novos conhecimentos e novas situações de aprendizagem.

Quando se realiza a alfabetização (ensino dos grafemas, fonemas e seu uso) associado ao seu uso social (mandar mensagem para um amigo, utilizando um aplicativo de mensagens por exemplo) estamos proporcionando ao aluno a oportunidade de um processo de alfabetização associado ao letramento, que é



atualmente a grande dificuldade encontrada pela escola. As tecnologias auxiliam na formação do sujeito como um todo, levando o aluno a reflexões, sistematizações, aplicações e apropriações de todo o sistema de leitura e escrita, e assim teremos formado um sujeito alfabetizado, que é plenamente capaz de fazer os mais diversos usos sociais desse aprendizado construído dentro dos muros da escola.

Temos então o uso de tecnologias como um dos possíveis caminhos para o sucesso na alfabetização escolar, desde que ela seja utilizada com finalidades direcionadas e não perca sua intencionalidade, perdendo-se do foco primordial: o desenvolvimento do aluno.

## REFERÊNCIAS

COSTA, R. **Como funciona a lousa digital?** Nova Escola: 2009. Online. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/como-funciona-lousa-digital-tecnologia-501324.shtml>> Acesso em: 25 ago. 2023.

DAMÁSIO, M.J. (2007). Tecnologia e Educação – **As Tecnologias da Informação e da Comunicação e o processo Educativo**. Lisboa: Nova Vega.

FERNANDES, A. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRO, E. **“Cultura Escrita e Educação”**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. **“Psicogênese da Língua Escrita”**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

GONNET, J. **Educação e mídias**. São Paulo: Loyola, 2004

GOULART, C. M. A. **“A Noção de Letramento como Horizonte Ético-político para o Trabalho Pedagógico: Explorando Diferentes Modos de ser Letrado”**. Projeto de pesquisa, 2001.

GRAÇA, M. **Mídia**. São Paulo: LCTE, 2008.

IBGE, Censo Demográfico. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília, MEC/INEP, 2003. Disponível em: <http://www.plataformadoletramento.org.br/acervo-para-aprofundar/249/mapa-do-analfabetismo-no-brasil-inep.html>. Acesso em 30 jul. 2023.

KALINKE, M.A. **Para não ser um professor do século passado**. Curitiba: Gráfica Expoente, 1999.

KATO, M. **No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística**. SP: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. B. **“Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola”**. In: KLEIMAN, A. B. (Org.) **“Os Significados do Letramento: Uma Nova Perspectiva Sobre a Prática Social da Escrita”**. 3. reimpr. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MARTINS, G.E. **Surf e Educação: o conceito de mídia-educação em uma proposta pedagógica com o surf**. Disponível em: <http://www.cds.ufsc.br/pet/SEF2008/anais/trabalhos/poster/giorgia.pdf>. Acesso em 30 ago. 2023.

REZENDE, F. **As novas tecnologias na prática pedagógica sob a perspectiva construtivista**. ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências. V. 02 , Nº 1 , Março de 2002.

RIBEIRO, V. M. **“Letramento no Brasil”**. São Paulo: Global, 2003.

SOARES, M. **Linguagem e Escola – Uma perspectiva social**. 17 ed. 9. Reimpr. São Paulo: Ática, 2002.

SOARES, M. **Letramento e Escolarização**. São Paulo: Global, 2003.

TFOUNI, L. V. **“Adultos não Alfabetizados: O Averso do Averso”**. Campinas: Pontes, 1988.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para todos. 1990**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

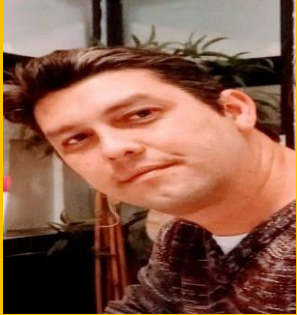
VALENTE, J.A. (org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1999.

## A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA



**Márcia Higina de Araújo Martins**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Trabalho Social com Famílias, Pedagogia Sistêmica, ABA, Neurociência na Educação, Educação Especial e Psicopedagogia.



**Nícolas Fernando Rocha Camargo**

Formado em Educação Física, com Pós-graduação em Inteligência Emocional no Ambiente Escolar, Neurociência na Aprendizagem e Educação Fundamental



**Carla Benedita Verbel Vaz**

Formada e em Pedagogia e Letras, com Pós-graduação em Arte, Educação e Terapia; Educação Especial; Psicopedagogia Institucional; Docência no Ensino Superior; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Gestão e Mediação de Conflitos e Transtorno do Espectro Autista.

### RESUMO

A influência da família na aprendizagem das crianças é crucial. Desde os primeiros anos, os pais são modelos de comportamento e linguagem, essenciais para o desenvolvimento cognitivo. Além de apoiar o aprendizado formal, a família transmite valores positivos em relação à educação, promovendo uma cultura de aprendizagem em casa. O suporte emocional proporcionado pelos pais também é fundamental para o bem-estar e o sucesso acadêmico das crianças. Em resumo, a parceria entre família e escola é essencial para garantir o sucesso educacional das crianças.

## INTRODUÇÃO

A parceria entre família e escola é um alicerce fundamental no processo educacional, reconhecido universalmente como um catalisador essencial para o sucesso acadêmico e desenvolvimento holístico da criança. Esta colaboração estreita cria um ambiente enriquecedor que potencializa a jornada educacional da criança, proporcionando-lhe suporte emocional, cognitivo e social indispensável.

Na atualidade, a literatura acadêmica e pedagógica enfatiza consistentemente a relevância da participação ativa da família no percurso educacional dos filhos. A família, como primeiro e mais influente ambiente de socialização da criança, desempenha um papel crucial no estímulo à curiosidade, na promoção do hábito da leitura, na valorização da educação e na construção de uma base sólida para o aprendizado futuro.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo central analisar minuciosamente a importância da participação da família no processo de ensino e aprendizagem da criança. Por meio de uma abordagem multidimensional, busca-se compreender profundamente o papel da família na educação infantil, identificar os pilares que sustentam uma colaboração efetiva entre família e escola, e apresentar estratégias concretas para fortalecer e otimizar essa parceria vital.

Diante desse panorama, surge um questionamento central: de que maneira podemos estabelecer uma relação efetiva entre família e escola, a fim de potencializar a aprendizagem da criança? Como podemos aprimorar a colaboração entre esses dois ambientes para garantir uma educação mais completa, significativa e eficaz para nossas crianças? Estas são indagações que orientam não apenas este estudo, mas também permeiam as reflexões e práticas de educadores, pais e gestores educacionais em todo o mundo.

Este estudo baseia-se em uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de analisar e sintetizar as descobertas e perspectivas existentes sobre a colaboração entre família e escola no processo de ensino e aprendizagem da criança. A revisão sistemática é uma abordagem metodológica reconhecida por sua rigidez na seleção e análise de evidências, proporcionando uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema em questão.

## O PAPEL DA FAMÍLIA NA ESCOLARIZAÇÃO

A educação é um processo complexo que vai muito além das paredes da escola. Embora o ambiente escolar desempenhe um papel crucial, a influência da família é inegavelmente poderosa e fundamental para o desenvolvimento educacional das crianças. Desde os primeiros anos de vida até a fase adulta, a família exerce uma influência significativa no sucesso acadêmico, bem-estar emocional e desenvolvimento socioemocional dos alunos.

Um dos aspectos mais importantes do papel da família na escolarização é a criação de um ambiente propício para a aprendizagem em casa. Desde tenra idade, os pais têm a responsabilidade de cultivar um ambiente onde a curiosidade é estimulada, a leitura é valorizada e o aprendizado é encorajado. Isso pode envolver atividades simples, como ler para as crianças, conversar sobre o que aprenderam na escola e fornecer acesso a materiais educacionais adequados.

Além disso, a família desempenha um papel crucial no apoio ao aprendizado formal da criança. Isso pode incluir ajudar com lição de casa, revisar trabalhos escolares, oferecer suporte em projetos escolares e fornecer orientação sobre como lidar com desafios acadêmicos. O envolvimento ativo dos pais no processo de aprendizagem dos filhos não apenas reforça os conceitos ensinados na escola, mas também demonstra o valor da educação na vida cotidiana.

Outro aspecto importante é a transmissão de valores e atitudes em relação à educação. Os pais desempenham um papel crucial ao modelar a importância da educação através de suas próprias ações e atitudes. Quando os pais demonstram um compromisso com a aprendizagem contínua, valorizam o esforço e celebram o sucesso acadêmico, estão transmitindo uma mensagem poderosa sobre a importância da educação na vida de seus filhos.

Além disso, a família é responsável por fornecer suporte socioemocional aos alunos. Um ambiente familiar estável, amoroso e de apoio pode ajudar a promover a autoestima, a confiança e a resiliência das crianças. Os pais desempenham um papel crucial ao fornecer um espaço seguro para que seus filhos expressem suas emoções, enfrentem desafios e desenvolvam habilidades de enfrentamento.

O papel da família na escolarização é multifacetado e essencial para o sucesso educacional das crianças. Ao criar um ambiente de apoio à aprendizagem em casa, fornecer suporte acadêmico e emocional, transmitir valores educacionais e promover um ambiente familiar positivo, os pais e responsáveis estão contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional e o bem-estar de seus filhos. A

parceria entre família e escola é essencial para garantir que as crianças tenham as melhores oportunidades de sucesso na vida acadêmica e além.

## **COLABORAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: UM ALICERCE FUNDAMENTAL**

A colaboração entre família e escola é amplamente reconhecida como um dos pilares fundamentais do sucesso educacional das crianças. Autores como Epstein (2001) e Hoover-Dempsey e Sandler (2005) ressaltam a importância dessa parceria, destacando seu impacto positivo no desempenho acadêmico, na motivação para aprender e no desenvolvimento socioemocional dos alunos. Neste capítulo, exploraremos os fundamentos dessa colaboração e seu papel essencial no contexto educacional contemporâneo.

A família é um dos principais agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da criança, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e afetivo dos filhos. Diversos estudos apontam que a participação dos pais no ambiente escolar pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação e do desempenho escolar dos alunos.

Epstein (2011) destaca a importância da formação de parcerias entre escola, família e comunidade para o sucesso educacional dos alunos. Segundo a autora, as parcerias podem ser estabelecidas por meio de diferentes formas de envolvimento dos pais, como a participação em reuniões escolares, a colaboração nas atividades pedagógicas em casa, o acompanhamento do desempenho escolar dos filhos, entre outras.

Além disso, a literatura destaca que a participação dos pais no processo educacional dos filhos pode influenciar positivamente na motivação, autoestima e autoconfiança dos alunos (Gomes, 2016; Ferreira, 2018). A família pode atuar como um apoio emocional importante para o aluno, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente positivo de aprendizagem e para a formação de uma identidade escolar positiva.

Dessa forma, é fundamental que os educadores incentivem e promovam a participação dos pais no processo educacional dos filhos, estabelecendo canais de comunicação efetivos, oferecendo orientações sobre como participar e proporcionando um ambiente acolhedor e inclusivo na escola.

A participação da família no processo educacional dos filhos é um tema relevante na literatura acadêmica. Para Epstein (2011), a colaboração entre família e escola é uma estratégia importante para a promoção do sucesso escolar dos alunos, pois, segundo o autor, quando os pais participam ativamente do processo educativo, os alunos têm melhor desempenho acadêmico, maior motivação para a aprendizagem e apresentam comportamentos mais positivos em relação à escola.

Segundo Oliveira (2015), a família é um dos principais agentes formadores do indivíduo, e por isso, deve ser vista como um parceiro fundamental na construção do conhecimento e na formação da identidade do aluno. A autora destaca que a escola e a família têm papéis distintos, mas complementares, e que a colaboração entre ambos é fundamental para o sucesso educacional dos alunos.

Para Gomes (2016), a relação entre família e escola deve ser pautada pela confiança e pelo diálogo. O autor ressalta que a escola precisa reconhecer a importância da participação da família na educação dos filhos e criar oportunidades para que os pais possam se envolver no processo educativo. Além disso, Gomes destaca a importância de a escola promover ações que envolvam a família, como reuniões de pais, palestras e atividades extracurriculares.

No que diz respeito às estratégias para aprimorar a relação entre família e escola, Ferreira (2018) destaca a importância da comunicação efetiva. Segundo a autora, é fundamental que a escola estabeleça canais de comunicação claros e acessíveis aos pais, para que estes possam se informar sobre o desempenho acadêmico dos filhos e sobre as atividades que são realizadas na escola.

Além disso, Ferreira destaca a importância da escola criar oportunidades para que os pais possam participar ativamente do processo educativo, como por exemplo, por meio de grupos de estudos, palestras e atividades lúdicas.

A colaboração entre família e escola é um processo contínuo, que exige ações e estratégias permanentes. A escola deve estar sempre aberta ao diálogo e disposta a estabelecer parcerias com a família, visando à promoção de uma educação mais efetiva e significativa para os alunos.

Compreender a importância da participação da família no processo de ensino e aprendizagem da criança tem sido um tema amplamente discutido na área da educação. Epstein (2011) destaca que a colaboração entre escola, família e comunidade é essencial para a melhoria da educação e para o sucesso escolar dos alunos. Segundo a autora, a participação dos pais na vida escolar dos filhos é um fator crítico para o seu desempenho acadêmico, sendo necessário estabelecer parcerias efetivas entre escola e família para alcançar esse objetivo.



Nesse sentido, Ferreira (2018) ressalta que a presença da família na escola é fundamental para que se estabeleça uma relação de confiança entre esses dois contextos, o que pode resultar em um ambiente escolar mais acolhedor e propício à aprendizagem. O autor destaca ainda que a participação dos pais na escola pode ser efetivada de diferentes formas, como a participação em reuniões escolares, a realização de atividades extracurriculares e a colaboração com a escola em projetos educativos.

Gomes (2016) também aborda a relação entre família e escola e destaca a necessidade de que a escola esteja aberta para receber as famílias, criando um ambiente de diálogo e colaboração mútua. A autora ressalta que a participação dos pais na escola pode trazer benefícios tanto para a instituição como para as famílias e os alunos, uma vez que pode fortalecer a confiança na instituição, melhorar a qualidade do ensino e proporcionar um ambiente escolar mais saudável e seguro.

Por fim, Oliveira (2015) destaca a importância da participação da família no processo educativo, destacando que essa participação pode ser fundamental para a construção do conhecimento e para a formação de valores dos alunos. O autor ressalta que a participação da família não deve ser vista como uma simples obrigação, mas sim como um processo contínuo de colaboração, envolvimento e participação ativa na vida escolar dos filhos.

A colaboração entre família e escola se baseia na compreensão de que ambos os ambientes desempenham papéis complementares na formação da criança. Enquanto a família é responsável por fornecer suporte emocional, valores e hábitos relacionados à educação, a escola oferece oportunidades formais de aprendizagem e interação social.

Essa parceria sólida é construída sobre o reconhecimento mútuo de papéis e responsabilidades. Christenson e Sheridan (2001) destacam que os pais têm o papel primordial de apoiar o aprendizado de seus filhos em casa, enquanto os educadores têm a responsabilidade de fornecer um ambiente de aprendizagem estimulante na escola.

Pesquisas têm consistentemente demonstrado os benefícios da colaboração entre família e escola. Estudos indicam que crianças cujas famílias estão envolvidas em sua educação tendem a ter melhor desempenho acadêmico e comportamental (Desforges & Abouchar, 2003). Além disso, essa colaboração promove uma maior satisfação dos pais com a escola e contribui para um clima escolar mais positivo.

Em suma, a colaboração entre família e escola é essencial para promover o sucesso educacional das crianças. Ao reconhecer e valorizar essa parceria, pais e

educadores podem criar um ambiente de aprendizagem mais enriquecedor e apoiador para todas as crianças. Este capítulo serviu como uma introdução aos fundamentos dessa colaboração, que serão explorados em maior profundidade ao longo deste trabalho.

## **ESTRATÉGIAS PARA APROXIMAR A FAMÍLIA DA ESCOLA**

A colaboração entre família e escola é um fator determinante para o sucesso educacional das crianças. Autores como Epstein (2001) e Henderson & Mapp (2002) enfatizam a importância dessa parceria, destacando seus impactos positivos no desempenho acadêmico, no bem-estar emocional e no desenvolvimento global dos alunos. Neste contexto, a proximidade entre família e escola torna-se uma prioridade, pois ela fortalece essa colaboração e promove um ambiente de aprendizagem mais enriquecedor e inclusivo.

Uma comunicação clara e constante é fundamental para manter os pais informados sobre o progresso acadêmico e o desenvolvimento socioemocional de seus filhos. Isso pode incluir boletins informativos regulares, atualizações por e-mail ou mensagens de texto, e a utilização de plataformas online para compartilhar informações sobre o currículo, atividades escolares e eventos.

A realização de reuniões presenciais, como noites de pais e professores, cafés da manhã comunitários ou eventos culturais, oferece uma oportunidade valiosa para os pais se envolverem mais ativamente na vida escolar de seus filhos. Esses encontros proporcionam um ambiente acolhedor e informal para os pais conhecerem os professores, discutirem preocupações e compartilharem ideias para apoiar o aprendizado em casa.

Incentivar a participação dos pais em atividades escolares, como festas temáticas, feiras de ciências, apresentações culturais e eventos esportivos, é uma maneira eficaz de promover o engajamento e fortalecer os laços entre família e escola. Essas experiências compartilhadas ajudam os pais a se sentir parte da comunidade escolar e mostram às crianças que a escola é um espaço acolhedor e inclusivo.

Estabelecer programas de voluntariado e mentoria permite que os pais contribuam ativamente para o ambiente escolar, oferecendo seu tempo, habilidades e experiências para apoiar os alunos e enriquecer o currículo. Isso pode incluir a participação em atividades extracurriculares, grupos de estudo, tutoria individualizada e projetos comunitários, proporcionando oportunidades valiosas para os pais se envolverem diretamente no processo educacional de seus filhos.

Estabelecer parcerias com organizações comunitárias locais, como bibliotecas, centros culturais, empresas e instituições de saúde, pode ampliar as oportunidades de envolvimento dos pais na escola e proporcionar recursos adicionais para apoiar o aprendizado dos alunos. Essas parcerias também podem facilitar o acesso a serviços e programas que promovam o bem-estar familiar e o desenvolvimento integral das crianças.

A aproximação entre família e escola é fundamental para promover o sucesso educacional e o bem-estar das crianças. Ao implementar estratégias eficazes de engajamento parental, as escolas podem fortalecer essa parceria vital e criar um ambiente de aprendizagem mais colaborativo, inclusivo e significativo para todos os alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A colaboração entre família e escola é essencial para o sucesso educacional das crianças. Ao longo deste texto, exploramos a importância dessa parceria e apresentamos estratégias eficazes para aproximar a família da escola.

Aproximar a família da escola não é apenas uma questão de conveniência ou cortesia; é uma necessidade fundamental para garantir que as crianças recebam o apoio e o incentivo de que precisam para prosperar acadêmica, social e emocionalmente, a colaboração entre família e escola está associada a melhores resultados acadêmicos, maior motivação para aprender e um clima escolar mais positivo.

As estratégias discutidas neste texto, como comunicação efetiva, reuniões presenciais, envolvimento dos pais em atividades escolares, programas de voluntariado e parcerias comunitárias, são fundamentais para fortalecer essa parceria e promover uma educação de qualidade.

No entanto, é importante reconhecer que a aproximação entre família e escola é um processo contínuo que requer o compromisso e o envolvimento de todas as partes envolvidas. Pais, educadores, gestores escolares e membros da comunidade devem trabalhar juntos de forma colaborativa e proativa para criar um ambiente escolar acolhedor, inclusivo e enriquecedor para todas as crianças.

Em última análise, ao priorizar a colaboração entre família e escola, estamos investindo no futuro das nossas crianças e na construção de uma sociedade mais justa,

equitativa e próspera. A união entre família e escola é o alicerce sobre o qual podemos construir um sistema educacional verdadeiramente eficaz e significativo, capacitando cada criança a alcançar seu pleno potencial e contribuir positivamente para o mundo ao seu redor.

## REFERÊNCIAS

EPSTEIN, J. L. **School, Family, and Community Partnerships: Preparing Educators and Improving Schools**. Routledge, 2011.

FERREIRA, A. R. **A importância da participação da família na escola**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 3, n. 2, p. 37-44, 2018.

FERREIRA, V. S. (2018). **A participação da família na escola: desafios e possibilidades**. In Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Anais... Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV031\\_MD1\\_SA14\\_ID11749\\_06082018130706.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV031_MD1_SA14_ID11749_06082018130706.pdf). Acesso em 20 fev. 2024.

Gomes, L. S. (2016). **A importância da participação da família no ambiente escolar**. *Revista Educação em Questão*, 54(39), 72-87.

GOMES, M. A. **A relação família-escola: desafios e possibilidades**. *Educação em Revista*, v. 32, n. 1, p. 233-252, 2016.

OLIVEIRA, D. A. **A participação da família no processo educativo**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, n. 4, p. 1003-1014, 2015.

OLIVEIRA, M. M. (2015). **Família e escola: uma parceria essencial**. In II Congresso Internacional de Educação, Tecnologia e Ciência (CIETC). Anais... Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/ciet/article/download/3723/1066/>. Acesso em 20 fev. 2024.



## **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Cláudia dos Santos Perez**

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Ensino Lúdico, Educação Especial e Inclusiva e Artes.

### **RESUMO**

A arte é a forma pela qual o ser humano, de todas as idades e em todas as épocas da História, expressa seus sentimentos, seus pensamentos, suas emoções, sua visão de mundo. É a maneira como as pessoas transmitem suas experiências e sua concepção da realidade que vivenciam ou que almejam. Além dos seus medos, conflitos, desejos, dúvidas, vontades, sonhos, enfim, tudo que ela vive e sente. Mesmo que nem nos apercebamos, a arte está presente em nosso cotidiano e em tudo o que está à nossa volta. Nas coisas que vemos, que ouvimos, tocamos, comemos, bebemos e consumimos. Em suma, a arte tem participação imensamente significativa na nossa experiência de vida. Assim, absorvemos diariamente ideias e movimentos artísticos que nos tocam, nos emocionam, nos impactam e influenciam nosso modo de viver. Considerando esta quase onipresença que a arte exerce em nosso viver diário, seria praticamente impensável supor que a arte não teria espaço no processo educativo. É inegável a importância que ela traz no desenvolvimento do aluno com vistas à sua formação como um cidadão integral, consciente e participativo. O papel da arte nesse processo se constitui num mecanismo de expressão daquilo que a criança pensa e sente, revelando tanto seu mundo interno quanto externo. Quando ela canta, dança, desenha e se manifesta de forma criativa ela começa a elaborar o seu próprio universo afetivo e cognitivo, que trazem toda a carga de estímulos do contexto em que ela está inserida. Quando o professor identifica as nuances de comportamento da criança pelo modo como ela realiza seus desenhos, suas pinturas, suas participações lúdicas, ele consegue contribuir bastante para o desenvolvimento cognitivo e para fortalecer aspectos emocionais da criança. A importância da arte na educação é de extrema relevância e este artigo se propõe a oferecer uma breve reflexão sobre este tema.

## **INTRODUÇÃO**

Reconhecemos ser a escola o espaço reservado ao desenvolvimento das atividades educacionais, incluindo seu aparato técnico, pedagógico e docente. Ela estabelece propostas pedagógicas que direcionam os alunos à aprendizagem plena mediante o aperfeiçoamento constante de suas habilidades e competências. Dentre elas, os educadores devem estar atentos às de cunho artístico, elas proporcionarão a expansão do seu repertório criativo e inovador, fatores essenciais nos dias atuais. Tanto assim que a legislação brasileira relativa ao Ensino Fundamental, destaca a necessidade de se destinar relevância ao conteúdo curricular Arte.

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação (BRASIL, 1997).

Aprender arte na escola fará com que a criança integre o sonho à realidade e assim construa sua identidade e compreenda sua inclusão e sua participação na sociedade. É importante que ela saiba que as experiências de desenhar, cantar, dançar ou dramatizar não são atividades que visam uma mera distração, mas que possuem objetivos pedagógicos específicos.

Na Educação, a arte além de ser uma ferramenta para o desenvolvimento da criança é ainda um meio de o educador conhecer e compreender melhor o seu aluno e ajudá-lo no seu percurso. Por meio da arte o professor poderá perceber as mudanças que ocorrem no íntimo dos seus alunos: seus sucessos, suas vitórias, seus problemas, suas dificuldades, a maneira como está reagindo a determinadas situações, suas alegrias e suas tristezas (PROSSER, 2012 p. 31).

Compreendendo a importância do ensino de arte na educação infantil cabe-se buscar metodologias adequadas às necessidades dos alunos, considerando sua idade, capacidade de compreensão e objetivos definidos no projeto pedagógico.

## **INCENTIVANDO A CRIATIVIDADE INFANTIL**

A arte faz parte do processo natural do desenvolvimento motor e cognitivo infantil, por isso o ensino da arte deve estar presente nas escolas desde suas etapas iniciais. A arte desperta a capacidade criadora das pessoas, algo tão exigido entre os profissionais de hoje, e, seguramente, pessoas criativas e inovadoras tiveram seu potencial despertado nos bancos da educação de base.

A criatividade é uma capacidade dos seres humanos, mas ela deve ser estimulada e a arte ajuda no sistema de desenvolvimento de todo esse processo. Podemos ir até mais além e dizer que ela é o trampolim para que essa habilidade se desperte. Isso porque independentemente da sua natureza, as iniciativas artísticas tem tudo a ver com a imaginação, com a capacidade de pensar fora da caixa e criar alternativas para a solução de um problema. Por que isso acontece? Porque a arte ajuda a pensar e a se desenvolver. Já reparou que cada rabisco de uma criança tem uma história e um contexto? E que elas utilizam os instrumentos que estiverem à disposição, como lápis, caneta, o próprio corpo, para transmitir essa história e produzir o contexto desejado? Isso se chama ser criativo. Utilizar os recursos que ela tem à disposição no momento para então criar algo novo (PORTAL EDUCAMUNDO, 2017).

A fonte de onde procede a criatividade é a imaginação criadora, que ocorre em função de fatores internos e externos de cada pessoa. A criatividade nasce do desejo de pesquisar e examinar situações mediante a capacidade de investigar e de apresentar novas possibilidades para eventos problemáticos de qualquer natureza.

A imaginação criadora é resultante da capacidade de fantasiar situações. O indivíduo irá criar segundo a sua capacidade de imaginar e fantasiar com base numa série de fatores, entre eles, a experiência acumulada, enquanto um produto de sua época e seu ambiente. Percebe-se a forte influência que a imaginação e a fantasia exercem sobre a atividade criadora, que irá ser desenvolvida a partir dos conhecimentos construídos individualmente e socialmente, de forma tal que os estímulos do meio ambiente atuam imperativamente sobre a capacidade imaginativa e criativa de cada um (VYGOTSKY, 1982 p. 32).

A criatividade amplia as oportunidades de inovação e de resolução de problemas. Ela pode ser aprendida e estimulada durante toda a vida da pessoa, mas seu aprendizado se torna mais fácil quando o indivíduo tem seu lado criativo despertado na infância. As crianças são curiosas por natureza e não sentem medo, que é o principal bloqueador da criatividade na fase adulta. Para incentivá-las e estimulá-las é necessário deixar a criança ser criança.

Para estimular a criatividade infantil, você precisa deixar sua parte adulta de lado e compreender que ela é uma criança. Toda vez que você interrompe o processo criativo de uma criança, você tira sua liberdade e gera insegurança. O excesso de críticas gera frustração e bloqueia o processo criativo. A infância é um período de descobertas e aprendizados, e é natural que as crianças façam coisas erradas ou de maneira atrapalhada. Ao invés de criticar e apontar os erros reconheça seu esforço e mostre que existem formas mais fáceis de realizar determinadas tarefas. É mais fácil dar comida na boca da criança do que deixá-la comer sozinha, se sujar e limpar toda a lambança produzida. Porém, quanto mais você fizer as coisas pela criança, mais dependente ela se tornará. Tenha paciência com as limitações de uma criança e deixe que



ela se desenvolva, estimulando seu aprendizado. Dar regras e impor limites a elas é uma obrigação dos pais e educadores. O excesso de regras, porém, torna a criança rígida e inflexível, fazendo com que ela escolha sempre as mesmas coisas e não explore as possibilidades. Dê liberdade e abra exceções em algumas situações, desde que isso não atrapalhe a rotina da criança (PORTAL SBIE, 2016).

No decorrer da atividade criativa, a criança estabelece um diálogo interior entre a sua imaginação e o mundo real. Essa comunicação íntima faz com que ela conheça mais a si mesma e se identifique gradativamente com o mundo à sua volta e com o lugar que ela ocupa nesse contexto.

É importante enfatizar que o modo próprio da criança se comunicar ao criar e ao brincar não se refere a um pensamento ilógico, mas a um discurso organizado com lógica e características próprias, o qual permite que a criança transponha espaços e tempos e transite entre os planos da imaginação e da fantasia explorando suas contradições e possibilidades. Assim, o plano informal das brincadeiras e atividades criativas possibilita a construção e a ampliação de competências e conhecimentos na esfera da cognição e das interações sociais, o que certamente tem conseqüências no seu desenvolvimento e no seu autoconhecimento (BORBA, 2006 p.38).

A manifestação artística permite que a criança amplie sua sensibilidade, sua percepção do mundo que a cerca e da sua linguagem. O ensino da arte às crianças da rede escolar envolve um fazer artístico e seu correspondente senso crítico. Elas devem aprender a apreciar e a refletir sobre produções artísticas individuais e coletivas, assim, incitarão a criatividade e despertarão sua análise crítica.

## **RECURSOS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA ARTE**

Até pouco tempo, o ensino de arte se limitou a tarefas repetitivas e pouco criativas como copiar formas, ligar pontos e outras atividades que não despertavam o lado criativo das crianças que sentiam que não eram responsáveis pela produção. Algum tempo mais tarde, novas concepções foram sendo construídas, abrindo então espaço para a consolidação de outras perspectivas. Incentivar alunos a conhecer manifestações culturais da sociedade em que estão incluídos e, principalmente, a soltarem a imaginação e desenvolverem sua criatividade, utilizando-se de todos os equipamentos e ferramentas que lhes forem acessíveis.

A partir do final dos anos 70, com o surgimento do movimento da Escola Nova, ideias modernizadoras começaram a influenciar as

aulas de Arte. Na época, a proposta era romper totalmente com o jeito anterior de trabalhar. Os professores forneciam materiais, espaço e estrutura para as turmas criarem e não interferiam durante a produção dos estudantes. Tudo para permitir que a arte surgisse naturalmente, de dentro para fora e sem orientações que pudessem atrapalhar esse processo (IAVELBERG, 2016).

Infelizmente, ainda há professores supervalorizando exercícios mecânicos e as cópias por acreditar que a repetição é capaz de garantir que os alunos "fixem modelos", onde o mais importante é o produto final, avaliado pelo "quanto mais próximo do original, melhor". Isso obriga crianças a apenas memorizar partituras de música e textos teatrais para se apresentarem em festas comemorativas, que nada contribuem para o desenvolvimento criativo e inovador dos alunos. Entretanto, o modelo mais indicado e utilizado atualmente é o sociointeracionista, que explora os fatores produção, apreciação e reflexão.

Na perspectiva sociointeracionista, o fazer artístico (produção) permite que o aluno exercite e explore diversas formas de expressão. A análise das produções (apreciação) é o caminho para estabelecer ligações com o que já sabe, e o pensar sobre a história daquele objeto de estudo (reflexão) é a forma de compreender os períodos e modelos produtivos. Esse tripé original é considerado uma "matriz" dos eixos de aprendizagem que dominam o ensino atualmente: a produção, a apreciação artística e a reflexão. O "novo" tripé ajuda a desmanchar alguns dos mitos que rondam as aulas de Arte nas escolas brasileiras, como a confusão entre a necessidade de ter muito material e estrutura para obter uma resposta "de qualidade" dos alunos (BARBOSA, 2007).

O modelo sociointeracionista do ensino da arte procura relacionar todas as experiências importantes que o aluno traz de fora da escola com o conhecimento adquirido em sala, e que favoreçam a sua formação por meio do ensino das quatro linguagens da Arte: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. Devem seguir o tripé dos eixos: Produção (fazer e desenvolver um percurso de criação), Apreciação (interpretar obras artísticas) e Reflexão sobre a arte (contextualizar e pesquisar). Estes três conceitos não necessitam estar nessa mesma ordem.

O ensino de Arte para as crianças nas suas linguagens (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança) possibilita a ampliação do repertório cultural e do potencial criativo. Os projetos de Artes Visuais seguem a abordagem triangular sociointeracionista, que destaca a aprendizagem em Arte a partir de momentos de reflexão sobre as obras estudadas, de contextualização sobre os

artistas e os momentos da sua criação. Mediante elementos de expressões visuais (pintura, desenho, escultura etc.) as crianças têm a oportunidade de conhecer vários artistas, obras e estilos. As

artes cênicas se desenvolvem através do Teatro e da Dança, manifestando percepções sobre espaço, tempo, ritmo e expressão corporal, além da tríade cênica (público, texto e atores), os elementos da encenação, composição, criação coletiva e improvisação. Já a música é apresentada às crianças como uma linguagem que comunica e traduz emoção, possibilitando inúmeras experiências de socialização e desenvolvimento cognitivo. Elas são incentivadas a interagir com a música por meio de atividades propostas para seus diferentes níveis de maturidade, facilitando a percepção das nuances sonoras (timbres, alturas, intensidades e duração de sons) e estimulando um repertório musical amplo e eclético (PILLAR, 2001).

Quando a escola promove uma metodologia que desenvolve aspectos como expressão oral, concentração, trabalho em equipe, consciência corporal e vocal, auto-estima, raciocínio lógico, criatividade e improvisação entre outros, e quando estes conceitos se tornam perceptíveis nos alunos, compreende-se que o ensino da arte cumpriu totalmente o papel que intencionou fazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da arte nas escolas da rede regular deixou de ser algo mecânico e superficial para tomar um lugar efetivo no processo de desenvolvimento criativo das crianças. A arte estimula a capacidade criativa, a visão inovadora, a exteriorização de sentimentos, a percepção de espaço e tempo, a valorização dos sentidos e a liberdade de se expressar de todas as formas possíveis.

O caminho de descobertas que se abre quando a criança começa a produzir, apreciar e a refletir sobre arte é pleno de possibilidades. A arte possibilitará à criança vivências que ampliarão seu universo sensitivo e a conhecer melhor seus limites e suas capacidades. Ao compreender a si mesma e se relacionar com as coisas que acontecem à sua volta, certamente levará a criança a empreender sua criatividade e aplicar esses conceitos no seu cotidiano.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte** – Editora Cortez – São Paulo, 2007.

BORBA, Ângela M. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BRASIL, MEC/SEB: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília – 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Volume 6** - Brasília: MEC/SEF, 1997.

IAVELBERG, Rosa. **Para Gostar de Aprender Arte: Sala de Aula e Formação de Professores**. ARTMED – São Paulo – 2016..

PILLAR, Analice Dutra. **A Educação do Olhar no Ensino das Artes**, Editora Mediação – Porto Alegre - 2001

PORTAL EDUCAMUNDO – **Artigo: Artes na Educação. Conheça os motivos de se aprender arte na escola**. Acesso: [www.educamundo.com.br/artenaescola](http://www.educamundo.com.br/artenaescola). 2017.

PORTAL SBIE – Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional, Artigo: **Como estimula a Criatividade Infantil**. Acesso: [www.sbie.com.br/blog/dicas](http://www.sbie.com.br/blog/dicas). 2016.

PROSSER, Elisabeth S. **Ensino de Artes** – 1ª Edição – IESDE – Curitiba-PR, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e Arte na Infância**. Edições Hispânicas. – Madri - 1982.

## A IMPORTÂNCIA DO AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO REGULAR



**Roberta Edlene Antunes de Oliveira**

Formada e em Pedagogia e em Administração de Empresas, com Pós-graduação em Arte Educação e Educação Infantil.



**Elda Cristiane Otávio Campos**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Psicopedagogia institucional; Educação Infantil; Psicomotricidade; Alfabetização e Letramento; Arte e Musicalidade; Jogos e brincadeiras; Educação Especial e Inclusiva; Arte de Contar Histórias; Educação à Distância e Literatura Infantil.



**Estela Aparecida Almeida dos Santos Cândido**

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Infantil – Práticas de Alfabetização e Intervenções: Gestão Escolar Educação Especial Inclusiva, História e Cultura Afro-Brasileira E Cultura e Licenciatura.

### RESUMO

O presente artigo possui como objetivo conhecer a importância do AEE – Atendimento Educacional no ensino regular. As crianças com deficiência, tem direito garantido pela constituição, a educação inclusiva, que assim como qualquer processo educacional, encontra diversos desafios, para superar esses desafios, aconteceu a implantação nas escolas, do AEE – atendimento educacional especializado, tendo como objetivo melhorar os aspectos envolvidos na educação inclusiva, e ajudar o trabalho do professor que trabalha com essas crianças.

**Palavras Chave:** AEE; Importância; Aprendizagem.

## **INTRODUÇÃO**

O atendimento educacional especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que visa atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O AEE é previsto por lei e deve ser oferecido pela escola regular, de forma complementar ao ensino comum. Neste contexto, este artigo tem como objetivo discutir a importância do AEE no ensino regular.

Diversos estudos vêm sendo realizados, tendo como intuito, entender a forma como a aprendizagem ocorre, com o objetivo de se obter respostas ao fato de alguns aprenderem com muita facilidade um determinado assunto, e outros não compreenderem e não avançarem, e a forma como um profissional, seja o educador ou mesmo o profissional em AEE pode provocar, impulsionar e alcançar êxito no processo ensino-aprendizagem, tal inquietação, faz parte do cotidiano de diversos educadores.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de educadores estarem cada vez mais preocupados com as dificuldades de aprendizagem percebidas no ambiente escolar, e não possuírem conhecimento suficiente para auxiliar neste sentido, visto que é sabido que a atuação preventiva por parte dos professores é de muita importância no auxílio da quantidade de crianças com dificuldades de aprendizagem.

Para tanto, tende-se como o objetivo geral desta pesquisa conhecer um a importância do AEE no ensino regular. Seguindo com os objetivos específicos, sendo eles: conceituar o AEE; identificar o papel do AEE no ensino regular; conhecer os benefícios trazidos pelo AEE no ensino regular. Tendo como norte, os benefícios que um diagnóstico precoce e um atendimento especializado para as crianças podem trazer para a aprendizagem.

## **O AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINO REGULAR**

De acordo com a Política Nacional de Educação Inclusiva (2008), o AEE é um serviço da educação especial, realizado no período contrário ao frequentado pelo aluno no ensino regular, e sua oferta é obrigatória a todos os alunos público-alvo da educação especial.

Para Beyer (2006), a educação inclusiva pode ser caracterizada como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interação entre as crianças com situações pessoais as mais adversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, é fundamental uma pedagogia que se dilate ante as diferenças do alunado.

O profissional que atua no AEE, é o professor de educação especial, que deve ter formação específica em sua área de atuação, o atendimento ao aluno do AEE, é realizado no contraturno, onde o objetivo é trabalhar suas habilidades e potencialidades, oferecendo novos caminhos em relação a aprendizagem, respeitando e atendendo suas diferenças. Partindo do atendimento, o professor de educação especial contribui com sugestões e observações em relação ao trabalho realizado em sala de aula, buscando em parceria com o professor do ensino comum, estratégias de intervenção.

É a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva quem define este atendimento, é ela nos traz que a função do professor do AEE é realizar a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade para que as barreiras sejam eliminadas e ocorra a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, as atividades realizadas no atendimento educacional, são diferentes das realizadas em sala comum, sendo que não substituem a escolarização, sendo complementares ou suplementares a formação do aluno, visando à autonomia e independência na escola e fora dela.

A sala de AEE funciona como mediadora da relação de aprendizagem na sala de aula regular e o desenvolvimento das competências, ela é um recurso da educação especial na rede regular de ensino, que possibilita uma atenção especial ao aluno, de modo a atender suas necessidades. Os alunos com deficiência, são inseridos normalmente na sala de aula regular, e no horário contrário, são atendidos pelo AEE. É



por intermédio de atividades monitoradas que o professor avalia e acompanha se a inclusão está ocorrendo e se o aluno está evoluindo na aprendizagem.

Diversos recursos são disponibilizados no AEE, para que ocorra uma educação digna para os alunos com deficiência, diversos jogos podem ser utilizados para estimular o raciocínio lógico e espacial, a coordenação motora, assuntos matemáticos e de Língua Portuguesa, auxiliar o aluno a diversificar seus conhecimentos e aprender de uma forma divertida e inteligente. Para crianças que apresentam falta de concentração, uma dica é utilizar cores e desenhos que atraem a crianças para o desejo de descobrir e utilizar a ferramenta.

Na concepção de Bedaque (2014), o professor do AEE, tem suas atribuições ligadas a ações que venham a promover a disponibilidades dos recursos de acessibilidade, eles são desafiados a se reorganizar, mudar posturas e concepções de acordo com o contexto de cada escola, promovem ações pedagógicas que possam criar e recriar os modelos educativos escolares, através da consideração de todas as possibilidades de ser e aprender dos alunos.

O AEE é um serviço complementar à escolarização que busca atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse atendimento é realizado por profissionais capacitados em salas de recursos multifuncionais, que devem estar equipadas com materiais pedagógicos e tecnologias assistivas.

De acordo com a legislação brasileira, todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação têm direito ao AEE. O atendimento especializado deve ser oferecido pela escola regular e deve ser gratuito.

A Resolução nº 04 de 2009, indica que os sistemas de ensino têm como compromisso, oferecer o atendimento educacional especializado aos alunos público-alvo da Educação Especial:

(...) os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p. 1) Cabe esclarecer que todos os sistemas de ensino, municipal, estadual e federal devem organizar este tipo de atendimento, conforme indicado na citação acima, sendo de caráter obrigatório a oferta aos alunos público-alvo da Educação Especial. As atividades do AEE também são indicadas no documento da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: (...) são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos

específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados. (BRASIL, 2008, p. 10)

Além disso, a escola deve realizar a identificação e o diagnóstico das necessidades educacionais especiais dos alunos, por meio de avaliações pedagógicas e psicológicas. A partir do diagnóstico, é elaborado o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada aluno com necessidades educacionais especiais, que deve ser acompanhado pela equipe pedagógica e pelos profissionais que atuam no atendimento especializado.

O AEE tem uma grande importância no ensino regular, pois permite que alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Além disso, o AEE contribui para a formação de professores e para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática.

Para Mitller (2003), a inclusão escolar é um direito de todos os alunos, mas para que ela seja efetivada é preciso que a escola esteja preparada para atender às necessidades educacionais de cada um. O AEE é uma forma de oferecer atendimento especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo que eles possam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais alunos.

Para Bedaque (2014), o AEE contribui para a formação de professores, pois os profissionais que trabalham com o atendimento especializado precisam ter uma formação específica e conhecimentos diferenciados para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Dessa forma, a oferta do AEE pode contribuir para que os professores tenham uma formação mais completa e estejam mais preparados para atender a diversidade dos alunos.

Outra importante contribuição do AEE é para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática. Quando a escola oferece o atendimento especializado, ela está demonstrando o seu compromisso com a inclusão e com a igualdade de oportunidades para todos os alunos. Além disso, o AEE também pode ser um espaço de convivência e de troca de experiências entre os alunos com necessidades educacionais especiais e os demais alunos.

O AEE é realizado em salas de recursos multifuncionais, que devem estar equipadas com materiais pedagógicos e tecnologias assistivas. Os professores que

trabalham com o atendimento especializado precisam ter uma formação específica e conhecimentos diferenciados para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

Segundo Goffredo (1999), o atendimento especializado deve ser realizado de forma complementar ao ensino comum, ou seja, os alunos devem continuar frequentando as aulas regulares e o AEE deve ser oferecido em horários alternativos. O objetivo é que o atendimento especializado possa complementar o ensino comum, oferecendo estratégias diferenciadas e adaptadas para os alunos com necessidades educacionais especiais, de forma a atender às suas especificidades e promover a sua inclusão na escola.

Ele deve ser elaborado de acordo com o projeto pedagógico da escola e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) de cada aluno com necessidades educacionais especiais. O PDI é um documento que descreve as necessidades e potencialidades de cada aluno, além de estabelecer objetivos e metas a serem alcançados no processo de ensino e aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos que necessitam de apoio adicional devido a alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. A importância do AEE reside em sua capacidade de promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais.

Uma das principais contribuições do AEE é proporcionar um atendimento personalizado, voltado para as características específicas de cada aluno. Isso significa que o programa pode ser adaptado de acordo com as habilidades, interesses e desafios de cada estudante, permitindo que eles alcancem seu máximo potencial acadêmico e pessoal. Além disso, o AEE ajuda a promover a autonomia e a independência dos alunos, capacitando-os a desenvolver habilidades que lhes permitam participar plenamente da vida escolar e da sociedade.

Outro aspecto importante do AEE é o apoio que ele oferece aos professores e profissionais da educação. Ao trabalhar em colaboração com os educadores regulares, os especialistas em AEE podem fornecer orientação e recursos adicionais para ajudar a adaptar o currículo, implementar estratégias de ensino diferenciadas e criar um ambiente inclusivo na sala de aula. Isso não só beneficia os alunos que recebem o atendimento especializado, mas também promove uma cultura escolar mais acolhedora e diversificada.

Além disso, o AEE desempenha um papel crucial no combate ao preconceito e à discriminação, ao sensibilizar a comunidade escolar para as necessidades e capacidades das pessoas com deficiência. Ao promover uma cultura de respeito e aceitação da diversidade, o AEE ajuda a construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

O Atendimento Educacional Especializado é essencial para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades na educação e na vida. Ao reconhecer e valorizar as diferenças individuais, o AEE contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, onde cada indivíduo é respeitado e tem a chance de alcançar seu pleno potencial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento educacional especializado é uma modalidade de ensino que tem grande importância no contexto da educação inclusiva. Ele permite que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, garantindo-lhes as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais alunos.

Além disso, o AEE contribui para a formação de professores e para a construção de uma escola mais inclusiva e democrática. Quando a escola oferece o atendimento especializado, ela está demonstrando o seu compromisso com a inclusão e com a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Por fim, é importante destacar que o atendimento educacional especializado é um direito de todos os alunos com necessidades educacionais especiais. A escola tem a responsabilidade de identificar, diagnosticar e oferecer o atendimento especializado, de forma a garantir a inclusão escolar e o pleno desenvolvimento dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Simone/Desktop/Revista%20ed%20B%C3%A1sica/rceb004\\_09.pdf](file:///C:/Users/Simone/Desktop/Revista%20ed%20B%C3%A1sica/rceb004_09.pdf)  
Acesso em: 12 fev 2024.

**BRASIL. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento.** Belisário Junior, J. F. e Cunha, P. Ministério da SEE, Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

**BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2014.

**BEYER, O. H. Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In: BAPTISTA, C. et al. (Orgs.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas; Porto Alegre: Mediação, 2006.

**GOFFREDO, V. L. F. S. Educação especial: tendências atuais. Brasília: Associação de Comunicação Educativa; Roquete Pinto, 1999.**

**MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Porto alegre: Artmed 2003.

# Revista AUTÊNTICOS

Instituto P2G Educacional  
Rua Marquês de Lages, 729 - Ipiranga  
CEP 04162-001- São Paulo - SP

Nossos Contatos:  
Fone: 11-2947-3283  
Whatsapp: 11-95123-9337

[www.revistaautenticos.com.br](http://www.revistaautenticos.com.br)  
E-Mail: [contato@revistaautenticos.com.br](mailto:contato@revistaautenticos.com.br)  
Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP –CEP 04162-001  
Fone: (11) 2947-3283.